



PPGEDAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS
NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL – PPGEDAM



NÚCLEO DO MEIO AMBIENTE NUMA - UFPA

Aloma Tereza Pinho de Vasconcelos Chaves

GESTÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO:
UMA ANÁLISE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA
EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ

Belém
2010

Aloma Tereza Pinho de Vasconcelos Chaves

GESTÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO:
UMA ANÁLISE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA
EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, para a Obtenção do título de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.

Área de concentração: Gestão Ambiental.
Orientador: Prof.^a. Dr.^a. Sonia Maria Simões
Barbosa Magalhães Santos.

Belém
2010

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca Central/ UFPA, Belém-PA**

Chaves, Aloma Tereza Pinho de Vasconcelos.

Gestão Pública e Participação: Uma Análise do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá / Aloma Tereza Pinho de Vasconcelos Chaves; orientadora. Prof^a. Dr^a. Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos. _ 2010

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local. Área de concentração: Gestão ambiental. Belém, 2010.

1. Desenvolvimento Sustentável – Curuçá (PA). 2. Recursos Naturais – Curuçá (PA). I. MAGALHÃES, Sonia, orient. II. Título.

CDD: 21. ed. 338.17492098115

Aloma Tereza Pinho de Vasconcelos Chaves

**GESTÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO:
UMA ANÁLISE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA
EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, para o Mestrado Profissionalizante em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.

Área de concentração: Gestão Ambiental

Defendido e aprovado em: 1709/2010

Resultado: Aprovada

Banca examinadora:

SONIA MARIA SIMÕES BARBOSA MAGALHÃES SANTOS – Orientadora
Doutora em Antropologia e Sociologia
Universidade Federal do Pará / Núcleo de Meio Ambiente – NUMA

LOURDES DE FÁTIMA GONÇALVES FURTADO – Membro
Pós Doutora em Antropologia
Museu Paraense Emílio Goeldi

SÉRGIO CARDOSO DE MORAES – Membro
Doutor em Educação
Universidade Federal do Pará / Núcleo de Meio Ambiente – NUMA

MÁRIO VASCONCELLOS SOBRINHO – Suplente
Doutor em Estudos do Desenvolvimento
Universidade Federal do Pará / Núcleo de Meio Ambiente – NUMA

Ao meu pai Evandro, pelo estímulo
à busca do conhecimento.
“Saudades!”

AGRADECIMENTOS

A Deus que permitiu e me apoiou nesta trajetória.

Ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia - IFPA e à Secretaria Executiva de Educação do Estado do Pará – SEDUC-PA, pelo apoio e investimento que foram decisivos na realização desta pesquisa.

A Universidade Federal do Pará – UFPA, através do Núcleo de Meio Ambiente – NUMA e Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – PPGEDAM, pela acolhida e infra-estrutura necessária ao desenvolvimento desta dissertação.

A Professora Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos, pelas horas dispensadas à orientação deste trabalho e pelos ensinamentos que foram de fundamental importância para o meu crescimento profissional e intelectual.

Aos Professores do PPGEDAM, que, de diferentes formas, contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação.

Aos colegas da turma 2008, pelo companheirismo no enfrentamento deste desafio.

A minha mãe Terezinha, melhor mãe que Deus poderia ter me concedido.

Aos meus filhos, Túlio, Wagner e Ligia, pela força e apoio em todos os momentos.

Ao meu marido Cláudio, muito obrigada!

Aos meus Irmãos, Evandro José, Eduardo André, Alyne Carla, e Ewaldo George.

À Célia, grande secretária do lar, que por seu grande apoio, contribuiu para a minha dedicação a este trabalho.

RESUMO

Dentre os vários instrumentos e espaços públicos democráticos, que surgiram no Brasil no período de abertura política e após a Constituição de 1988, encontram-se os conselhos. Embora sua origem, tenha sido a partir de momentos de grande crise institucional e advindo das esquerdas revolucionárias, no Brasil alcançou grande status democrático, já que a ideia vigente era que a participação cidadã conseguisse de fato resolver problemas históricos do país. Na onda ambiental, vivenciada em nível internacional e nacional foram criados espaços de preservação e conservação ambiental, dentre eles, as Reservas Extrativistas. Construídas em meio a um direcionamento democrático, vivido no Brasil, as Reservas Extrativistas configuraram-se como um lócus de ação pública voltando-se para uma gestão pública inovadora, composta de elementos da sociedade civil e do Estado, Em seguimento às orientações e demandas democráticas, os conselhos deliberativos são escolhidos como a forma de gestão mais adequada ao espaço das Reservas, pois permitiria a inclusão de setores anteriormente excluídos de qualquer processo de decisão política, como as populações tradicionais e garantiria a participação das mesmas. O território da RESEX Mãe Grande foi constituído sobreposto ao município de Curuçá que já possuía seu poder executivo tradicional instalado. A referida sobreposição de territórios causa uma disputa de poder político dentro do poder executivo municipal e entre este e lideranças da RESEX. Como a Reserva vai se afirmando com suas políticas públicas, o Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande de Curuçá vai alcançando grande visibilidade na dinâmica local, movimentando atores que ali adentram para buscar o prestígio advindo daquele espaço público.

ABSTRACT

Among the various instruments and democratic public spaces, which emerged in Brazil during the period of political opening and after the 1988 Constitution, are the boards. Although its origin has been from times of great institutional crisis arising from the revolutionary left, Brazil has achieved great democratic status, since the prevailing idea was that citizen participation could indeed resolve the historical problems of the country. The wave environment, experienced in international and national level were created spaces for preservation and conservation, among them, the Extractive Reserves. Built in the midst of a democratic direction, lived in Brazil, the Extractive Reserves configured as a locus of public action by turning to an innovative public administration, composed of elements of civil society and the State. In following the guidelines and democratic demands, the deliberative councils are chosen as the form most appropriate management of space reservations, allowed for the inclusion of sectors previously excluded from any policy making process, the traditional population and guarantee the involvement of the same. However, the territory of the Reserva Mãe Grande consisted Curuçá superimposed on the municipality, which carries low levels of development and has already had its traditional executive power already installed. Such overlapping territories concerned a dispute of political power within the executive branch and between the city and leaders RESEX. As the Reserve will be contending with their public policies, the Deliberative Council of the Reserva Mãe Grande will reach high profile in local dynamic, moving players who step into there to get the prestige arising from that public space

LISTA DE SIGLAS

ACIC	Associação Comercial de Curuçá
APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
AUREMAG	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande
CAUREM	Central das Resexs Marinhas do Pará
CNPT	Centro Nacional do Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
DEM	Partido Democratas
DEMA	Delegacia Estadual do Meio Ambiente
EMATER-PA	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
ESEC	Estação Ecológica
FLONA	Floresta Nacional
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
GRPU	Gerência de Patrimônio da União
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
ISARH	Instituto Sócio- Ambiental e dos Recursos Hídricos
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente

ONG	Organização Não Governamental
PAE	Programa de Assentamento Extrativista
PARNA	Parque Nacional
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPGEDAM	Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local
PR	Partido da República
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
PSDB	Partido Social Democrático Brasileiro
PV	Partido Verde
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
RF	Reserva de Fauna
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECTAM	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará
SEDUC	Secretaria Executiva de Estado de Educação
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Esfera pública e Espaços públicos	17
Imagem 2 – Reserva Extrativista marinha Mãe-Grande de Curuçá-PA – 1	69
Imagem 3 – Sobreposição de Territórios – Município e Reserva	70
Imagem 4 – Reserva Extrativista marinha Mãe-Grande de Curuçá-PA - 2	71
Imagem 5 – Reserva Extrativista marinha Mãe-Grande de Curuçá-PA – 3	71
Imagem 6 – Bloco Carnavalesco “Pretinhos do Mangue”	73
Imagem 7 – Casa construída sobre o mangue. Bairro Bragantino	74
Imagem 8 – Depósito de lixo na área de mangue na sede	74
Imagem 9 – Casa do Pescador	78
Imagem 10 – Localização do Município de Curuçá	94
Imagem 11 – Aspectos da sede do município de Curuçá/PA	96
Imagem 12 – Igreja Matriz de Curuçá	97
Imagem 13 – Antiga Construção – Curuçá	97
Imagem 14 – Aspectos de São João do Abade	98
Imagem 15 – Vila Lauro Sodré – aspectos gerais	98
Imagem 16 – Vila Lauro Sodré – aspectos gerais	98
Imagem 17 – Comunidade de São João do Abade 1	102
Imagem 18 – Comunidade de São João do Abade 2	102
Imagem 19 – Quadro de representação de poder	111
Imagem 13 – A Sobreposição de Territórios: reserva e município.	113
Imagem 14 – Reunião do Conselho – Casa do Pescador – 12/11/2009	138
Imagem 15 – Reunião do Conselho – Casa do Pescador – 12/11/2009	139
Imagem 16 – Reunião do Conselho – Casa do Pescador – 12/11/2009	139

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Portaria IBAMA Nº 24 de 09 de Março de 2006	157
Anexo 2 – Convocação para 7ª Reunião Ordinária – 19/03/2010 ¹	159
Anexo 3 – Decreto de 13 de Dezembro de 2002	161
Anexo 4 – Ata da Quarta Reunião Extraordinária do Conselho.	164

¹ Registre-se o erro de datação presente no Anexo 2, eis que a 7ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande de Curuçá realizou-se em 19 de março de 2010, e não em 19 de março de 2009.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 CONSELHOS COMO INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO.....	21
1.1 HISTÓRICO DO SURGIMENTO DOS CONSELHOS.....	21
1.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A DEMOCRACIA BRASILEIRA..	25
1.3 TIPOS DE INSTRUMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA SURGIDOS NO BRASIL APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	30
1.4 CONCEITO, ORIGEM E DESDOBRAMENTOS DOS CONSELHOS COMO POLÍTICA PÚBLICA E INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO.....	36
1.5 CONSELHOS: uma administração pública societal.....	41
2 A RESERVA EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ.....	45
2.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS, SÓCIOAMBIENTALISMO E AS RESERVAS EXTRATIVISTAS.....	45
2.2 DO MODELO PRESERVACIONISTA AO MODELO CONSERVACIONISTA: do desenvolvimento sustentável como política internacional e nacional na gestão de recursos naturais..	48
2.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL (SNUC).....	55
2.3.1 As reservas extrativistas: território, políticas públicas e gestão.....	60
2.4 A RESERVA EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ.....	68
2.5 RESERVA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ: uma iniciativa dos movimentos sociais.....	78
2.6 A GESTÃO AMBIENTAL (ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICA): as políticas públicas incidentes no território da Reserva Mãe Grande de Curuçá.....	84
3 O MUNICÍPIO DE CURUÇÁ, A ORDEM FEDERATIVA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E OS TERRITÓRIOS PROTEGIDOS.....	93
3.1 O MUNICÍPIO DE CURUÇÁ.....	93
3.2 O MUNICÍPIO, O FEDERALISMO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	102
3.3 O MUNICÍPIO NA ORDEM FEDERATIVA DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988.....	107
3.4 PODER LOCAL E GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.....	109
3.5 A SOBREPOSIÇÃO DO TERRITÓRIO DA RESERVA EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ SOBRE O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO: os conflitos com o poder local, as consequências para a gestão municipal e para a ordem federativa.....	112
4 CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA MÃE GRANDE COMO GESTÃO INOVADORA NO CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO BRASILEIRO.....	116

4.1 ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO JURÍDICA, ESTRUTURAÇÃO LEGAL (LEGISLAÇÃO BRASILEIRA) E DO DESENHO INSTITUCIONAL DO CONSELHO DELIBERATIVO.....	116
4.2 O CONSELHO DELIBERATIVO E A REPRESENTAÇÃO: atuação dos representantes e representados.....	125
4.3 O CONSELHO DELIBERATIVO COMO ESPAÇO PÚBLICO PARTICIPATIVO E A INFLUÊNCIA NA DINÂMICA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ.....	127
4.4 O CONSELHO DELIBERATIVO COMO <i>LÓCUS</i> DE ACORDOS E NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS FRENTE AO PODER LOCAL.....	130
4.5 O CONSELHO DELIBERATIVO COMO UM LOCAL DE DIÁLOGO ENTRE ATORES POLÍTICOS, ENGAJAMENTO E PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS?.....	132
4.6 ETNOGRAFIA DA REUNIÃO DE 12/11/2009 DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ.....	134
4.7 DINÂMICAS DO CONSELHO E PARTICIPAÇÃO.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS.....	149

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local (PPGEDAM) no NUMA/UFPA² e tem como foco o estudo do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, localizada no município de Curuçá, situado na Zona do Salgado, no nordeste do Estado do Pará, região Amazônica.

O município de Curuçá possui suas origens vinculadas a uma antiga fazenda Jesuítica, que ascendeu à condição de Vila em 1757 após a expulsão da referida ordem. Sua autonomia política foi alcançada primeiramente em 1853, quando assumiu a condição de vila e, finalmente em, 1895 obteve a categoria de Cidade, atingindo seu atual território em 1933 (MPEG, 2003). Atualmente, o município tem a sua existência vinculada à da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, criada em 13 de dezembro de 2002.

As reservas extrativistas são consideradas um tipo de Unidade de Conservação de uso sustentável, criadas para proteger populações tradicionais extrativistas, a sua cultura, seus meios de vida e a utilização dos recursos naturais daquela unidade, caracterizando-se como uma forma especial em gestão pública ambiental.

As reservas extrativistas, como um tipo de gestão ambiental, têm como um dos objetivos contribuir para o desenvolvimento local, baseado na sustentabilidade ambiental, econômica, social e política através do manejo dos recursos naturais. As principais instâncias de participação são a Associação de Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá (AUREMAG) e o Conselho Deliberativo.

O objeto deste estudo é o conselho deliberativo, no qual representantes dos movimentos sociais, sociedade civil e órgãos públicos sentam, discutem, defendem os interesses de seus representados, deliberam sobre uma série de ações a serem tomadas, acompanham e fiscalizam a implementação de

² Destaco minha participação no programa de Pós-Graduação por meio do convênio NUMA/UFPA e IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, instituição onde ocupo o cargo de Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

políticas públicas, dentre outras situações e terão que retornar às suas bases para prestação de contas e esclarecimentos.

Através do referencial teórico, observa-se que a partir da Carta Constitucional de 1988, um novo paradigma político e jurídico se instalou no país, com a declaração de um Estado Democrático de Direito, permitindo a descentralização do poder e a consequente participação da sociedade brasileira na gestão pública.

A redemocratização vivida no país trouxe inúmeros experimentos democráticos, tais como os conselhos, que, de acordo com os autores pesquisados, foi uma importante conquista da sociedade, contribuindo para a consolidação da democracia no Brasil.

Apareceram, a partir desse momento, conselhos por todo o país, com as mais variadas finalidades, desde a gestão de políticas públicas, até a fiscalização de verbas e outros fins, sobre as mais diferentes temáticas, sempre contando com a participação e atuação dos cidadãos brasileiros.

A democratização política, aliada à conjuntura internacional ambiental, influenciou a criação de locais de proteção ambiental, como as unidades de conservação e orientaram uma política ambiental com uma forte institucionalização, num modelo que possibilita a participação popular na gestão dos espaços protegidos.

Nesse contexto, surgem as reservas extrativistas como um tipo de unidade de conservação, com uma gestão através de conselho, formando um espaço público participativo com um tipo de gestão pública participativa, no qual órgãos públicos da esfera federal, estadual, municipal e as comunidades, associações e organizações não governamentais (ONGs), que habitam e atuam nas reservas, trabalham na deliberação de propostas, na tentativa de se obter um resultado positivo na administração daquela unidade com a utilização dos recursos naturais, isto é, que proporcione um desenvolvimento efetivo daquele local.

Conquanto se constitua um importante avanço para uma gestão democrática, os conselhos não se apresentam como uma solução isenta de problemas e conflitos. Daí a delimitação do objeto deste trabalho cujo objetivo principal é a análise do Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande de Curuçá, como configuração de uma política de gestão pública inovadora no

Direito Público Brasileiro, focando a dinâmica dos jogos de poder inerentes a ele, bem como examinando os conflitos de interesses ali existentes.

Dessa forma, delimitamos como objetivos específicos: apresentar e discutir a estruturação legal e o desenho institucional do Conselho Deliberativo e analisar as relações do conselho com entidades públicas das várias esferas, suas consequências para a gestão do território e também as formas de conflitos atinentes a ela.

Com a apresentação e a discussão da estrutura legal que permitiu a criação e funcionamento do conselho deliberativo, abordamos o suporte jurídico do mecanismo conselho e também realizamos uma aproximação da pesquisa com a nossa formação de Bacharel em Direito.

A organização desta dissertação apresenta-se estruturada, após a introdução, nos seguintes capítulos: Conselhos como instrumentos democráticos; a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá; o Município de Curuçá, a Ordem Federativa na Constituição Brasileira de 1988 e os Territórios Protegidos; o Conselho Deliberativo da Reserva Mãe Grande de Curuçá como Gestão Inovadora no Contexto Sócio-Político Brasileiro e, finalmente, as considerações finais a que chegamos após nossas análises.

Esperamos que, com esta pesquisa, possamos contribuir para os estudos que relacionam a democracia no Brasil e as novas formas de gestão pública na área ambiental.

Quanto ao local da pesquisa, é preciso que façamos algumas considerações de forma a justificar sua escolha. A seleção se deve ao fato de que as reservas extrativistas são territórios de ação pública com uma gestão inovadora e que, o NUMA é membro do Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande de Curuçá, e do qual se espera contribuições em forma de estudos que possam oferecer maior conhecimento e gestão daquela realidade.

Para a realização deste trabalho, realizamos nove visitas à Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá. A primeira aconteceu em setembro de 2008, com todo o grupo de alunos do Mestrado (PPGEDAM/ turma 2008) e os professores Doutores Gilberto de Miranda Rocha e Mário Vasconcelos do programa. A segunda viagem aconteceu em abril de 2009, com um grupo

menor da mesma turma, composto por quatro discentes³, e os docentes Sônia Barbosa Magalhães, (orientadora desta pesquisa) e Pierre Teisserenc da Universidade Paris 13.

Particularmente, a primeira viagem suscitou-nos as primeiras impressões e ideias da possibilidade de um estudo, embora fosse tudo tão novo naquele momento. Após contatos com a Professora Sônia Barbosa Magalhães, as possibilidades foram tomando contorno na forma de um estudo sobre o conselho deliberativo daquela RESEX e, assim, projetamos esta pesquisa, a qual gradativamente passou a nos interessar cada vez mais, haja vista a riqueza de situações que passamos a conhecer e a vivenciar.

As viagens seguintes foram realizadas da seguinte forma: duas na companhia das colegas de Mestrado e as cinco demais, sozinha, a fim de que pudéssemos obter maior conhecimento da realidade local, realizar as entrevistas necessárias e assistir às reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX.

As orientações metodológicas para a pesquisa foram sendo construídas segundo o parâmetro da pesquisa qualitativa, já que se refere à compreensão do conselho como configuração de uma gestão pública inovadora no Brasil. Com essa metodologia pudemos obter um entendimento mais profundo do conselho enquanto fenômeno social e político no contexto de uma reserva extrativista, acrescidos da compreensão do funcionamento da estrutura do mesmo. Desta feita, iniciamos com uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a RESEX Mãe Grande e de seu conselho deliberativo e prosseguimos com a pesquisa de campo que envolveu técnicas de observação de caráter etnográfico e de entrevistas.

A pesquisa bibliográfica objetivou identificar o conhecimento disponível sobre os assuntos assim relacionados: Democracia; Gestão Pública; Unidades de Conservação; Gestão Ambiental na Amazônia; Reservas Extrativistas; Conselhos em Geral e Conselhos Deliberativos de Reservas e Poder Local. A esses dados acrescentamos a pesquisa documental produzida a partir de análise de atas, mapas, relatórios e documentos da RESEX Mãe Grande e de seu conselho deliberativo.

³ A visita foi feita pelos alunos do programa Lázaro Magalhães, Carlos Arcanjo e Almira Martins, além de mim.

As observações realizadas em campo incidiram sobre a realidade do município de Curuçá e da RESEX Mãe Grande e sobre as ações levadas a efeito nas reuniões do Conselho Deliberativo e suas dinâmicas naquele contexto de territórios sobrepostos. Observamos as reuniões do conselho nos dias 14/12/2009 e 08/03/2010.

Essas observações foram sistemáticas e não participantes, já que aconteceram com um planejamento anterior em condições controladas e visavam a responder aos fins pré-estabelecidos nos nossos objetivos. Assim, não participamos direta, nem ativamente dos momentos observados, reservando-nos o papel de observador ouvinte.

A maior permanência no local da pesquisa aconteceu no período de 25 a 29/01, onde estabeleci os primeiros contatos com pessoas do município e observei a dinâmica local. Os períodos posteriores compreendem as viagens de ida e volta no mesmo dia e aconteceram nos dias 09/02/2010, 08/03/2010 e 09/03/2010.

Quanto às entrevistas, instrumentos de fundamental importância para a compreensão do problema, foram geradas em Belém e em Curuçá, em períodos esparsos de 25 de janeiro a 23 de março de 2010. Foram entrevistas orais abertas, que seguiram roteiros previamente estabelecidos no projeto desta pesquisa, apresentado no Exame de Qualificação em 25/09/2009. Apenas uma entrevista sobre questões específicas foi respondida por escrito.

O instrumento de pesquisa entrevista possibilitou-nos a obtenção de informações para compreensão da dinâmica da AUREMAG, da RESEX e do Conselho Deliberativo e o conhecimento e visão que os atores têm da estrutura gestora atual da Reserva. Contei com a boa vontade das pessoas que foram entrevistadas, que dispensaram tempo para responder o roteiro e interagir conosco, permitindo o conhecimento dos atores que fazem parte do município de Curuçá e da RESEX.

Os atores selecionados para a geração de dados por meio das entrevistas foram cinco (5) associados da AUREMAG, (11) onze membros do Conselho Deliberativo da RESEX, o gestor da Reserva de São João Ponta, dois (2) funcionários da EMATER, um (1) membro da Câmara Municipal, o vice-prefeito e dez (10) moradores do município de Curuçá.

Os membros do conselho Deliberativo entrevistados estão assim distribuídos: Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG); Secretaria Estadual de Meio Ambiente- (SEMA); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER); Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curuçá; Câmara Municipal de Curuçá; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR); Colônia de Pescadores Z5; Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); Associação dos Amigos do Bosque Boa Lembrança, na Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá (AUREMAG); e Paróquia de Nossa Senhora do Rosário.

Os principais assuntos das entrevistas foram relativos à RESEX e ao seu Conselho Deliberativo, tais como: a capacitação dos associados e conselheiros, as demandas dos associados, a representação e a prestação de contas, a participação dos atores envolvidos, a realização das competências do conselho, o desenho institucional do conselho, a interferência do conselho no período eleitoral do município, os conflitos existentes advindos da relação do poder municipal e a RESEX, a visão dos moradores de Curuçá a respeito das políticas públicas que ali chegaram.

A geração desses dados, na verdade, não foi fácil porque tive grandes dificuldades de deslocamento para a cidade de Curuçá devido ao trabalho no IFPA; de contato com vários conselheiros e várias pessoas que deveriam ter sido entrevistadas; de percepção da necessidade de mudanças no roteiro de entrevistas; de pessoas com duplos ou triplos papéis na dinâmica local tornando, em função disso, a entrevista exaustiva.

Houve ainda dificuldade em entrar em contato com muitos dos atores dos órgãos e associações componentes do conselho como o Gestor do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), por sua instalação e estruturação há pouco tempo no Estado do Pará e, ainda, por suas diversas ocupações e falta de tempo. Enfrentamos também o controle da Marinha do Brasil/ Capitania dos Portos da Amazônia Oriental pelas normas regimentais que demandaram que o roteiro da entrevista tramitasse por um rígido exame burocrático, para depois sermos informados que muitas perguntas não poderiam ser respondidas. Num outro sentido, a entrevista com o Prefeito Municipal não se efetivou, mesmo com a solicitação de audiência prévia, assim como também não houve

disponibilidade das demais associações locais da sociedade civil e da Associação Movimento dos Pescadores do Pará (MOPEPA).

Encontramos grande dificuldade também em contatar os vereadores do município de Curuçá. A ida à Câmara Municipal facilitou o contato com outros atores do município e da reserva, mas não propriamente com os vereadores, à exceção de um vereador do Partido Democratas (DEM). Em que pese aquela casa legislativa estivesse sempre aberta, não houve oportunidade de observarmos nenhuma sessão nos dias em que lá estivemos. Os gabinetes dos vereadores estavam sempre fechados e os funcionários, ali presentes, nada sabiam dizer dos vereadores locais.

1 CONSELHOS COMO INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO

1.1 HISTÓRICO DO SURGIMENTO DOS CONSELHOS

A forma “conselho”, hoje usada na gestão pública, segundo Gohn (2007, p. 65) não é uma experiência nova, originando-se nos clãs visigodos e encontrando-se também em Portugal, no período compreendido do século XII ao XV, momento em que surgiram os “concelhos” municipais, escritos com “c”, forma político-administrativa de relacionamento com as colônias. Vieira (apud GOHN, 2007, p.65) destaca que de acordo com esse sistema de gestão, foram estabelecidas as Câmaras municipais e prefeituras do Brasil colonial.

Ao longo da História, entretanto os conselhos que ficaram famosos, como forma de participação política direta e cotidiana dos cidadãos foram os surgidos na época da primeira fase da Revolução Francesa, por volta de 1789, também na Comuna de Paris em 1871, os conselhos de Turim e os Conselhos dos Operários Sovietes, surgidos na Rússia, mais precisamente em São Petesburgo, no ano de 1905 na primeira crise política grave do czarismo ou czarismo, e depois recriados no ano de 1917, com a Revolução Russa. Ainda podemos encontrar conselhos na Alemanha em 1920 e na antiga Iugoslávia em 1950 (GOHN, 2007).

O termo soviete é assim explicado por Schimidt (2007, p. 508): “[...] Essa palavra russa quer dizer mais ou menos conselho, assembleia popular. Repare bem que os soviets não são sindicatos, e sim órgãos de poder direto dos trabalhadores”. Schimidt (2007) exemplifica isso através do caso de uma fábrica capitalista, que com sua hierarquia (diretores, administradores, engenheiros) sustenta o poder do proprietário, garantindo o funcionamento por meio da exigência do cumprimento de ordens. Entretanto, no caso da fábrica possuir um soviete, este: “[...] se reunia, ou seja, havia uma assembleia de trabalhadores da empresa. Cada um deles manifestava suas ideias, debatiam e depois havia uma votação. Podia ser que o soviete se recusasse a atender a ordem do patrão”, ainda segundo Schimidt (2007, p.508):

Continuando, Schimidt (2007) esclarece que os soviets surgiram como uma legítima criação do povo, presentes nos bairros, fábricas, aldeias, quartéis

e bases navais, passando a significar a negação de poder dos que hierarquicamente superiores como patrões, diretores, generais e governos, tornando possível que os homens pudessem se autogovernar, sem a submissão a autoridades, quaisquer que fossem, permitindo aos mais humildes em termos econômicos construir seus próprios destinos.

Gohn (2007) ressalta que os Conselhos operários da Alemanha apareceram na séria crise provocada pelo movimento, que, no mês de maio de 1918, provocou a derrocada de estruturas institucionais, sendo Rosa Luxemburgo uma figura importante na discussão sobre conselhos alemães. A autora esclarece que Luxemburgo era uma defensora de que os conselhos das fábricas atuassem não apenas como órgãos de autogestão econômica e sim como órgãos de administração, exercendo funções municipais, educativas etc.

Por volta do ano de 1934 a 1937, os conselhos aparecem na Espanha vinculados ao anarco-sindicalismo, época em que o fascismo e a perseguição ao movimento operário ascendiam em certos países europeus. Na cidade de Barcelona, os conselhos operários chegaram a auto-gerir indústrias e organizar milícias.

Nos países Hungria, Polônia e Iugoslávia encontram-se exemplos de conselhos operários mais conhecidos no pós-guerra. Especificamente, na Hungria, os conselhos surgiram em uma posição de defesa em locais como fábricas, distritos, municipalidades e províncias por volta da década de cinquenta, mais precisamente na rebelião contra os russos em Budapeste. A vivência da Polônia com os conselhos se deu entre os anos de 1969 e 1970. A mais famosa experiência de conselhos nos países socialistas, de acordo Gohn (2008, p.69) se deu na Iugoslávia, visto que a questão surgiu associada à autogestão, após a 2ª Guerra Mundial, caracterizando-se como instituições do governo alternativo.

Os conselhos ganharam força em movimentos de contestação operária, sobretudo na Europa, tendo como finalidade, segundo Bobbio (apud SILVA, 2006, p.18): “[...] Dar uma resposta a uma situação de insuficiência e/ou crise de legitimidade dos organismos de representação sindical”. Gohn (2007) observa que os conselhos aparecem em momentos de graves crises políticas, entrando em conflitos com organizações tradicionalmente estabelecidas.

Na democracia americana também se encontram presentes os conselhos, só que em uma configuração diferente dos países socialistas ou dos experimentos de contestação dos setores de produção. Tais conselhos possuem relação com o consumo de bens, serviços e equipamentos coletivos públicos e ainda moradia familiar, funcionando como organismos de pressão da sociedade civil, como lobbies ou estruturas de apoio à administração pública.

Pelo histórico relatado, a observação de Silva (2006, p.18) parece ser bastante oportuna, ao declarar que: “[...] Embora hoje os conselhos estejam inspirados nos ideais de democracia participativa incorporando os princípios liberais, não podemos negar que a ideia primeira de conselho foi criada por intelectuais da esquerda revolucionária”.

Na gestão pelos conselhos operários, Gohn (2007) afirma existir uma memória histórica e coletiva que faz parte da luta de segmentos oprimidos na tentativa de se libertar nos campos econômico, político, social e cultural e que os conselhos operários repudiam a lógica do capitalismo e que buscam maneiras outras de poder descentralizado, autônomo e com autodeterminação⁴.

No Brasil, Silva (2006) observa que durante o Império, criaram-se conselhos municipais de educação e, mais adiante, no governo de Getúlio Vargas, alguns conselhos de caráter técnico apareceram no cenário nacional.

Durante o século XX, no Brasil, foram observados por Gohn (2007) três tipos de conselhos: os primeiros seriam os conselhos comunitários que surgiram para auxiliar à administração pública municipal em fins dos anos

⁴ A Comuna de Paris foi um governo de trabalhadores por dois meses na França, em 1871. É considerada por muitos historiadores como a primeira experiência histórica de autogestão operária por meio de conselhos populares. Segundo Eric Hobsbawm, foi um governo insurrecional de trabalhadores em uma única cidade e “[...] foi importante não apenas por aquilo que realizou, como por aquilo que anunciou; era mais formidável como símbolo do que como fato” (HOBSBAWM, 1982, p.184). Propunha demolir toda a organização do trabalho capitalista, a fim de substituí-la por organização nova. As oficinas da Comuna foram modelos de um tipo de democracia popular. Elas fixavam salários, jornadas de trabalho, escolha das chefias etc., com a participação de todos os trabalhadores organizados em comitês. No âmbito da cidade, existiam comitês de bairros que cuidavam da instrução pública. Mas a comuna foi uma experiência de solidariedade em tempo de guerra. Ser um cidadão era ser um combatente, estar no campo de batalha. Para nós, a importância de registrar a experiência da Comuna como um grande legado histórico das lutas populares está no fato da novidade histórica que ela inaugurou: a autogestão da coisa pública pelos próprios mandatários, a possibilidade da participação direta da população na gestão da cidade, principalmente na gestão pública estatal, articulada com a gestão da produção, em um projeto político emancipatório. Fonte: (GOHN, 2007).

setenta; em segundo, viriam os conselhos populares em fins da década de setenta e início dos anos oitenta; e, em terceiro, os conselhos de representantes, cuja previsão está na Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Os conselhos de caráter deliberativo e democrático, como são conhecidos hoje, vieram à tona principalmente depois dos anos 80, após a abertura democrática e as inovações institucionais trazidas pela Constituição Brasileira de 1988, como os conselhos gestores de políticas públicas, que surgem em meio ao novo direcionamento de descentralização administrativa e do aumento da participação popular na decisão de políticas públicas em geral (SILVA, 2006).

No ano de 1988, na Carta Magna Brasileira reconhecia a organização de movimentos sociais com a introdução de mecanismos de participação popular no processo de decisão sobre políticas estatais. O artigo 1º da referida Carta prevê que: “[...] A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito”. Fiorillo (2009, p. 128) explica que, no que diz respeito ser um Estado de Direito, tal assertiva tem o significado de um Estado vinculado ao regime constitucional, à legalidade, sendo caracterizado “[...] pela existência de um ente Constitucional baseado em fundamentos democráticos (incisos I a V do art. 1º da CF).

No parágrafo único, do referido artigo, encontra-se a previsão de que “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos desta constituição”, configurando-se que o poder é exercido pelo povo de forma direta ou indireta, sendo que aí na ótica de Moraes (2003, p.70): “[...] se encontra o fundamento das formas e instrumentos de participação política no Brasil”.

No exercício de seu poder político, a sociedade pode participar de forma direta ou indireta, através da escolha de representantes em eleições que acontecem periodicamente, na forma de participação indireta característica da democracia representativa, ou na execução de uma função pública, em uma participação política direta configurando a democracia participativa.

Quanto aos tipos de democracia acima citadas, Moraes (2003) explica que:

[...] As duas formas são compreendidas como complementares. Os regimes democráticos que as adotam procuram dessa maneira, ampliar os benefícios e diminuir as limitações ou vícios que se apresentam quando se adota somente a representação. Essa foi a opção do regime constitucional brasileiro. (MORAES, 2003, p.71).

A origem dos conselhos no Brasil, segundo Teixeira (2000) está relacionada à luta e organização dos movimentos sociais, sendo também associada aos conselhos populares. Teixeira chama atenção que quando apareceram os primeiros conselhos populares, só havia representantes da população, o que em um segundo momento foi modificado, chamando-se representantes do governo.

Sobre as origens dos conselhos, Teixeira (2000) esclarece que, dentre outras, foram as comissões de fábrica, que representaram outra opção ao sindicalismo dos anos setenta. Alguns derivaram se de obrigatoriedade de uma lei federal, alguns foram ligados a fundos específicos, sendo uma exigência para repasse de verbas da esfera federal para a municipal, havendo os que surgem para implementar políticas públicas, ou apenas uma política específica, existindo ainda os criados por lei municipal ou estadual atinente às características de certa localidade, ou por motivo de reivindicação dos cidadãos, ou porque um vereador de um município o considera e resolve fazer um projeto de lei.

1.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A DEMOCRACIA BRASILEIRA

No que se refere aos objetivos dos considerados novos movimentos sociais, Silva menciona (2007) que:

A participação no processo decisório das políticas estatais e o exercício do controle social sobre as ações do governo como bandeiras pela democratização, de um modo geral, sempre estiveram presentes na pauta de reivindicações dos movimentos populares, principalmente a partir da década de 70 e 80 com o surgimento dos “novos movimentos sociais”. (SILVA 2007, p. 35, grifos do autor).

Os “novos movimentos sociais” emergem, segundo Carvalho (2000), captando as novas demandas sociais em um contexto de inexistência de canais de interlocução, abrindo espaços para a ação política, alcançando uma identidade e formas de se organizar diversas dos sindicatos e dos partidos. A

falta de espaços para a negociação de conflitos e de lugares para a ação política devia-se à Ditadura Militar vivida no país dos anos 1964 a 1985, período no qual um grande aparato repressor se instalou impedindo iniciativas de organização popular, gerando um ambiente social e político profundamente retraído e onde, na visão de Rocha (2009, p.210), “[...] centralizavam-se as decisões, as funções e recursos a nível do governo central em detrimento das estruturas sub-nacionais de poder, graças à Constituição de 1967, à Emenda Constitucional de 1969 e, principalmente, a Reforma Tributária de 1966.”

No que se refere à constituição desses novos movimentos sociais, Sader (apud CARVALHO, 2000, p. 2) observa que se deve destacar os papéis exercidos pelo sindicalismo, pela Igreja e também pela esquerda marxista, matrizes que ganham força com fatos da derrota da luta armada e a incapacidade de apelo da Igreja frente aos seus fiéis tradicionais. A educação popular baseada nas obras de Paulo Freire tornava factível um diálogo dessas matrizes com os sujeitos populares e ainda de acordo com Carvalho (2000):

[...] Afirmando a reciprocidade entre educador e educando, a ‘educação popular’ abre lugar para a elaboração coletiva e crítica da vida individual e social das classes populares, construindo espaços onde se dessacralizam hierarquias e autoridades, onde se constroem conhecimentos coletivamente, onde se elaboram coletivamente projetos de transformação social, processos que levam esses setores, excluídos da agenda ‘pública’, a ocupá-la, provocando a constituição de uma esfera pública. (CARVALHO, 2000, p. 2, grifos do autor).

E assim por todo o país, espalham-se, de acordo com Carvalho (2000), as comunidades eclesiais de base, os clubes de mães, as pastorais populares das igrejas, os movimentos populares por creches, por saúde e contra a Carestia e ainda o novo sindicalismo oriundo dos grupos de oposição sindical como a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, indicativos de afirmação contra as hierarquias, de ruptura das subordinações e quebra de simbologias de autoridades, provocando um lugar de cidadania, que fez que esses movimentos sociais construíssem o que Carvalho (2000, p. 3) denomina de: “[...] uma nova esfera pública no Brasil, nova porque praticamente inexistente até a emergência desses novos sujeitos”.

O relevante papel da Igreja na formação dos movimentos sociais na sociedade brasileira é ressaltado por Carvalho (2000) que observa que a

transformação do ponto de vista eclesial, a respeito de se pensar o desenvolvimento, abandonando a ótica que o mesmo deve se fundamentar apenas na ação do Estado para assumir que este deva ocorrer através da atuação e participação do povo, sendo este sujeito das conquistas. Carvalho (2000) esclarece que:

[...] Esta mudança é fundamentada pela Teologia da Libertação e redimensiona fortemente a ação pastoral de parte da Igreja Católica e de outras igrejas cristãs, gerando uma cultura que valoriza a “inserção” de padres, freiras e outros “agentes de pastoral” no meio do povo. Estas pessoas, inconformadas com as injustiças e “contaminadas pelo fervor” da Teologia da Libertação, dedicam-se a “movimentar” o povo, acompanhando e apoiando o dia-a-dia de greves e ocupações, motivando e dinamizando processos organizativos de defesa e conquistas de direitos. (CARVALHO, 2000, p. 2, grifos do autor).

Quanto às questões acima citadas, Hébette (2002) analisa que nas áreas rurais:

[...] os membros progressistas da Igreja, às vezes à revelia das autoridades maiores, souberam ocupar muito bem o espaço que a eles se abria, em uma sintonia construída, de parte e outra, e em interação positiva com elementos dinâmicos do campesinato em formação na fronteira. É nesse espaço aberto pela Igreja que se formou toda uma geração de militantes, não somente religiosos, como também sindicais e políticos até hoje influentes no campo. (HEBETTE, 2002, p. 210).

Esses movimentos que se reúnem em ações de reivindicação, não aceitam relações de proteção, de subordinação ou de cooptação de quem quer que seja, partidos, instituições ou do próprio Estado, erigindo o que é denominado por Carvalho (2000) de uma forte cultura participativa e autônoma e uma posição contrária ao Estado que põe vários novos assuntos na agenda pública, fazendo com que direitos fossem conquistados, espalhando-se por todo o país em uma teia de organizações populares que lutam para conquistar, garantir e ampliar direitos não somente relacionados ao trabalho, mas também como o de enfrentamento de conflitos pela melhoria das condições de vida em geral, seja no campo ou na cidade e, posteriormente, encabeçando embates contra outros tipos diferentes de discriminação.

Quanto aos conflitos, para Honneth (apud GOHN, 2008), estes possuem uma função educativa na sociedade, já que apontam as áreas nas quais não existe respeito pelo outro e muito menos se reconhece o outro como igual, daí surgindo uma série de problemas. Gohn (2008) explica:

[...] O reconhecimento seria uma luta por ampliação de direitos. Ao lutar por sua auto-realização e seu reconhecimento, os indivíduos estão trabalhando sobre e com os conflitos existentes. Os movimentos sociais surgem dessas relações de conflito. Eles são parte da luta por reconhecimento. (GOHN, 2008, p. 49).

Os anos setenta, que viram nascer e crescer fortes movimentos de base apesar do toda a repressão de um governo militar, caminham para que, nos anos oitenta, ocorra, na visão de Carvalho (2000), uma:

[...] **articulação** em federações municipais, estaduais e nacionais, entidades **representativas** desses movimentos, cujas expressões mais fortes são a construção da CUT (Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores, um partido que, no dizer de Lula, seu fundador, nasce da percepção de que os trabalhadores precisam fazer política partidária para garantir “na lei” as conquistas obtidas nas **lutas** reivindicativas. Um **partido** que se pensa como **expressão**, na política “maior” de toda a mobilização social desse período, do espaço público pelas lutas dos trabalhadores. (CARVALHO, 2000, p. 3, grifos do autor).

No meio dos anos oitenta, o País viveu enfim o fim da ditadura militar e ascensão ao poder presidencial por um civil. À já iniciada abertura política, une-se um processo inicial de redemocratização, propiciando possibilidades legais, espaço e voz aos movimentos sociais, contribuindo para o fortalecimento da sociedade civil e culminando com um processo Constituinte.

O processo acima se realiza através da atuação do poder constituinte, que segundo Silva (apud SALGADO, 2007, p.21), “[...] é o poder que cabe ao povo de dar-se uma constituição [...]” e que tem como titular o povo, embora possa ser delegável, como o foi naquela ocasião a uma Assembleia Constituinte que ficou incumbida de elaborar uma Constituição. Era um momento que se traduzia em uma necessidade e um anseio popular para uma forte ruptura dos modelos jurídico e político anteriores, como explicita Carvalho (2000):

[...] O processo constituinte, o amplo movimento de “Participação Popular na Constituinte”, que elaborou emendas populares à Constituição e coletou subscrições em todo o país, marca este momento de inflexão e uma nova fase dos movimentos sociais. Momento em que as experiências da “fase” anterior predominante reivindicativa, de ação direta “de rua”, são sistematizadas e traduzidas em propostas políticas mais elaboradas e levadas aos canais institucionais conquistados, como a própria iniciativa popular

de lei que permitiu as emendas constituintes. (CARVALHO, 2000, p.3, grifos do autor).

Toda essa atuação dos novos movimentos sociais, definindo-se pela luta de conscientizar sobre o que é ter direitos, para consegui-los, assegurá-los, também por redefini-los e também por participar da gestão pública, alcançou seu ápice na promulgação da Constituição de 1988, ao estabelecer em seu artigo 1º, um Estado Democrático de Direito e em seu artigo 1º, conforme já citado anteriormente.

Considerada uma forma de governo, democracia é definida no dicionário Aurélio da seguinte forma: “[...] 1. Governo do povo; soberania popular. 2. Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e na distribuição equitativa de poder”(FERREIRA, 2001, p.226).

Percebe-se um reconhecimento da democracia como um processo de convivência, uma maneira de viver, onde deve existir o respeito e a tolerância entre os que juntos convivem, tratando-se ainda de um regime que possibilita uma garantia para a realização dos direitos fundamentais do homem, parafraseando Silva (2006).

Sobre democracia, Chauí (2000, p. 24) se preocupa também em conceituá-la, diferenciando da concepção liberal, na qual a figura importante é a do indivíduo que possui a cidadania civil ou política e que faz parte da sociedade civil para assumir a expectativa da esquerda, cuja figura relevante são os sindicatos, movimentos sociais e populares, caracterizando-a de forma a ultrapassar a ideia de apenas um regime político e sim como a forma geral de uma sociedade considerando-a dentre outras maneiras como uma: “[...] Forma política na qual, ao contrário das outras, o conflito é considerado legítimo e necessário, buscando mediações institucionais para que possa exprimir-se. A democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho dos e sobre os conflitos” e ainda:

[...] Única forma sociopolítica na qual o caráter popular do poder e das lutas tende a evidenciar-se nas sociedades de classe, na medida em que os direitos se ampliam seu alcance ou só surgem como novos pela ação das classes populares contra a cristalização jurídico política, que favorece a classe dominante. Em outras palavras, a marca da democracia moderna, permitindo sua passagem da democracia liberal para a democracia social, encontra-se no fato que somente as classes populares e os excluídos concebem a exigência de reivindicar direitos e criar novos direitos. Isso significa, portanto, que a cidadania se constitui pela e na criação de espaços sociais de lutas (os movimentos sociais, os movimentos populares, os

movimentos sindicais) e pela instituição de formas políticas de expressão permanente (partidos políticos, Estado de direito, políticas econômicas e sociais) que criem, reconheçam e garantam direitos.. (CHAUI, 2000, p.24).

1.3 TIPOS DE INSTRUMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA SURGIDOS NO BRASIL APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988

A Carta Magna de 1988 trouxe em seu bojo o princípio da participação de corrente do princípio do ideal democrático, iniciando uma nova forma de gestão pública, baseada na libertação da cidadania, na urgência de uma sociedade civil que se organizava que passaria atuar junto ao Poder Público, tendo então a possibilidade de controlar a gestão pública. Rigo Santin (2008) explica o porquê:

[...] Busca-se com a participação do cidadão na gestão político-administrativa verificar se os governantes procedem de forma responsável na condução da coisa pública e se suas decisões estão afinadas aos interesses da comunidade que o elegeu. Impor ao Estado, pela participação dos indivíduos, o devido controle democrático, no sentido de fazê-lo cumprir suas obrigações para com todos, sem distinções ou favoritismos administrando com responsabilidade o dinheiro público, no combate a corrupção e às práticas clientelistas e personalistas. (RIGO SANTIN, 2008, p.63).

Como as funções do Estado, de acordo com Boaventura Santos (apud GOHN, 2007), estão mais relacionadas à coordenação, do que propriamente às funções de produção direta de bem estar, a fiscalização da ligação de se granjear recursos com aplicações exclusivas torna-se impossível através de processos da democracia representativa, sendo então necessário de serem complementados com mecanismos da democracia participativa.

Continuando sua análise, Boaventura Santos (apud GOHN, 2007) assevera que a passividade apresentada pelo Estado, advinda da perda do monopólio regulatório, deve ser contrabalançada com disposições predominantemente da cidadania ativa, visto que tal passividade pode ser preenchida pelo que denomina de fascismos societais. O autor finaliza concluindo que uma forma possível de tentativa de retomar a capacidade do Estado é através do que chama “fiscalidade participativa”.

Gohn (2007) denomina democracia deliberativa como:

[...] um sistema que mistura a democracia direta com a democracia representativa; ela diz respeito aos mecanismos de representação política, em que exista o envolvimento dos cidadãos políticos ativos, construtores de consensos, por meio de diálogos interativos realizados no decorrer dos processos de participação, na geração e elaboração de políticas públicas. Esse modelo de democracia exige a redefinição institucional de algumas instituições governamentais, principalmente no âmbito local, como instituições de participação deliberativas. (GOHN, 2007, p.42).

Fungerik e Wright (apud GOHN, 2007) ressaltam os cinco princípios institucionais que embasam “os experimentos” em democracia deliberativa:

[...] orientação de solução de problemas; centralidade da deliberação direta para descobrir soluções e programas para implementá-los; redução da distância entre o público (marcado pela lógica burocrática organizacional) e o privado (marcado pela lógica do mercado, do lucro); engajamento de grupos diversificados no diálogo, e transformação dos aparatos estatais em instituições de participação deliberativas permanentemente mobilizadas. (FUNGERIK; WRIGHT apud GOHN, 2007, p.43).

No Brasil, há aproximadamente vinte e dois anos, a partir da Constituição de 1988, as transformações no cenário político levaram os cidadãos comuns brasileiros a serem chamados à esfera pública para realizarem um importante papel, isto é, para participarem dos inúmeros instrumentos de gestão democrática que surgiram, objetivando o fortalecimento e consolidação de democracia no país, o que é explicado por Lyra (2003):

[...] Junto com os mecanismos de representação, o princípio de participação direta na esfera pública produziu - ou inspirou- o surgimento de diversas instituições de gestão ou fiscalização das políticas públicas, que corporificam essa prática participativa: as consultas populares, os conselhos gestores de políticas públicas, o orçamento participativo e as ouvidorias. (LYRA, 2003, p.383).

Quanto a esses vários tipos de instrumentos de gestão, Lyra (2003) faz uma importante declaração:

[...] O Brasil se constitui, atualmente, no palco de uma experiência que o coloca na vanguarda mundial da participação cidadã na gestão pública, pelo número de pessoas que envolve, em um país de dimensões continentais, e pela diversidade de instrumentos que o conforma. Assim, milhares de pessoas participam de conselhos gestores de políticas públicas em todo o território nacional. Milhões de pessoas debatem, em aproximadamente duas centenas de cidades- e em alguns Estados – nas reuniões do orçamento

participativo. Já as ouvidorias públicas, se distribuem de forma bastante desigual no país, chegando a aproximadamente um milhar, mas dessas apenas um número pouco expressivo goza de autonomia efetiva. (LYRA, 2003, p.383).

O que se observa é que por meio de criação de inúmeros espaços públicos, há uma ampliação do espaço de participação política e a possibilidade de um amadurecimento político dos cidadãos que atuam frente a esses espaços com o conseqüente aperfeiçoamento da democracia.

O Orçamento Participativo caracteriza-se, de acordo com Carvalho, (2000, p.4), por consultas e discussões a respeito do orçamento público municipal, que vem aumentando a proporção de cidadãos participantes frente a representantes do poder público, levando profundos ensinamentos aos participantes e provocando redefinições nos métodos empregados Carvalho (2000) explica o referido instrumento:

[...] Através deste processo a população de algumas cidades brasileiras –especialmente os seus setores mais pobres- passam a discutir os problemas urbanos que afetam suas vidas, as prioridades de investimento do governo municipal e a decidir o que deve ser feito, onde e quando. Depois se organizam grupos de acompanhamento da execução orçamentária e das obras realizadas com esses recursos. (CARVALHO, 2000, p. 4).

As variadas experiências do Orçamento Participativo de alcances bem diferenciados, com função consultiva ou deliberativa, são bastante consideradas por órgãos internacionais, como a Organizações das Nações Unidas (ONU), pelo caráter inovador de uma forma de gestão pública democrática, sendo possível com elas se conseguir mais eficiência e reconhecimento do governo.

Quanto aos Conselhos, inúmeros deles surgiram no Brasil, após a Constituição Cidadã, sendo de natureza deliberativa ou consultiva, também de origens e objetivos bem diferenciados. Alguns se tornaram obrigatórios por lei objetivando a implantação e/ou acompanhamento de determinada política pública ou de uma variedade de políticas incidentes sobre determinada base territorial atingindo uma atuação transversal. Surgem, portanto, como tentativa de se obter um melhor resultado na gestão, oportunizando aos cidadãos arenas nas quais poderão participar de maneira mais direta e cotidiana,

atuando em nível público local e não apenas em períodos característicos da democracia representativa.

É oportuno mencionar que, ao ser institucionalizado, o experimento de conselhos de gestão no Brasil no fim dos anos oitenta e no começo dos anos noventa, de certa maneira seguiu na contramão do que acontecia no próprio país e no contexto internacional, o que é esclarecido por Raichelis (apud PONTUAL, 2008):

[...] Enquanto no Brasil estávamos aprovando uma constituição que incorpora mecanismos democratizadores e descentralizadores das políticas sociais, fortalecendo a responsabilidade social do Estado, os modelos do Estado, os modelos do Estado Social entram em crise no plano internacional tanto nos Estados de Bem Estar social quanto no Estado Socialista. E deste processo emerge uma crise mais ampla, que desemboca no chamado projeto neoliberal e nas propostas de redução do estado e de seu papel social. Isto vai ter um impacto muito grande na nossa experiência de democratização das políticas sociais. (RAICHELIS apud PONTUAL, 2008, p.2).

Apesar de não se encontrar na lista dos exemplos, Carvalho (2000) posteriormente cita o relevante experimento participativo advindo dos movimentos sociais, hoje extinto, que é o das Câmaras Setoriais, explicando que foram:

[...] espaços tripartites de negociação de políticas industriais e de desenvolvimento, constituídas principalmente nos governos dos presidentes Sarney e Itamar Franco, a partir da crise automobilística. Envolveram sindicatos, Centrais sindicais, governos e empresários e, no caso da Câmara Setorial da Construção Civil envolveram também movimentos sociais e ONGs que atuam na luta pela moradia popular. (CARVALHO, 2000, p. 5).

As ouvidorias brasileiras atualmente representam um canal aberto de diálogo com a população, um espaço para a participação popular que vem pela escuta de um questionamento, reclamação e/ou de uma reivindicação que vão gerar recomendações para uma melhor prestação do serviço público com respeito às pessoas, segundo as considerações de Oliveira (2010).

Os anos noventa, lembra Santos (2005):

[...] foram marcados por uma profusão de redes, fóruns, conselhos, comitês, entre outros espaços de diálogo que, a princípio, deveriam possibilitar a participação ativa dos cidadãos e cidadãs. Na prática, o objetivo consistia em materializar espaços públicos que favorecessem a democracia participativa, a transparência na tomada de decisões sobre temas de interesse público. (SANTOS, 2005, p.41-42).

Os mecanismos participativos em geral, na opinião de Gohn (2007), fundamentam-se no engajamento popular, visto que a participação dos cidadãos fornece informações a respeito dos problemas públicos, produzindo conhecimentos que vão subsidiar a formulação de estratégias objetivando a solução tanto dos problemas, quanto dos conflitos existentes e considerar que a qualidade da participação pode ser medida pelo nível da informação ou da desinformação que se encontram na opinião dos participantes.

A complexidade da questão impede um maior aprofundamento sobre o referido assunto se fazendo oportuno, no entanto, diferenciar as expressões “espaço público” e “esfera pública” para um melhor entendimento.

Sobre esta diferenciação, Santos (2005, p.55) explica que: “[...] A esfera pública pode ser entendida como um campo relacional mais amplo e situado entre a esfera privada, o Estado e o mercado. Essa esfera não possui forma definida, sendo mais uma interseção, conforme mostra a figura 1”. Para Avritzer (apud GOHN, 2007), as figuras centrais da ideia de esfera pública são constituídas pelos mais diversos atores, que constroem identidades em público ao estabelecerem novas maneiras de solidariedade, ultrapassando a condição privada de dominação. Ainda na questão, Santos (2005) afirma que:

[...] o espaço público designa a existência de instâncias mais específicas, destinadas a tratar de determinados temas em pauta na esfera pública. Assim, o espaço público está contido na esfera pública de maneira particular e pode assumir formas mais definidas, como conselhos, fóruns, câmaras, comitês, redes, entre outras circunstâncias. Dessa forma, em uma mesma sociedade podem coexistir diversos espaços públicos, que, juntos conformam a esfera pública como espaço relacional, conforme representa a figura 2. (SANTOS, 2005, p. 56).

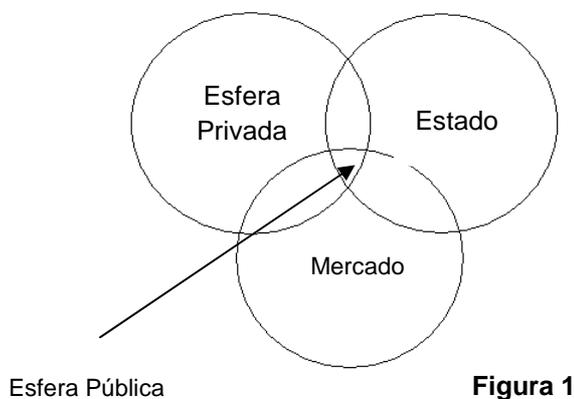


Figura 1

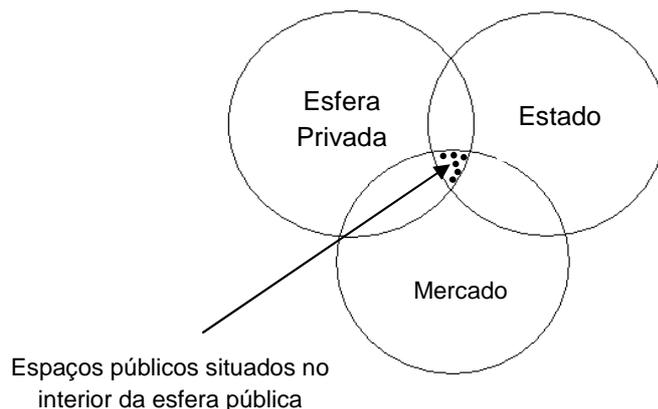


Figura 2

Fonte: (SANTOS, 2005, p. 56).

Espaço Público, de acordo com Santos (2005, p.63), é a expressão das mais diversas opiniões e interesses, encontrando-se neles atores sociais que formam o seu pilar. Os atores, aí referidos, advêm das mais diversas origens e é aí está colocada a questão mais importante do espaço público, lócus de ampliação do significado da democracia e política, no dizer de Avritzer (apud SANTOS, 2005, p.63) e “[...] passam a incorporar o reconhecimento das identidades múltiplas que, uma vez tematizadas e apresentadas, passam a ser processadas institucionalmente pelo sistema político”.

Após um período ditatorial, onde a repressão se instalou como um instrumento de poder e conservação dos militares no governo, o processo de abertura política chegou fortalecendo as esperanças de que a democracia iria resolver todos os problemas do país, de que todos poderiam participar efetivamente de decisões importantes.

Entretanto, mesmo isso se dando de forma bastante incompleta, é visível que a democracia participativa foi se delineando pelo país, propiciando aos cidadãos a possibilidade de se associar e de se organizar, expor suas ideias e discuti-las em espaços públicos e, finalmente, influenciar efetivamente nas decisões governamentais. É oportuno refletir um pouco na direção que esses espaços mesmo importantes para a democracia são locais de jogos de poder e interesses e por isso também apresentam uma série de dificuldades.

Neste ponto fica claro o complexo cenário de inserção do sistema de gestão em conselhos na realidade brasileira em meio a conflitos de origem

histórica ainda não resolvidos dificultando sua afirmação como forma de gestão verdadeiramente democrática.

1.4 CONCEITO, ORIGEM E DESDOBRAMENTOS DOS CONSELHOS COMO POLÍTICA PÚBLICA E INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Uma das grandes tarefas atribuídas aos conselhos é a criação de espaços das quais as pessoas poderão participar de maneira mais ativa, direta e cotidiana na gestão pública de um município, de um Estado, do poder público e não apenas em um único momento eleitoral, que acontece de quatro em quatro anos, nas eleições em função da democracia representativa (TEIXEIRA, 2000).

A possibilidade de participação na gestão pública é considerada por Oliveira (2007, p. 270) como: “[...] uma das mais importantes conquistas da sociedade brasileira”. Celso Daniel (apud OLIVEIRA, 2007, p. 270) expressou sua opinião: “[...] é importante que haja um esforço conjunto de governo e comunidade para multiplicar os interessados em participar da gestão pública através de conselhos”.

Os Conselhos de Gestão de Políticas Públicas são definidos por Santos Júnior (2000, p. 43) como “[...] canais institucionais com potencial de se tornarem arenas de interação entre o governo e a sociedade, por meio da expressão de interesses coletivos, da mediação de conflitos e da construção de consensos”.

Refletindo sobre os conselhos, Tatagiba e Teixeira (apud PONTUAL, 2008) consideram que os mesmos:

[...] são instituições participativas permanentes, definidas legalmente como parte da estrutura do Estado, cuja função é incidir sobre as políticas públicas em áreas específicas, produzindo decisões (que algumas vezes podem assumir a forma de norma estatal) e que contam em sua composição com a participação de representantes do Estado e da sociedade na condição de membros com igual direito à voz e voto. (TATAGIBA; TEIXEIRA apud PONTUAL, 2008, p.4).

Considero que esses dois conceitos são complementares, abordando a ideia dos espaços legais de participação, como essa interação vai acontecer, o possível alcance de suas decisões através dos representantes, em um sistema

paritário, cujo direito à voz e voto é de todos os que fazem parte do espaço e de forma igualitária.

Na visão de Pontual (2008), os conselhos gestores compreendidos como espaços de representação instituídos pelo Estado se diferenciam bastante da proposta dos conselhos populares, organizados por parte da sociedade civil com o objetivo de incidir sobre políticas públicas e ressalta que os conselhos possuem caminhos, identidades e configurações, cada um tendo uma história diferente para contar. Dois preceitos, apresentados por Tatagiba e Teixeira (apud PONTUAL, 2008) devem ser levados em conta em uma análise dos conselhos, que são a trajetória política e o desenho institucional.

Os estudos sobre conselhos apontam, na opinião de Pontual (2008) que os mesmos se apresentam em diferentes fases de desenvolvimento e consolidação, expressando suas trajetórias políticas em construção, o nível de mobilização e organização dos atores da sociedade civil que vão concorrer de forma determinante na construção de sua identidade política e observa que:

[...] Através das leis de criação e dos regimentos internos são definidas as regras para sua composição e representação, natureza da participação, dinâmica decisória, ritos procedimentais etc, os quais, por sua vez, indicam as potencialidades e os limites de cada espaço no tocante aos resultados da participação. (PONTUAL, 2008, p.7).

Certos conselhos, como por exemplo, os de Cultura são reconhecidos por Teixeira (2000) como anteriores a Constituição Brasileira de 1988, embora a partir da referida carta, aproximadamente nos anos noventa, os mesmos tenham atravessado uma série de mudanças.

Apesar da constatação acima, é notável a ampliação no Brasil, após o ano de 1988, no surgimento e quantidade de conselhos, nas mais diversas áreas como – saúde, educação, meio ambiente, mulher, criança, adolescente, dentre outros. Ganham profunda importância e se espalharam por município e estados do país. Camargo (1999, p. 313) esclarece a respeito de sua relevância: “[...] Os conselhos são, no entanto, o fundamento institucional da construção da governança que gerou transformações importantes nas relações entre sociedade e o Estado [...]”.

Quanto à composição, os conselhos, normalmente, não são formados somente de pessoas da sociedade civil. O princípio da co-gestão reside na participação do governo e também na da sociedade civil, configurando-se em metade ou um terço dos elementos de cada esfera, dependendo do tipo de conselho. Pontual (2008) observa que apesar da paridade ser uma conquista relevante, não é somente uma simples questão de números, envolvendo também correlação de forças estabelecida, disputa pela supremacia, associações que devem ser instituídas para fundamentar determinado projeto.

No que se refere à natureza, desde seus decretos de criação, os conselhos se apresentam como consultivos ou deliberativos a respeito de determinada política pública, compreendendo a ideia de que no momento em que a legislação de um conselho prevê que seu caráter é deliberativo significa que a política pública daquele setor deverá ser definida no conselho. Já um conselho, quando é consultivo, é porque o mesmo deverá ser consultado pelo Executivo, que levará em conta a opinião do mesmo ou não (TEIXEIRA, 2000).

A diferença entre decisão e deliberação é assim compreendida por Tatagiba e Teixeira (apud PONTUAL, 2008, p. 8): “[...] Enquanto o conceito de decisão remete ao resultado de um processo que envolve a eleição ou escolha entre alternativas; a noção de deliberação diz respeito à qualidade do processo que leva à decisão” e assim Pontual (2008, p. 8) conclui: “[...] O conceito de deliberação refere-se a um processo decisório que é precedido de um debate bem informado acerca das alternativas postas à definição dos problemas e às formas de intervenção”.

Os objetivos de um conselho variam bastante, podendo ser a formulação, acompanhamento ou fiscalização de uma política e no que diz respeito ao seu funcionamento; em geral os conselhos possuem grupos de trabalho e conduzem seu funcionamento através de encontros, conferências e de plenárias que acontecem com uma frequência usual, mostrando direções e caminhos aos conselheiros e ao próprio poder executivo.

Eis algumas ideias sobre os conselhos listadas e explicadas por Teixeira (2000, p. 22): “[...] 1) A partilha do poder; 2) A possibilidade de o conselho ser um espaço de explicitação dos conflitos; 3) Os conselhos podem ser espaços de democratização da democracia; 4) O processo desenvolvido dentro dos conselhos gerará mais eficácia”.

Quanto à partilha de poder, Teixeira (2000) explica que se faz necessário se pensar que o poder não deve ficar apenas com os Poderes Executivo e com o Legislativo, mas que a sociedade possa pressionar e também tenha participação em espaços e possa ter poder de decisão. No que se refere à segunda ideia, Teixeira pensa que o conselho deve ser o espaço onde são expostos os diversos interesses da sociedade e, neste mesmo lugar, a sociedade terá que tomar decisões que não serão acatadas por todos.

Democratizar a democracia para Teixeira (2000) tem o significado de que os membros dos conselhos envolvidos no processo aprendam a escutar as pessoas, a respeitar o fato de outras pessoas pensarem diferente deles e, principalmente, de quanto é difícil tomar decisões. Em relação à quarta ideia, acredita-se que a maneira trabalhada pelos conselhos deverá gerar uma maior eficiência, isto é políticas públicas, que alcancem uma quantidade maior de pessoas, com um melhor custo-benefício do dinheiro público.

Embora sejam um experimento recente e, em si, representem uma prática democrática que se constitui como algo bastante positivo, os conselhos, também recebem uma série de críticas pelos problemas que já foram observados em sua prática. Teixeira (2000, p. 23) apresenta vários desses problemas indicando cinco elencados a seguir: “[...] 1) baixa eficácia; 2) efetividade dos conselhos; 3) proliferação dos conselhos; 4) falta de articulação entre as esferas de governo; 5) representação dentro de um conselho com tantos atores diferentes”.

Os conselhos nem sempre atingem seus objetivos na visão de Elenaldo (apud TEIXEIRA, 2000) porque a baixa eficácia está ligada ao que se refere à quantidade de recursos públicos e, quando acontece um aporte menor de verbas, causa um impacto negativo nos resultados e consequências na eficácia dos conselhos.

Os problemas de efetividade dos conselhos, na visão de Teixeira (2000) relacionam a paridade, que apesar de se encontrar legalmente prevista, nem sempre se dá de fato, já que os representantes do governo possuem informações importantes e tempo para estarem presentes nos momentos de reuniões, encontros etc., o que não acontece todas as vezes com os representantes da sociedade civil. Ainda neste tópico, Teixeira (2000) acrescenta sobre representantes do governo nos conselhos, que algumas

vezes não têm compromisso com o tema ou que não têm poder junto aos governos e a deliberação que é apenas formal.

Como terceiro problema, Teixeira (2000) observa que o número de conselhos aumentou consideravelmente, sem haver articulação entre eles; em quarto, a total desarticulação entre as esferas de governo no que tange às políticas públicas e o quinto a difícil representação dentro de um conselho, já que as pessoas que estão dentro dos mesmos olham para certos setores e assuntos que lhes interessam e deixam outros tantos de lado.

Embora os estudos e observações sobre conselhos indiquem dificuldades pelas quais passam os conselhos, Pontual (2008) destaca que o tempo decorrido desde a criação e a implantação de conselhos de gestão, cujo marco foi a Constituição de 1988, é considerado um curto espaço de tempo, frente à tradição autoritária e elitista que caracterizou o relacionamento do Estado com a sociedade brasileira, tendo no clientelismo a sua maior expressão e nesse quadro assevera:

[...] a criação relativamente recente de diversos canais institucionais de participação popular nas políticas públicas, dentre os quais os conselhos são os de maior expressão numérica e capilaridade social, deve ser vista, como parte do longo e complexo processo de construção da democracia e cidadania no país. (PONTUAL, 2008, p.2).

Além dos problemas acima elencados, Teixeira (2000, p. 24) enumera alguns desafios que conselhos, em geral, precisam enfrentar, sendo que o primeiro: “[...] olhar bem para os setores sociais e ver quem está dentro do conselho e quem não está”. O segundo: “[...] é criar e valorizar arenas, espaços apenas da sociedade civil, como fóruns, que sejam espaços de preparação para o embate do conselho. É estimular o fortalecimento da sociedade para que ela vá para dentro do conselho de maneira mais articulada.”

O terceiro, continua Teixeira (2000, p. 24), é: “[...] destacar a articulação entre os conselhos”. [...] “[...] criar infra-estruturas coletivas dos conselhos para que todos possam usufruir o mesmo espaço, criar redes de articulação [...]”. O referido autor aponta o quarto como a: “[...] a produção de dados e subsídios para as decisões dos conselhos”; “[...] É preciso aproveitar o saber produzido tanto pelo próprio governo, como também pela universidade, pelas ONGs ou pelos centros de pesquisa”.

Como quinto e último ponto colocado por Teixeira (2000), o que chama atenção é que:

[...] importante estar atento aos recursos públicos para os conselhos. Se você quer saber a prioridade de um governo, olhe para como ele distribui os recursos públicos, para o que ele está dando prioridade. Conselhos que não discutem o orçamento, que não olham para as contas públicas, não desvendam como está sendo gasto o dinheiro público, acabam falando de coisas muito genéricas, muito abstratas e, na verdade, não tem poder de fato. Só assim é possível ter um bom e efetivo conselho. (TEIXEIRA, 2000, p.25).

Os desafios listados pelos autores parecem bastante decisivos para o futuro dessa forma de gestão pública, tornando-se da grande utilidade mais pesquisas sobre o assunto, para um maior esclarecimento do que é possível acontecer de fato no que se refere à participação dos cidadãos nos conselhos.

1.5 CONSELHOS: uma administração pública societal

Para que se possa entender o modelo de Estado, no qual se traça a nova referência de Administração Pública, de acordo com Duarte (2008) se faz necessário olhar a situação de uma transformação em nível mundial com a globalização. Nesse quadro, essa administração que surge, não combina com o modelo hegeliano tão característico da modernidade que fazia uma separação clara entre a Sociedade Civil e o Estado, também não se coaduna com o modelo weberiano que se coloca sob uma base da legalidade norteando ações políticas e administrativas.

No padrão político e administrativo vigente, a coerência de raciocínio e de ideias trabalhadas em vinculação com a função e finalidade pública, é ultrapassada por outra em atendimento aos grupos com os quais existam relação, ou seja, a situação social em si, fazendo com que a Administração Pública deixe sua função de execução e de representação de “órgãos políticos centralizados” e caminhe para uma autonomia, na proporção em que interage com os vários grupos sociais.

Para uma melhor compreensão dessa situação, Duarte (2008) destaca que:

[...] torna-se necessário observar os processos de mudança do paradigma político-estatal, cujas características se vislumbram nas noções de Nação Soberana; Estado Nacional; centralização de poder e hierarquia burocrático-administrativa, em direção a um paradigma político globalizado e de segmentações sociais; Estado em

transformação; descentralização política e controle finalístico e fragmentado da atividade administrativa. (DUARTE, 2008, p.138).

Quando a Constituinte foi elaborada, o tema 'participação' que já começara a ser discutido, atingiu seu auge e nesse momento as mais variadas forças políticas buscavam um novo referencial para as relações entre Estado e sociedade, baseado em ideais de democracia. Os atores que formavam a composição dos novos movimentos sociais eram os sindicatos, pastorais, ONGs, partidos políticos de esquerda e a esses se juntaram entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

No contexto acima surgem inúmeros governos com projetos inovadores de gestão pública, que resguardavam variadas práticas de participação social, predominantemente nos governos populares que aumentavam seu espaço na cena do país, ao lado de “[...] conselhos de gestão tripartite, comissões de planejamento e outras formas de representação”, que um pouco mais tarde são legitimados nos processos que envolvem as políticas públicas (PAULA, 2005, p.154-155).

Assim, vai se firmando o ponto de vista que direciona a vertente societal que, de acordo com Paula (2005) significa:

[...] a implementação de um projeto político que procura ampliar a participação dos atores sociais na definição da agenda política, criando instrumentos para exercer um maior controle social sobre as ações estatais e desmonopolizando a definição e implementação das ações públicas. (PAULA, 2005, p. 155).

Na visão da autora, a vertente societal tem seu fundamento na ideia que a reforma do Estado não é só uma discussão administrativa e gerencial e sim um projeto político. No dizer de Nogueira (apud PAULA, 2005, p.155), “[...] um projeto político, bem mais do que um técnico-gerencial”.

Na visão de Genro (apud PAULA, 2005) torna-se necessária a reflexão no sentido de gerar ideias sobre a reforma do Estado:

[...] a partir de uma relação Estado-sociedade, que o abra a estas organizações sociais (à participação do cidadão isolado), particularmente àquelas que são organizadas pelos excluídos de todas as matizes, admitindo a tensão política como método decisório

e dissolvendo o autoritarismo do Estado tradicional, sob pressão da sociedade organizada. (GENRO apud PAULA, 2005, p. 156).

No processo acima, Paula (2005, p.156) observa que as ações concedem identidade aos cidadãos, transformam o dia a dia das cidades e modificam o seu entendimento da cidadania, destacando-se a “[...] ação dos governos locais e a construção de novos canais de participação, como os **conselhos gestores de políticas públicas**⁵, os fóruns temáticos voltados à discussão e questões variadas relacionadas com o interesse público e o orçamento participativo”.

A vertente societal se direciona para um pensamento que abrange a qualidade de vida e a expansão das atividades humanas, re-significando conceitos de “privação” e “bem estar”, e ainda alterar as ações e políticas que provocarão essas mudanças. Paula (2005, p. 158) enfatiza: “[...] Assim, o desenvolvimento é interpretado como a busca de respostas criativas para problemas que envolvem escassez de recursos e que podem ser resolvidos através do estímulo ao potencial produtivo e participação cidadã”.

Paula (2005) conclui que se trata de um desafio da gestão pública democrática: o reconhecimento de situações que se relacionam com os direitos (os quais estão vinculadas à implantação de políticas) e com a função dos cidadãos e dos burocratas, quando há necessidade da administração gerencial e quando se faz necessária a administração de conflitos e interesses.

A vertente societal se adéqua ao que foi escrito sobre as unidades de conservação, especialmente as reservas extrativistas que se orientam a um desenvolvimento sustentável que vai buscar fazer uso dos recursos naturais de uma maneira que possam ser apropriados por todos em um modelo de gestão deliberativa que permita seus usuários a discussão, decisão e ao exercício de seu papel conjuntamente com os representantes do Estado, tendo a compreensão do momento de atuação de cada um dos atores (sociedade civil e Estado).

Na fala de um dos fundadores da Reserva Mãe Grande de Curuçá, o senhor Jorge Macedo:

[...] Ainda é um modelo novo para nós. Essa forma de administrar é algo novo para uma cultura política onde sempre está presente o chefe, e a cultura do coronelismo em que o prefeito o governador dão tudo [...] Esse modelo é um bebê, como todo o bebê corre-se o risco

⁵ Grifo nosso.

de adoecer e morrer. Tem suas fragilidades, assim como pode se robustecer. Tem que trazer os alimentos necessários para o nosso bebê crescer que são as aspirações e a participação Popular. Há muitas forças contrárias a este modelo. Não há interesse que a sociedade descubra seu espaço. Esse modelo é desafiador para a cultura local os vereadores e deputados sempre compraram seus votos, deram cestas básicas. Cadê os Projetos? Esse modelo precisa de amadurecimento!

A fala do senhor Jorge reflete uma realidade cada vez mais comum para este tipo de gestão, em um contexto de uma cultura onde predomina o clientelismo. A gestão na forma de conselhos é algo bastante recente e no caso da RESEX Mãe Grande concorre com outro tipo de gestão tradicional característica do contexto político do município de Curuçá, onde existem lideranças moldadas na cultura do mandonismo, da chefia, tornando-se realmente um grande desafio, a possibilidade de aceitação e adaptação às mudanças.

No aspecto que se relaciona às lideranças da sociedade civil, ocorre a urgente necessidade de engajamento no processo e participação efetiva para que esse tipo de gestão realmente cresça e mostre seu rosto. Como vimos, no discurso de senhor Jorge, transparece a compreensão de que para que este tipo de gestão alcance seus objetivos, é latente a necessidade de um longo processo de amadurecimento.

2 A RESERVA EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ

2.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS, SÓCIOAMBIENTALISMO E AS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Os ventos que sacudiram o país a partir da redemocratização possibilitaram o atendimento aos reclamos de setores até então excluídos pelos governos. Em meio a reivindicações originadas nos movimentos sociais advindos de uma sociedade que começava a se organizar de forma mais explícita e uma opinião internacional em defesa do meio ambiente e da Amazônia, surgem os movimentos sócio-ambientais.

Esses movimentos, de acordo com Hall (apud LIMA, 1997) originaram-se da parceria de populações locais em defesa dos recursos naturais fundamentais para a sua sobrevivência, proliferação de organizações não governamentais que atuam na luta pelo meio ambiente e que agora, sob uma outra concepção buscava proteger os meios de vida e cultura de populações envolvidas. Alegretti (apud Becker, 2004) ressalta:

[...] Com efeito, foi nesse período que as imagens de queimadas na Amazônia causaram um impacto simbólico maior que outros desastres ambientais contemporâneos, intensificando pressões nacionais e, principalmente internacionais, oficiais e privadas, no sentido de aceleração dos processos de demarcação de terras da Amazônia. (ALEGRETTI apud BECKER, 2004, p.117).

As reivindicações das comunidades, como o direito à terra, produção, organização comunitária e conservação do meio ambiente depois de longos anos de luta foram legitimadas no segmento extrativista da Amazônia através de vários modelos de unidades de conservação (UC), dentre eles as reservas extrativistas, que surgiram em um momento de grande discussão temática do meio ambiente na ordem mundial e nacional, que, incentivado pelo que Becker (2004, p. 117) chama de: “[...] repercussão mundial do assassinato do líder sindicalista e seringueiro Chico Mendes, em dezembro de 1988, que acrescentou uma dimensão social ao debate em torno do desmatamento e incentivando a criação de pequenos espaços ambientais”, sendo analisado por Becker (2004):

[...] Este fato deu visibilidade à luta política de outros segmentos existentes na região, no caso dos seringueiros da Amazônia ocidental, e de outros povos indígenas, que sobreviviam da exploração de recursos naturais e necessitavam, também defender seus territórios tradicionais ameaçados pelo avanço indiscriminado de pecuaristas e madeireiras que lideravam o desmatamento na região. (BECKER, 2004, p.117).

A grande manifestação surgida a partir dessa luta, conjuntamente com a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente em 1992 (Rio-92), na Agenda 21 nacional e local, que recomendava, entre outras diretrizes, o que Camargo e Capobianco (2002) explicam como:

[...] a necessidade de operacionalizar instrumentos e políticas que, a partir do atual padrão de desenvolvimento, possam propiciar as transformações de critérios e práticas econômicas, sociais, culturais, de governo e governança na sociedade. (CAMARGO; CAPOBIANCO, 2002, p.90).

Isso fez com que a década de 1990 assumisse uma grande importância para a área ambiental, já que sedimentou o caminho para o que Aquino (2009) chama de:

[...] institucionalização de uma política ambiental no Brasil, Têm-se a criação do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA, componentes de um arranjo institucional que se desdobrará na criação de instituições correspondentes no âmbito das Unidades de Conservação na Amazônia, como as Reservas Extrativistas- RESEX e Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS [...].(AQUINO, 2009, p.231).

Os resultados da maneira de produção capitalista expressam-se nos excluídos econômica e ambientalmente, que passaram a lutar para obter uma melhor condição de vida, através da organização em entidades, conseguindo muitos avanços, já que em sua caminhada receberam o apoio nacional e internacional como foi no início do movimento com os seringueiros do Acre, que foi analisado por Prost (2007):

[...] O movimento dos extrativistas se consolida com a realização de seu primeiro encontro nacional a partir do qual nasce o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). O CNS alia a reivindicação de usufruto tradicional das colocações e defesa ambiental da floresta. O governo cria vários programas de assentamentos extrativistas (PAE) em terras de uso comum, incorporando os seringueiros no plano nacional de reforma agrária. Mas adiante do imobilismo dos PAE e a insistente pressão internacional, O CNS passa a defender a utilização das reservas extrativistas enquanto espaços destinados à utilização sustentável e à conservação dos recursos naturais renováveis. Na

década de 1990, as primeiras RESEX (reservas extrativistas) são então criadas no Acre e em outros Estados com populações extrativistas, tais como as quebradeiras de coco babaçu no Maranhão.⁶ (PROST, 2007, p.146).

De acordo com Diegues (apud ALEXANDRE, 2002) as sociedades e culturas tradicionais se caracterizam pela:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção da mercadoria possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de compadrio par o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com grupos de poder dos centros-urbanos;
- k) auto-identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. (DIEGUES apud ALEXANDRE, 2002, p.11).

Esses movimentos, mesmo estando baseados em segmentos bem específicos como os dos seringueiros, foram dialogar com os ambientalistas de âmbito nacional e internacional, o que segundo Santos (2005, p. 29), levou a colocarem em sua pauta a “[...] defesa do uso sustentável dos recursos naturais por parte da população que dependiam deles”.

A partir desse diálogo estabelecido, o agro extrativismo passa por grande valorização confirmando-se como uma alternativa econômica para a Amazônia e a criação de unidades de conservação bastante indicadas por serem projetos

⁶ O Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) mudou seu nome para Conselho Nacional das Populações Extrativistas, embora tenha mantido a mesma sigla.

de harmonização entre a conservação ambiental e as necessidades das populações tradicionais.

A evolução da ótica socioambiental, observada por Santos (2005), compreende que as políticas públicas ambientais e o desenvolvimento sustentável devem reconhecer o contexto sociocultural das populações locais e que a sustentabilidade deve acontecer não somente em nível ambiental, mas também econômico e social.

O Socioambientalismo possui, portanto, a missão de aliar a conservação dos recursos naturais com as atividades de produção que se fazem necessárias para que os grupos sociais continuem a sua existência. No Brasil, segundo Diegues (1997), após a ditadura, em momento de criação de locais de proteção ambiental, algumas populações tradicionais passaram a emitir formas de resistência ao movimento de expulsão de seus espaços naturais.

Diegues (1997) afirma que isso ocorreu a partir da relação das populações tradicionais com os movimentos sociais, (como o caso dos seringueiros), com as organizações não-governamentais de âmbito nacional e internacional e também a com mudança da concepção de áreas naturais protegidas por instituições conservacionistas.

Na Amazônia, a partir dos anos oitenta, sob reivindicação dos quilombolas, extrativistas e indígenas e a nova orientação propagada, reforçada ainda pela conjuntura favorável da abertura política brasileira caminhou para a criação de novos tipos de unidades de conservação, dentre as quais as reservas extrativistas.

2.2 DO MODELO PRESERVACIONISTA AO MODELO CONSERVACIONISTA: do desenvolvimento sustentável como política internacional e nacional na gestão de recursos naturais

Ao longo da história, o delineamento de áreas objetivando a preservação dos recursos naturais muda gradualmente acompanhando a evolução das sociedades humanas. Miller (apud VALLEJO, 2004) destaca que:

[...] As necessidades de uso imediato e futuro dos recursos envolvendo animais, água pura, plantas medicina e outras matérias primas, justificavam a manutenção desses sítios, além de se constituírem em espaços de preservação de mitos e ocorrências

históricas. Tabus, éditos reais e mecanismos sociais comunitários funcionavam – e ainda funcionam em muitos casos – como reguladores de acesso e uso dessas áreas especiais. (MILLER apud VALLEJO, 2004, p.2).

Inúmeros registros de reservas naturais foram encontrados, com as mais diversas finalidades, citados por Vallejo (2004) como:

[...] 1) o caso de criação de reservas de caça e das leis de proteção de áreas surgidas no Irã em torno de 5.000 a.c; 2) As primeiras evidências sobre o conceito de parque foram encontradas na Mesopotâmia, regiões da Assíria e Babilônia, possivelmente em decorrência da situação de escassez das populações de animais; 3) [...] as classes dominantes da antiga Roma e da Europa Medieval destinavam áreas para seu uso exclusivo e alguns reis separavam pequenas áreas para proteção de determinadas espécies”; 4) “ Na Inglaterra existem registros sobre a existência dessas áreas já nos tempos da invasão da Saxônia, em 1066 ; 5) Na Suíça, em 1569, foi criada uma reserva para proteger o antílope europeu; 6) “[...] no séc. XVIII, a França criou Parques Reais, que chegaram a ser abertos ao público”; 7) “Na Inglaterra, sec. XIX, foram criadas reservas conhecidas como “Forest”, que ocuparam parte significativa do território inglês e eram destinadas à caça”. (VALLEJO, 2004, p. 2, grifos do autor).

Percebe-se que os interesses presentes para a preservação da maior parte dessas áreas foram os da aristocracia real e da realeza, tendo como objetivo predominante a conservação da fauna e dos lugares de vivência de animais para a atividade da caça e ainda a manutenção de recursos florestais para utilização daquele momento ou futura, não configurando-se o objetivo da subsistência ou outro significado de um uso social.

A acumulação capitalista e expansão dos mercados tiveram suas bases ampliadas pela revolução industrial e provocaram grandes mudanças das mais variadas ordens nos campos político, cultural, econômico, social e ambiental. As imposições do capital direcionadas aos significados de produção no tripé terra, trabalho e capital se consolidaram e a economia, ao considerar a Terra como mercadoria, via como sem importância a degradação ambiental, que de si era decorrente (VALLEJO, 2004).

Em 1872, surgiu um espaço, considerado o primeiro Parque Nacional do mundo, denominado de Yellowstone, cuja criação seguiu uma visão preservacionista, que percebia nos parques a maneira possível de resguardar a natureza das consequências negativas do desenvolvimento urbano-industrial.

Simonian (2000) observa que com a criação desse PARNA foi iniciada uma vocação à tutela dos ecossistemas e dos recursos naturais específicos e:

[...] ao mesmo tempo que se impediu a presença humana, os cidadãos foram convidados a estarem presentes e a terem nele espaço de lazer, recreação e contemplação. Esta perspectiva produziu uma relação dialética entre PARNAS desabitados, mas crescentemente visitados por populações urbanas. (SIMONIAN, 2000, p.22).

Esse modelo acima foi o que predominou pelo mundo afora, tornou-se uma das políticas conservacionistas mais usadas pelo mundo afora em uma divisão antagônica de um lado o homem e no outro, os parques, vindo de uma imagem bastante negativa da figura humana destruidora da natureza, que era fundamentada nos resultados do capitalismo em terras do oeste americano, isto é, dos prejuízos ambientais da mineração para os rios e lagos (VALLEJO, 2004).

É possível notar que essa visão não reconhecia que populações indígenas viveram ali por milhares de anos, utilizando recursos naturais para sua sobrevivência e sua maneira de viver não foi a causadora de danos irreversíveis à natureza.

No século XX, inúmeros parques foram criados em diversos países, agora não apenas para tutelar cenários naturais de grande deleite e sim por outros motivos como a proteção da biodiversidade de fauna e flora, surgindo ainda áreas que agregaram a função de laboratório genético e de ciências biológicas em geral, confirmando a ideia de que a presença do homem somente deveria ser aceita em raras situações.

O contínuo caminhar do homem sobre o planeta Terra e a evolução das sociedades tornaram o processo de mundialização das políticas de preservação e conservação bastante complexo, havendo a necessidade de encontros internacionais para a discussão do assunto. Alguns deles são destacados por Vallejo (2004):

- a Convenção para Preservação da Fauna e Flora em Estado Natural (Londres, 1933);
- a Convenção Panamericana de Proteção da Natureza e Preservação da Vida Selvagem do Hemisfério Oeste (Washington, 1940);

- o Congresso organizado pelo governo Francês e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1948, quando foi fundada a União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN), posteriormente denominada de União Internacional para a Conservação da Natureza, englobando agências governamentais e não-governamentais, e que passou a coordenar e iniciar os trabalhos de cooperação internacional no campo de conservação da natureza;
- As Assembleias Anuais da UICN, realizada a partir de 1960; e
- os I, II, III e IV Congresso Internacional de Parques Nacionais, respectivamente nos EUA (Seattle, 1962 e Yellowstone, 1972) Indonésia (Bali, 1982) e Venezuela (Caracas, 1992). (VALLEJO, 2004, p. 4).

As primeiras ações e políticas no Brasil direcionadas para a conservação de recursos naturais, segundo Simonian (2000, p. 22), seguiram as proposições das Ordenações Alfonsinas, no século XIV. Tais ações caracterizavam-se pela proibição ao “[...] corte deliberativo de árvores frutíferas” e a “criminalização do abate de aves”.

De acordo com Medeiros (2005, p. 43), dois documentos são importantes simbologias da prática de preservação no Brasil, são eles: 1) O Regimento do Pau-Brasil de 1605, “[...] primeiras leis de proteção florestal brasileira” 2) a Carta Régia de 1787 com “[...] precauções para a conservação das matas no Estado do Brasil”.

No século XVIII, as ações públicas estavam relacionadas ao tema da extinção das florestas e à formação de reservas de madeira. A proibição de abate de certos tipos de árvores nobres, tais como cedro, mogno e outras, subentendia a preservação de recursos para a coroa portuguesa. Mesmo após a proibição de atividades prejudiciais aos recursos naturais, a destruição de reservas florestais foi inevitável, diante das políticas liberais que geriam a economia e a política da pós-independência (SIMONIAN, 2000; MEDEIROS, 2005).

No Brasil, a criação e implementação de PARNAs, ainda conforme Simonian (2000), aconteceu tardiamente, apesar da proposta de André Rebouças da criação de um na Ilha do Bananal e de Sete Quedas, que somente seria realizada no século XX, mais precisamente em 1937, momento do início do PARNA de Itatiaia. Em 1939 chegou a vez dos PARNAs de Iguaçu e da Serra dos Órgãos. Como se percebe, o Brasil levou longo tempo para seguir a ideia, após o surgimento do parque de Yellowstone e só na segunda metade

do século XX, de acordo com Simonian (2000), houve a multiplicação desse tipo de unidade de conservação, que se incompatibilizava com a presença humana de maneira permanente.

No que se refere à articulação de políticas visando a criação de unidades de conservação dos recursos naturais e para o desenvolvimento econômico e social, Simonian (2000) aponta a relevância que tiveram a Comissão da Organização das Nações Unidas/ONU para PARNAs, em 1960 e a Comissão da ONU sobre PARNAs e UCs em geral, em 1982, como exemplos de políticas e ações de maior abrangência no contexto internacional.

A vinda desse modelo de espaços naturais, nos quais não é permitida a presença de moradores, de acordo com Diegues (1997), tornou-se conflitante nos países tropicais, nos quais determinadas áreas florestais eram habitadas por populações tradicionais, tais como indígenas, extrativistas, quilombolas, dentre outros cujo desenvolvimento deu-se através de maneiras de adequação e de posse comunal dos recursos naturais e dos espaços. Continuando sua observação, o autor declara:

[...] Através do grande conhecimento do mundo natural, essas populações forma capazes de criar engenhosos sistemas de manejo da fauna e flora, protegendo, conservando e potencializando a diversidade biológica. Existe nesses países uma grande diversidade sócio-cultural responsável por séculos de manejo da fauna e da flora, protegendo, conservando e até potencializando a diversidade biológica. A imposição de neo-mitos (a natureza selvagem intocada) e de espaços públicos sobre os espaços dos “comunitários” e sobre os mitos bio-antropomórficos (o homem como parte da natureza) tem gerado conflitos graves. Em muitos casos, eles têm resultado na expulsão dos moradores tradicionais de seus territórios ancestrais, como exige a legislação referente às unidades de conservação restritivas. Na maioria das vezes, essas leis restringem o exercício das atividades tradicionais de extrativismo, caça e pesca dentro das áreas protegidas. (DIEGUES, 1997, p.344).

As políticas de criação de unidades de conservação de uso restrito, de acordo com Simonian (2000), seriam ultrapassadas alcançando uma maior abrangência, sendo substituídas pela orientação política posterior que entende ser possível a coexistência entre a presença humana e a conservação de recursos naturais.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1992, reuniu-se um grande contingente de organizações internacionais,

tendo como meta a formação de um programa para a implantação do desenvolvimento sustentável, que se tornou importante diretriz. De acordo com Santos (2005, p.78): “[...] desenvolvimento sustentável é aquele que busca conciliar o crescimento econômico com respeito ao equilíbrio do ambiente natural [...]”.

O desenvolvimento sustentável trouxe, dentre outras orientações, aquela que privilegia seres humanos efetivamente como o centro do desenvolvimento, possuindo os direitos básicos ao desenvolvimento e também a uma vida saudável. Rodrigues (2005, p. 76) considera o desenvolvimento sustentável um ideal a ser alcançado e de um emprego e utilização complicada, sob o qual observa: “[...] A criação de modelos eficazes de desenvolvimento sustentável, não resta dúvida, ainda exigirão muitos anos não apenas de estudo e pesquisa, mas de verdadeira evolução do comportamento humano”.

No Brasil, os passos posteriores da criação de unidades de conservação, foram influenciados por duas vertentes ambientalistas, que, inclusive, vão se manifestar em textos legais como a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (9.985) de 18 de julho de 2000 e que, de acordo com Rodrigues (2005), são:

[...] os conservacionistas, cuja visão de proteção ambiental é derivada do Estado Social, defensores do modelo de Unidades de Conservação de Proteção Integral ou de Uso Indireto; e os socioambientalistas, cuja visão de proteção ambiental é derivada do ideário do Neoliberalismo, defensores do modelo de Unidade de Conservação de Uso Sustentável ou de Uso Direto. (RODRIGUES, 2005, p. 77).

Essas duas vertentes demonstram seus objetivos claramente definidos no artigo 4º da Lei do SNUC. Dentre os objetivos conservacionistas da Lei do SNUC, encontram-se nos incisos:

- I - a manutenção da diversidade biológica;
- II - proteção de espécies ameaçadas;
- III – contribuição para a restauração de ecossistemas naturais;
- VI – proteção de paisagens naturais;
- VII – proteção de características relevantes de natureza geológica, geomorfológica;
- VIII – proteção de recursos hídricos;
- IX – recuperação de ecossistemas degradados.

Na lista dos objetivos ambientalistas do artigo 4º da Lei do SNUC, encontram-se os incisos:

- IV – promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V – promoção de práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- XI – valorização econômica e social da diversidade biológica;
- XIII – proteção dos recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, com respeito ao seu conhecimento e promoção social e econômica das mesmas.

A Lei do SNUC prevê diretrizes conservacionistas, que se encontram no artigo 5º, nos incisos que aqui seguem:

- I - assegurar que no Conjunto das Unidades de Conservação estejam representadas amostras significativas de ecossistemas para salvaguarda do patrimônio biológico.
- VII – permitir o Uso das Unidades de Conservação para a conservação *in situ* de populações variantes genéticas selvagens de animais e plantas domesticados e recursos genéticos silvestres.

No mesmo artigo, da Lei do SNUC, estão previstas as diretrizes ambientalistas, encontrando nos incisos seguintes:

- III – assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação;
- V – incentivar as populações locais e as organizações privadas a estabelecer e administrar Unidades de Conservação;
- VI – assegurar a sustentabilidade econômica das unidades de conservação;
- IX – considerar as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável;
- X – garantir às populações tradicionais no interior de Unidades de Conservação meios de subsistência alternativos ou justa indenização pelos recursos perdidos.

Entende-se desta forma que os dois modelos cumprem papel igualmente importante na complexa tarefa de defesa do meio ambiente. O desenvolvimento sustentável, a partir da Constituição de 1988, passou a se inserir no ordenamento jurídico do país sendo referenciado no artigo 225 que abrange os mais variados aspectos do meio ambiente e que deve ser visto como um ideal para todas as ações humanas e não somente com as ações que estão estritamente relacionadas às unidades de conservação.

2.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL (SNUC)

É comum se fazer elogios à legislação ambiental brasileira por apresentar grandes avanços frente ao contexto internacional, cuja diretriz vem através do capítulo de Meio Ambiente da Carta Magna Brasileira. O centro dessa diretriz é o já referenciado artigo 225, que tem por fundamento o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, devendo o Poder Público e a coletividade defendê-lo e preservá-lo para que o mesmo possa ser usufruído pelas atuais e futuras gerações.

O referido artigo, em seu §1º e inciso III, prevê que visando garantir o direito inserido no caput, o Poder Público deve criar espaços territoriais tutelados, visto que qualquer alteração e supressão só serão permitidas através das leis, proibido usos que provoquem danos a integridade de características que legitimem a sua proteção, encontrando-se aí o que Rodrigues (2005, p.17) chama de: “[...] o contexto jurídico de exigência constitucional em que surge a obrigatoriedade de criação de “unidades de conservação” pelo Poder Público, isto é, União, Estados e municípios, no âmbito de seus respectivos territórios”.

As unidades de conservação são conceituadas por Alegretti (apud Sousa, 2008) como sendo:

[...] espaços territoriais protegidos pelo poder público, destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações com tradição no uso de recursos naturais renováveis, por populações com tradição no uso de recursos extrativos, regulados por concessão real de uso, mediante plano de utilização aprovado pelo órgão responsável pela política ambiental do país. (ALEGRETTI apud SOUSA, 2008, p. 19).

Sobre o assunto, Arruda (1997) declara:

[...] O modelo de unidades de conservação adotado no Brasil e no Terceiro Mundo em geral, é um dos principais elementos de estratégia para a conservação da natureza. Ele deriva da concepção de áreas protegidas, construída no século passado nos Estados Unidos, com o objetivo de proteger a vida selvagem (wilderness) ameaçada pelo avanço da civilização urbano-industrial. Esse modelo expandiu-se logo em seguida para o Canadá e países europeus, consolidando-se como um padrão mundial, principalmente a partir da década de 60 quando o número e extensão de áreas protegidas

ampliaram-se enormemente em todo o mundo. (ARRUDA, 1997, p.79).

A seguir, abaixo descritas as proposições a serem atingidas pela política atual de criação de unidades de conservação, no campo das diversas espécies de manejo, são elencadas por Vallejo (2004):

- 1.pesquisa científica;
2. proteção da vida selvagem;
- 3.preservação de espécies e da diversidade genética;manutenção dos serviços de meio ambiente;
- 4.manutenção dos serviços de meio ambiente;
- 5.proteção de aspectos naturais e culturais específicos;
- 6.recreação e turismo;
- 7.educação;
- 8.uso sustentável de recursos de ecossistemas naturais; e
9. manutenção de atributos culturais tradicionais.(VALLEJO, 2004, p.6).

No Brasil, a ideia desses espaços territoriais aparece em meio a conflitos bastante violentos perpassando pela legitimidade e regularização fundiária dos seringais, que foram, por inúmeras décadas, modelos de atividade extrativista. (ALEGRETTI apud SOUSA, 2008).

A regulamentação desse processo ocorreu através da Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000 que regulamenta o artigo 225 §1, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (UC), com os seguintes objetivos, que se encontram previstos no artigo 4º da lei:

- I – contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II – proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III – contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV – promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V – promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI – proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII – proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII – proteger recuperar recursos hídricos e edáfico;⁷
- IX – recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

⁷Pertencente ou relativo ao solo. Ferreira, Espeleológico – Relativo à Espeleologia – Exploração de estudo das cavidades naturais do solo; grutas, cavernas e fontes etc. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Mini-Aurélio**: século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

X – proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
XI – valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
XII – favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
XIII – proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. (BRASIL, 2000).

A Lei do SNUC surgiu devido à difícil situação em que estavam várias unidades de conservação, sem uma gestão atuante e permanente que possibilitasse uma infra-estrutura, fiscalização, plano de manejo e o mais necessário ao seu funcionamento. O quadro daquele momento era sim, de falta de gestão, facilitando invasões, moradias irregulares, atividades econômicas que degradavam o meio ambiente (VIVEIROS, 2003 apud GELUDA, L; FRICKMANN YOUNG, C. E, 2003).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação surgiu com base no conhecimento social já existente, sendo baseado em conhecimento científico. Rodrigues (2005, p.56) ressalta: “[...] O SNUC é um empreendimento da razão a partir de conhecimentos obtidos pela biologia, geografia, antropologia”.

Continuando sua análise sobre o SNUC, Rodrigues (2005) observa que há necessidade da intervenção estatal para que seja viabilizado, já que cumpre ao Governo, dentre outras ações: localizar áreas onde seja possível estabelecer unidades de conservação, realizar estudos para esse fim, organizar consulta popular, executar o processo legal de criação de uma UC, elaboração do plano de manejo, desapropriação de terras, fornecer autorização para visitação pública e pesquisa científica.

Na regulamentação das UCs, Silva (2003) observa uma clara identificação da diretriz do desenvolvimento sustentável, de acordo com o conceito consolidado historicamente pelos movimentos internacionais de períodos anteriores, o que foi legitimado pelo relatório Nosso Futuro Comum da ONU, no ano de 1987. O autor constata que, em que pese a promulgação da Lei do SNUC, as áreas sob a tutela da lei, não ficaram imediatamente protegidas dos atos predatórios, isto porque somente a lei não é capaz de implementar princípios preservacionistas.

O SNUC reconhece e classifica as unidades de conservação em dois grupos de acordo com o nível de intervenção humana e apresentam objetivos

diferenciados: as Unidades de Conservação de Proteção Integral, cujo objetivo é o de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos e as Unidades de Conservação de Uso Sustentável que visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso de parceria de seus recursos naturais.

O primeiro grupo, que é o das Unidades de Proteção Integral, compõe-se dos seguintes tipos de unidades de conservação: Estação Ecológica (Esec), Reserva Biológica (Rebio), Parque Nacional (Parna), Monumento Natural (MN) e Refúgio de Vida Silvestre(RVS).

Nesse segundo grupo que são as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, O SNUC define sete categorias: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativistas (Resex), Reserva de Fauna (RF), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Para um melhor entendimento das características de cada espécie de UC, observar o quadro a seguir:

Grupo de UCs	Categoria das UCs	Características
Proteção integral	Estação Ecológica (EE)	Categoria mais restritiva de todas. Foco na preservação da natureza. A pesquisa é a única atividade humana permitida dentro da área e apenas em 10% da sua área.
	Reserva Biológica (REBIO)	Tem por objetivo a preservação da natureza. A pesquisa é a única atividade humana permitida na área, porém pode ocorrer em 100% da área.
	Parque Nacional (PN) Parque Estadual e Parque Natural Municipal	Além da realização de pesquisas científicas em 100% das suas áreas, é permitido o desenvolvimento de atividades de educação, recreação e turismo ecológico.
	Refúgio da Vida Silvestre (RVS)	Tem por objetivo proteger ambientes naturais que assegurem condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora e da fauna nativa migratória.
	Monumento Natural (MN)	Tem por objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
Uso Sustentável	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	Permitido o uso manejado dos recursos naturais, desde que uma zona seja dedicada à proteção integral.
	Reserva Extrativista (RESEX)	Não apresenta zona de proteção integral em seu interior e permite o uso sustentável dos recursos desde que não-madeireiros.
	Reserva Faunística (RF)	Área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnicos científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
	Floresta Nacional (FLONA)	Permitem o uso sustentável e manejado dos recursos

Floresta Estadual (FLOE) e Floresta Municipal	naturais inclusive madeireiros. São as últimas unidades do sistema a não permitir propriedade privada dentro de suas áreas.
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Permitida a propriedade privada desde que se respeite uma área destinada a preservação de uma reserva florestal.
Área de Proteção Ambiental (APA)	Área de ocupação humana, geralmente localizada próxima das cidades. É permitida propriedade privada como também prevalece sobre a área que existe mais no sentido de facilitar o ordenamento territorial.
Reserva de Patrimônio Particular Natural (RPPN)	Dentre as unidades de uso sustentável, esta é a mais restritiva. Funciona como uma unidade de conservação de proteção integral de domínio particular.

Fonte: Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. SDS, 2007, p. 71-72.

Os habitantes das Unidades de Conservação de Uso Sustentável devem participar ativamente da preservação, recuperação, defesa e manutenção das unidades de conservação, o que está previsto no artigo 23 § 1º da Lei do SNUC; no mesmo artigo, em seu § 2º, são previstas as normas de utilização dos recursos naturais:

[...] Proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats; b) proibição de práticas ou de atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas; c) demais normas estabelecidas na legislação do Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso.

As regiões existentes no entorno de uma unidade de conservação conhecida como Zonas de Amortecimento são caracterizadas por terem as ações humanas sujeitas às limitações e normas legais, com o objetivo de reduzir os impactos que prejudiquem a unidade. Por serem áreas fronteiriças entre as propriedades privadas e as unidades de conservação, demandam uma gestão compartilhada, onde o desenvolvimento de planos de educação ambiental para as comunidade destas zonas pode funcionar com uma maneira de intervenção sobre o uso das propriedades situadas dentro destas áreas, constituindo-se um instrumento que pode tornar possível a integração entre comunidades vizinhas e as unidades de conservação. A gestão dessas áreas exige a participação local, solidificando ações que resultarão na tutela, qualidade do meio ambiente e responsabilidade das populações locais pelo patrimônio ambiental.

Interligando as unidades de conservação, existem os corredores ecológicos, que são “faixas de ecossistemas naturais ou seminaturais”, cuja finalidade é possibilitar, entre elas, o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando assim a dispersão de espécies e viabilizando desta forma a reconstrução da fauna nas áreas degradadas, bem como a manutenção das populações que demandam para sua sobrevivência, áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (BRASIL, 2000).

A proposta das UCs, segundo Silva (2003), presume a implantação de políticas públicas objetivando a solução das necessidades das populações locais. Desta forma, no território dessas unidades de conservação são desenvolvidas inúmeras políticas públicas articuladas que perpassam pela garantia de existência das populações tradicionais, a gestão dos recursos naturais de forma sustentável, permitindo e incentivando o envolvimento de toda a sociedade civil que, conjuntamente com o governo, trabalharia o enfrentamento de questões ambientais e desenvolvimento territorial.

O uso sustentável é compreendido por Moura (2007) como a utilização dos recursos com a manutenção da biodiversidade, de maneira economicamente viável e socialmente justo, garantido o direito de posse das populações tradicionais.

No processo da gestão participativa das UCs é essencial a participação popular, para que haja o entendimento das comunidades que vivem no local, sobre o porquê da existência da área protegida e é também uma maneira de se conseguir a conscientização das mesmas no sentido de como atuar dentro dos limites adequados para o uso sustentável dos corredores ecológicos.

2.3.1 As reservas extrativistas: território, políticas públicas e gestão

As reservas extrativistas são modelos de Unidades de Conservação de categoria sustentável destinadas, segundo o artigo 18 da Lei do SNUC, à utilização por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, de maneira complementar, na agricultura e na criação de animais de pequeno porte, tendo como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade territorial.

A respeito das mesmas, Pinton e Aubertin (1997) observam que:

[...] As reservas extrativistas não são mais diretamente ligadas à floresta e à defesa do meio ambiente. As reservas extrativistas envolvem as populações tradicionais cuja economia e tradições culturais dependem do uso de um recurso natural. (PINTON; AUBERTIN, 1997, p. 274).

O modelo conservacionista recebe passagem, na visão de Arruda (1997), no decurso de criação das reservas extrativistas:

[...] Essa abertura corporificada na criação das reservas extrativistas, no reconhecimento das terras de quilombo e nas propostas de criação de modalidades de áreas de conservação de múltiplos usos (a serem definidos em “mosaico” nos planos de manejo) é fruto justamente de auto organização das populações tradicionais e das propostas que dela emanam, recebendo apoio de outros atores e setores sociais [...]. (ARRUDA, 1997, p. 85, grifos do autor).

Esta modalidade de unidade de conservação, segundo Rodrigues (2005), surgiu como tentativa de se encontrar solução para o problema do exercício das atividades seringueiras da Amazônia. Nos locais em que se explora a borracha, as árvores da seringa localizam-se na mata de maneira não previsível, aproximando-se da definição de duas árvores por hectare.

Nos debates sobre esses modelos de unidades de conservação, passam a ser reivindicados direitos das populações tradicionais que dependem de produtos do extrativismo, como: castanheiros, seringueiros, quebradeiras de coco, coletores, caçadores, pescadores, agro-extrativistas entre outras. Sobre o significado da palavra extrativismo, a Lei do SNUC o conceitua, em seu artigo 2º, inciso XII, como: “[...] sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis”.

As reservas, na visão de Rodrigues (2005):

[...] deveriam ser criadas em espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social que são aqueles que possuem características naturais ou exemplares da biota que possibilitem a sua exploração auto-sustentável, sem prejuízo da conservação ambiental. (RODRIGUES, 2005, p. 176).

De maneira mais objetiva, as reservas extrativistas podem ser criadas em locais onde possam ser encontradas concomitantemente: populações extrativistas, recursos naturais que tenham a possibilidade de serem usados de forma sustentável, lugares de relevância para as comunidades na ótica dos recursos naturais.

Nesse contexto, a noção anterior de espaço modifica-se alcançando a égide do território, que significando muito mais do que se encontra no dicionário Aurélio (2001, p. 708) “[...] 1. uma extensão considerável de terra [...]”, sendo conceituado por Godelier (apud VALLEJO, 2004) como:

[...] uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram que ela deseja e é capaz de explorar. (GODELIER apud VALLEJO, 2004, p. 7).

A inovação da criação de uma dimensão territorial fundamentada em uma abordagem geográfica passa a ter novos significados e considerar os fatos sociais e por isso Peixoto (2009) afirma:

[...] Território é palavra de muitos sentidos, de emprego difuso, podendo significar todo o torrão nacional, assim como a específica área de vivência de uma etnia ou grupo social, que se afirma conjugada em simbolismo e apropriação efetiva. Território camponês, indígena, quilombola, extrativista, terras de agricultores ribeirinhos, águas de pescadores artesanais, todos são usos que dão sentido histórico a esses territórios e fazem deles espaços de identidade e resistência. (PEIXOTO, 2009, p. 82).

Haesbaert (2004, p. 95-96) assevera em sua reflexão que o território: “[...] desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural simbólica”.

Castro (1997, p. 226) explica que: “[...] Essa adaptação a um meio ecológico de alta complexidade realiza-se graças aos saberes acumulados sobre o território e às diferentes formas pelos quais o trabalho é realizado”. Almeida (2004, p. 9) afirma que a territorialidade “[...] funciona como fator de identificação, defesa e força: laços solidários de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial, inalienável [...]”, isto é, de acordo com o mesmo autor denomina: “[...] terras tradicionalmente ocupadas, que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza” (ALMEIDA, 2004, p. 9).

Esse território, além de um direito reclamado pelas populações tradicionais é também, segundo Vasconcelos (2009, p. 266): “[...] uma nova

unidade de referência para a ação do Estado e a regulação das políticas públicas” e, no caso das reservas extrativistas, hoje elas representam um locus por onde perpassam por várias políticas públicas articuladas, objetivando o desenvolvimento sustentável.

Os diferentes níveis de governo, explica Peixoto (2009) constroem recortes e ideias de territórios originados em conteúdos advindos de suas zonas de atuação e assim observa:

[...] o território é tido como espaço de relações sociais e afirmação de poderes, e tomado como referência básica da ação pública que hoje postula produção econômica com conservação ambiental. Reitera-se também a participação social como recurso para enfrentar os desníveis sociais. (PEIXOTO, 2009, p. 68).

E sendo assim, Vasconcelos (2009) enfatiza que:

[...] Neste cenário, as iniciativas, como a descentralização das políticas públicas, a valorização da participação dos atores da sociedade civil, especialmente as ONGs e os beneficiários dos programas de governo, e a redefinição do papel das instituições, fazem crescer a importância das esferas do poder público, especialmente as prefeituras locais, e dos atores da sociedade civil. (VASCONCELOS, 2009, p. 266).

Amaral (apud VALLEJO, 2004, p. 16) conceitua políticas públicas como: “[...] Uma série de decisões interrelacionadas tomadas por um ator político ou grupo de atores políticos objetivando a seleção de objetivos e meios de atingi-los dentro de uma situação específica”. E Pal (apud AMARAL, 2002) esclarece:

[...] Política Pública é tudo que os governos escolhem fazer ou não fazer, pressupondo escolhas dos governantes diante das pressões da sociedade civil, movimentos sociais, ONGs e de quem mais pressionar em busca do alcance de direitos, avanços e conquistas que possibilitem uma vida melhor. (PAL apud AMARAL, 2002, p. 16).

As políticas públicas como ações governamentais possuem objetivos, sendo que de acordo com Motta (apud SANTOS JÚNIOR, 2006) são:

[...] voltadas para o cumprimento de missões no âmbito da sociedade na qual está inserida, sendo essencial para que o Estado possa desempenhar satisfatoriamente a sua missão de gerir a coisa pública. Como exemplos de objetivos de política pública, pode-se citar a qualidade ambiental, a proteção da agricultura nacional, a erradicação do analfabetismo. (MOTTA apud SANTOS JÚNIOR, 2006, p. 72).

De acordo com Dias (2008), as demandas e objetivos de uma política pública devem ser reconhecidos por meio de um caminho em que seja permitida a participação da sociedade civil institucionalizada ou não, devendo também haver a consulta aos profissionais das áreas a qual se dirige a política.

O território das reservas extrativistas, resultado de políticas públicas e espaço de inúmeras outras, é habitado por populações tradicionais que desenvolvem a exploração dos recursos naturais ali existentes em bases sustentáveis. Para que isso se torne legalmente possível, garantindo o uso dos recursos, estes devem formalizar o contrato com o Governo para a “Concessão Real de Uso” realizada a título gratuito, assinada com a entidade representativa dos moradores, sendo a concessão, de acordo com Antunes (2006, p. 595): “[...] intransferível, e degradação do meio ambiente por parte das populações extrativistas implica a rescisão do mesmo” (§ 7º do artigo 23 da Lei do SNUC) .

Ainda sobre o referido tipo de contrato, Di Pietro (apud Rodrigues, 2005, 176) explica que: “[...] concessão de uso é o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a utilização privativa de bem público, para que a exerça conforme a sua destinação”.

No caso das reservas extrativistas, a visita pública é permitida se tiver em compatibilidade com os interesses locais e com a previsão do Plano de Manejo, sendo também permitida a pesquisa científica, devendo ser submetida à autorização do órgão que tem a responsabilidade de administrar a unidade, sendo suas condições e restrições publicadas em regulamento (Lei do SNUC, artigo 18, § 3º e 4º).

Dessa forma, além da inovação da criação de uma série de territórios diferenciados como, por exemplo, o das reservas extrativistas, ocorre a introdução de novos tipos de gestão, que segundo Antunes (2006):

[...] é colegiada, adotando-se o critério da participação organizada da sociedade, Administração pública e populações das áreas diretamente vinculadas à unidade de conservação. A gestão colegiada e plural materializa-se em Conselhos Consultivos ou Deliberativos. (ANTUNES, 2006, p. 599).

Continuando, sobre o inovador tipo de gestão, Machado (apud RODRIGUES, 2005, p. 110) esclarece sobre o assunto acima que: “[...] os colegiados visam na pureza de sua conceituação a inventariar as opiniões de

setores que têm interesse na matéria tratada. Colhem-se ideias e informações, confrontando-as em busca de uma posição majoritária”. Rodrigues (2005), comenta que ao estabelecer os colegiados na gestão de Unidades de conservação torna possível a participação da sociedade civil. Esta previsão encontra consonância com o princípio da participação instituído no artigo 10 da Declaração do Rio de Janeiro de 1992, escrita após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

De acordo com o § 2º do artigo 23 da Lei do SNUC, a reserva extrativista terá sua gestão conduzida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão que tem a responsabilidade por sua administração, que é o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio), e composto de parte da sociedade civil e das populações tradicionais habitantes na reserva organizadas em associações e/ ou ONGs e também de instituições públicas.

No caso das reservas, os conselhos deliberativos são geralmente constituídos por parte da sociedade civil e populações tradicionais por organizações que participaram da discussão e da luta que fez com que aquele território alcançasse legalmente a situação em questão, que podem ser movimentos sociais, sindicatos rurais, igrejas, ONGs, associações de categorias usuárias dos recursos naturais predominantes na região.

Essas entidades vão constituir ao lado dos órgãos públicos dos entes municipais, estaduais e federais, além de instituições de pesquisa como Universidades uma parceria entre governo e sociedade. No caso dos órgãos públicos, virão, dentre outros, os que atuam na área ambiental, nos três níveis de governo, no federal, será o ICMBio e o IBAMA, no estadual e municipal as secretarias de meio ambiente. As Instituições de Pesquisa e Universidades passam a ter um importante papel e de grande utilidade para os espaços ambientais de incentivar projetos, buscando informações e pesquisas que possam contribuir com dados relevantes e embasadores das decisões dos conselhos favorecendo a própria gestão dos mesmos.

A participação da sociedade civil e/ou a população tradicional das reservas oportuniza um processo de democratização política e uma descentralização do poder estatal e possibilita um avanço nas conquistas dos direitos dessa população num processo, cujo princípio de co-gestão prevê a

participação tanto do governo, que aparece representado por órgãos públicos, como também da população envolvida.

Esses locais, onde sentam juntas, entidades oriundas do governo e da sociedade civil formam o que Vasconcelos (2009, p. 275) denomina de um ambiente de interação, que segundo ele: “[...] é visto como um espaço produzido por ONGs, movimentos sociais, instituições de pesquisa, visando à abertura de canais de participação [...]”. Esses canais são decisivos para a democratização e também para a gestão ambiental das reservas extrativistas e sobre isso assevera Barbieri (2004):

[...] A expressão gestão ambiental aplica-se a uma grande variedade de iniciativas a qualquer tipo de problemas ambiental. Na sua origem, estão as ações governamentais para enfrentar a escassez de recursos [...]. Qualquer proposta de gestão ambiental inclui no mínimo três dimensões, a saber: 1) a dimensão espacial que concerne à área na qual se espera que as ações de gestão tenham eficácia, 2) a dimensão temática que delimita as questões ambientais às as ações se destinam, e 3) a dimensão institucional relativa aos agentes que tomaram as iniciativas de gestão. (BARBIERI, 2004, p. 21).

As reservas extrativistas constituem potencialmente um exemplo de gestão ambiental, cujo objetivo é o de estimular o desenvolvimento local através de uma sustentabilidade ambiental, social, política e econômica que ocorrerá pelo manejo racional dos recursos naturais, orientada pelo planejamento e gestão participativa, disposta na estrutura de atores sociais que organizará as reservas em acordo com as funções previstas num arcabouço de leis, que permitirá a sua criação e fundamentará seu funcionamento. Tudo isso em numa articulada rede de políticas públicas que incidem sobre certos territórios diferenciados, como são as reservas.

Quando se aborda o termo ‘participação’, tem-se a ideia de tomar parte de algo, agir conjuntamente. Devido à importância de ações conjuntas, esse foi um dos escopos da Constituição de 1988, que, em seu artigo 225, assegura a atuação da sociedade e do Estado na tutela e preservação do meio ambiente. Fiorillo (2009, p. 56) destaca que: “[...] não se trata de um aconselhamento, mas sim de um dever da coletividade” e por isso nota-se uma atuação de tantos atores, tais como sindicatos, associações, ONGs, indústrias, comércio, agricultura e organismos sociais vários voltados para a tutela e preservação ambiental.

Na visão de Fiorillo (2009):

[...] o princípio da participação constitui ainda um dos elementos do Estado Social de Direito (que também poderia ser denominado Estado Ambiental de Direito) porquanto todos os direitos sociais são a estrutura de uma sadia qualidade de vida, que, como sabemos, é um dos pontos cardeais da tutela ambiental. (FIORILLO, 2009, p. 57).

Sobre a participação na área ambiental, reflete Camargo (1999) declarando que foi onde, de fato:

[...] que se iniciou para valer a demolição do autoritarismo com a descoberta do federalismo cooperativo que divide as mesmas competências nos três níveis de governo e que concedeu um papel relevante aos estados e municípios brasileiros. A área ambiental foi também pioneira na implantação da democracia participativa como mecanismo de controle contra os males da democracia representativa, ainda fortemente impregnada de patrimonialismo e fisiologismo. (CAMARGO, 1999, p. 313).

No desenvolvimento desses experimentos é fundamental valorizar o papel de todos os segmentos sociais organizados como entidades e ONGs que vêm acumulando conhecimento e se fortalecendo com o objetivo de trabalhar um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, onde as comunidades tradicionais sejam consideradas como atores participantes, na execução, formulação de propostas e tomadas de decisão, juntamente com o Poder Público.

O processo de criação de reservas extrativistas devido a toda a sua concepção direciona-se para a formação de uma gestão compartilhada. Esse tipo de gestão em conselho tem como intenção a criação de um espaço dialógico onde poder público através de órgãos competentes, comunidades tradicionais e partes da sociedade civil organizada em ONGs unem-se a partir de três caminhos que, segundo Tatagiba (apud SILVA, 2006, p. 29), são: “[...] 1. democratização de políticas públicas; 2. participação dentro do sistema democrático; 3. descentralização”.

2.4 A RESERVA EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ

A Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá foi criada pelo Decreto de 13 de dezembro de 2002, em anexo, no Município de Curuçá, no estado do Pará, Região do Salgado, área nordeste do estado, configurando-se como uma das mais importantes unidades de conservação da Região Amazônica, com os objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e cultura da população extrativista local.

A Reserva ocupa uma área de trinta e sete mil e sessenta e dois hectares, com base na Carta Topográfica MI- 337, em escala de 1:1000.000, publicada pela Diretoria do Serviço Geográfico –DSG do Exército Brasileiro. Esta reserva é constituída por cinquenta e duas (52) comunidades de pescadores agricultores e por uma área urbana que se configura pela sede do município de Curuçá com o distrito de São João do Abade.

O município e a reserva são constituídos por um distrito e sete vilas: Vila Lauro Sodré, Vila Ponta de Ramos, Vila Nazaré do Mocajuba, Vila Mutucal, Vila Araquaim, Vila Murajá e Povoação São João do Abade (FERREIRA, 2009), que se encontraram representadas no Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande.

Os recursos naturais da RESEX estão relacionados à atividade pesqueira artesanal e industrial, baseada no ecossistema manguezal.

Furtado (2003) observa que:

[...] A RESEX-MAR “Mãe Grande de Curuçá” abrange uma área litorânea que abriga ecossistemas de grande beleza cênica e importância ambiental como manguezais e restingas. Esses ecossistemas, ao mesmo tempo em que revestem-se de alta relevância ecológica, caracterizam-se por sua alta fragilidade frente as intervenções antrópicas mal planejadas. (FURTADO, 2003, p.24).

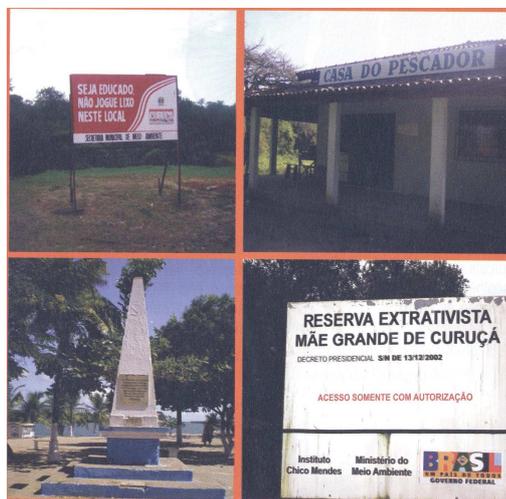
Soffiati (apud FIGUEIREDO, 2007, p. 71) atesta que o manguezal: “[...] é um ecossistema costeiro da zona intertropical do planeta que costuma se desenvolver entre a terra e a água, entre a água doce e água salgada, mantendo sua integridade e coerência”. O autor explica que os manguezais são lugares de grande produtividade biológica desempenhando as seguintes funções ecológicas:

- a) Fixador de terras, mitigando a força erosiva dos rios e dos movimentos marinhos, bem como o das tempestades e dos ventos;
- b) Reprodução de espécies de água doce e salgada;
- c) Presença de espécies vegetais e animais exclusivos de manguezal chamadas residentes como as plantas dos gêneros *Rhizophora*, *Avicennia* e *Laguncularia*;
- d) Produtor e exportador de alimentos para o mar, sobretudo pelos movimentos das marés. (FIGUEIREDO, 2007, p.71).



Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande / Curuçá-PA.

Foto: Gláucia Ferreira, 2009.
Cadernos de Pesca, 4 – Parte 2 – Impactos Antrópicos na Região Costeira do Pará: o caso da Reserva Extrativista marinha Mãe-Grande Curuçá-PA (MPEG)



Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande / Curuçá-PA.

Foto: Gláucia Ferreira, 2009.
Cadernos de Pesca, 4 – Parte 2 – Impactos Antrópicos na Região Costeira do Pará: o caso da Reserva Extrativista marinha Mãe-Grande Curuçá-PA (MPEG)

O mangue, de acordo com Meirelles (2009), é alimento e renda para mais de trinta mil famílias de pescadores da região do Salgado. Os órgãos do IBAMA e do ICMBIO atestam que os manguezais são as áreas mais frágeis da região, já que são extremamente sensíveis às ações prejudiciais do homem, reconhecidos como ambientes de baixa resiliência (baixa capacidade de recuperação natural). Fora o aqui já considerado, Meirelles (2009) acrescenta que há possibilidade que mais de dois terços das espécies marinhas sejam dependentes de alguma maneira desses ecossistemas. Assim: “[...] a

preservação dos manguezais é vital para a manutenção de diversas espécies, assim como para assegurar recursos pesqueiros” (MEIRELLES, 2009, p.27).

A presença deste tipo de paisagem na região mostra-se forte não só na manutenção da biodiversidade ou para a economia. Sua presença incorpora-se na dinâmica e cultura local, combinando, por exemplo, festa popular e discursos ambientalistas.

O Carnaval, que chama para Curuçá, grande quantidade de pessoas, evoca a importância deste ecossistema, com blocos de rua como os Pretinhos do Mangue e o Curral do Piça. O Curral do Piça abre o Carnaval, com os brincantes indo aos manguezais recolhendo objetos que ali foram jogados e depois saem às ruas a mostrar o que foi recolhido, objetivando chamar atenção das pessoas para a necessidade da conservação dos mangues para aquela população que sobrevive de recursos dali advindos.

O Bloco carnavalesco “Pretinhos do Mangue” também demonstra a força do manguezal na cultura local. Com outros nomes como “Bloco da Lama”, “Caranguejo” e “Neguinhas do Mangue”, o bloco foi criado em 1989, onde os brincantes se pintavam com lama do manguezal e saíam às ruas. Com a presença mais intensa de discursos ambientalistas o bloco adotou a referida bandeira. A presença do mangue e, conseqüentemente, a do caranguejo no imaginário local levou, por inúmeras vezes, que o caranguejo se tornasse mascote do Bloco com a presença de uma grande imitação da espécie com “um metro de altura e três de comprimento imitando o caranguejo verdadeiro”.

Com seu “abadá ecológico”, cantando músicas com temas ambientais, os participantes chamam a atenção para a conservação dos mangues e, em processo de criação de uma ONG, no início de 2010, receberam o título de Patrimônio Cultural Imaterial pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará (SECULT).

Em entrevista o presidente do Bloco e da Associação Sócio Ambiental e Cultural do Pará “Pretinhos do Mangue”, o senhor Edmilson Campos dos Santos afirmou ser seu objetivo “Ir para a avenida, levar a mensagem da preservação da fauna e flora para as futuras gerações”.

Ainda segundo o Presidente:

[...] A ideia principal é criar uma ONG, cujo objetivo seja fazer um trabalho social e educativo com os trabalhadores do mangue, com as

crianças, o principal é trabalhar as sementes, conscientizar o povo para a preservação do mangue.



Bloco Carnavalesco “Pretinhos do Mangue”

Fonte: <<http://www.achebelem.com.br/noticias/imagens-do-carnaval-de-curuca-pa>>.

A Reserva Extrativista assume importante papel na função de proteção desses recursos e dos próprios manguezais, que representam a atividade econômica ali predominante, que é a pesca. Entra as espécies mais importantes nessa atividade estão os mais variados tipos de peixes como a pescada amarela, a gurijuba e o bandeirado⁸. Destaca-se ainda na RESEX Mãe Grande a presença da pesca artesanal do camarão e a coleta de caranguejos⁹ etc, para os quais a relevância da preservação dos manguezais relaciona-se à sobrevivência das espécies acima descritas.

⁸ Diagnóstico da Pesca do Estado do Pará 2008-2009. Disponível em: <<http://www.sepaq.pa.gov.br/>>.

⁹ De acordo com o Diagnóstico de Pesca do Estado do Pará (2008/2009, p.3), Pesca Artesanal é definida como: “[...] atividade exercida por produtores autônomos ou com relações de trabalho em parcerias que utilizam pequenas quantias de capital e meios de produção simples, com tecnologia e metodologia não mecanizada e baseada em conhecimentos empíricos”. O referido documento afirma a pesca artesanal significar 69% da “produção pesqueira extrativista do Brasil”, o que demonstra a sua relevância social e econômica. O referido diagnóstico indica que a pesca artesanal hoje não é somente uma atividade de subsistência como no passado, já que se encontra em um processo de profissionalização, devido a vários fatores, dentre eles pelos diversos incrementos tecnológicos que foram introduzidos nas frotas, seja pela entrada nos territórios pesqueiros de barcos de pesca industrial objetivando atender a demanda das grandes cidades brasileiras e usufruir do atrativo econômico relativo à atividade.

A degradação das áreas de manguezais (acrescida de técnicas não adequadas para a captura de caranguejos), na visão de Furtado (2009, p. 97), ameaça seriamente os mangues. Além disso, o lixo doméstico que é colocado em lugares não apropriados contribui para os principais impactos antrópicos que ocorrem na reserva e no município.



Casa construída sobre o mangue. Bairro Bragantino.

Foto: Gláucia Ferreira, 2009
Cadernos de Pesca, 4 – Parte 2 – Impactos Antrópicos na Região Costeira do Pará: o caso da Reserva Extrativista marinha Mãe-Grande Curuçá-



Depósito de lixo na área de mangue na sede.

Foto: Gláucia Ferreira, 2009
Cadernos de Pesca, 4 – Parte 2 – Impactos Antrópicos na Região Costeira do Pará: o caso da Reserva Extrativista marinha Mãe-Grande Curuçá-PA (MPEG).

Meirelles (2009, p. 33) destaca que, nas vilas de Curuçá, observam-se criadouros de camarão, barracas de pescadores, residências, com alteração: “[...] de maneira irreversível para a expansão viária e urbana e para garantir mais espaço a pastagens e áreas agrícolas”.

A situação é analisada por Furtado (2009), mostrando que a, construção de casas em proximidades às áreas de manguezais vem acarretando a degradação do mangue de maneira intensa, devendo-se a vinda para aquele território de pessoas de diversos lugares atrás de oportunidades de trabalho. Muitos dos que vem, vão para o Abade, distrito de Curuçá e para isso desmatam áreas contíguas ao mangue para construírem suas casas, que lhes facilita o acesso ao trabalho, bem como evita o roubo dos apetrechos de embarcações, como vem acontecendo constantemente.

A coleta de caranguejo, atividade diretamente relacionada à extensão dos manguezais, é feita de forma artesanal pelas várias comunidades que compõem a RESEX Mãe Grande, o que ocasiona conflitos por pontos de

retirada de caranguejo e pela entrada na atividade por pessoas de outros locais.

Inicialmente, coube ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) fazer a gestão da RESEX Mãe Grande de Curuçá, adotando as medidas fundamentais à sua implementação.

A partir de 2008, o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio), cuja sede é em Brasília, substituiu o IBAMA, apresentando e editando normas de gestão de unidades de conservação federais, fazendo a proposição, a criação, regularização fundiária e gestão das UCs e apoiando a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Este instituto deve, além das funções acima, proporcionar educação ambiental, monitorar a exploração dos recursos naturais, contribuir objetivando a recuperação de áreas degradadas e a geração e disseminação de conhecimentos relativos à gestão das unidades de conservação e seus recursos naturais (www.icmbio.gov.br)¹⁰.

O quadro a seguir apresenta a lista de comunidades, polos e membros existentes na RESEX. A divisão em comunidades polos e em comunidades membros foi feita no intuito de organizar a representação das comunidades, pela dificuldade de agregar as cinquenta e duas comunidades no conselho deliberativo que faz a gestão da RESEX. Ao lado da lista das comunidades, encontra-se o nome da Associação que representa a comunidade Polo no Conselho Deliberativo da RESEX “Mãe Grande”.

¹⁰ A estrutura organizacional do Instituto compõe-se pelo órgão colegiado – Conselho Gestor, constituído, dentre outros, por vários órgãos específicos, que são as Diretorias: Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN); Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral (DIREP); Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (DIUSP) e Diretoria de Conservação da Biodiversidade (DIBIO). Ainda compondo a organização do ICMBio, encontram-se os órgãos descentralizados como centros especializados, as unidades avançadas, coordenações regionais e as unidades de conservação nos estados da federação. (www.icmbio.gov.br).

COMUNIDADES POLOS	COMUNIDADES MEMBROS	ASSOCIAÇÃO REPRESENTANTE NO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX
1 – CIDADE (ribeirinho)	Sede (bairros), Abade, Arapiranga, Curuperé, Muriá, Andirás, Pinheiro e São Bernardo	Associação dos Amigos do Bosque Boa Lembrança/ Reserva Peixe-Boi – Curuçá- PA.
2 – CARATATEUA (ribeirinho)	Araquaim, Arupi, Valentim, Simôa e Pacamorema.	Associação dos Pescadores de Caratateua – Curuçá – PA.
3 – BOA VISTA DO IRITEUA (ribeirinho)	Itajuba, Km 58, Cabeceira e Membêca	Associação Comunitária Boa Vista do Iriteua.
4 – CANDEUA (ribeirinho)	Beira-Mar, Santo Antônio, Nazaré do Tijóca e Murajá.	Associação Comunitária de Candeuca “Boa União”.
5 – NAZARÉ DO MOCAJUBA (ribeirinho)	Lauro Sodré e Marauá	Associação Comunitária Lauro Sodré.
6 – RAMOS (ribeirinho)	Coqueiro, Livramento e Pauxis.	Associação Comunitária de Vila Ponta de Ramos – Curuçá – PA.
7 – ILHA DE FORA (insular)	Mutucal, iriteua, Pedras Grandes, Algodal, Recreio, Furo Grande Romana, Tapari e Arapiranga de Fora.	Associação Comunitária de “Pedras Grandes”-Curuçá.
8 – TUCUMATEUA (insular)	Areuá, Arrombado, Paxicú, Campina, Praia Grande, Sacaiteua, Ilhinhas, Cai n’água e Prego.	Associação dos Pescadores Artesanais de Tucumateua .

Fonte: Coletânea Histórica da Reserva Extrativista “Mãe Grande de Curuçá”, 2007, p.16.

A Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá (AUREMAG), considerada Associação Mãe, é a entidade co-gestora da base extrativista que objetiva a interlocução das pequenas associações ou associações filhas com os órgãos públicos e a consolidação da implantação da reserva. Esta associação deve exercer seu papel, sem ocupar o espaço reservado às demais associações. Teve sua criação em 05 de maio de 2003, possuindo então 22 sócios¹¹. Os sócios fundadores são pessoas que moram no município de Curuçá e comunidades da reserva: pescadores, marisqueiras, pessoas da sociedade civil e funcionários públicos.

¹¹ Atualmente são 21 sócios, pois um já faleceu.

A AUREMAG possui assistência jurídica do Ministério Público Federal (MPF). Este órgão estuda a possibilidade de mudança do Regimento da Associação, já que o documento elaborado no início de sua gestão, está inadequado ao seu atual momento e às suas necessidades.

Esta associação ocupa a vice-presidência do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista- Mãe Grande de Curuçá. Atualmente, quem atua à frente da AUREMAG é a marisqueira¹² Sandra Regina Pereira Gonçalves.

De acordo com o Regimento do Conselho Deliberativo da Resex “Mãe Grande, a AUREMAG, como vice- presidente tem as seguintes atribuições: “[...] substituir o presidente do conselho em seus impedimentos; fornecer o suporte à presidência, ao Plenário e aos Grupos de trabalhos criados”.

A AUREMAG possui uma sede localizada na estrada Curuçá – Abade, Km 2, chamada Casa do Pescador, inaugurada no dia 16 de junho de 2007, sendo um projeto desenvolvido pelo Projeto RESEX do Ministério do Meio Ambiente(MMA), mais especificamente, pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (SDS), executado no prazo de 12 meses, no valor de R\$89.800,00 (oitenta e nove mil e oitocentos reais). Desse valor, R\$ 9.000,00 (nove mil reais) foram considerados como a contrapartida da AUREMAG para a construção de sua sede.

A Casa do Pescador, onde são realizadas as reuniões do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista “Mãe Grande de Curuçá” e sede da AUREMAG, é um importante local de referência para pescadores e pescadoras, sendo utilizado também como espaço de capacitação dos pescadores e usuários moradores das comunidades da RESEX, pois vários cursos e oficinas já foram realizados no local, como por exemplo: Elaboração de Projetos, Mudas, Ervas Medicinais, Artesanato em geral, Voluntário Ambiental, Manejo de Mexilhão. Os referidos cursos são geralmente realizados com parceiros tais como, IBAMA, ICMBIO, IDEFLOR¹³.

A respeito das dificuldades vividas na reserva, Meirelles (2009, p. 28) observa que muitas comunidades da RESEX Mãe Grande ‘sofrem’ com a

¹² A atividade de mariscar é referente à ação de colher ou apanhar mariscos, que é predominantemente em mulheres de Curuçá, que repassam a atividade de mãe para filhas, por várias gerações.

¹³ Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará.

ausência de transporte público e “[...] encontram-se isoladas, prejudicando o acesso à educação, ao sistema de saúde e o atendimento às necessidades básicas de serviços para os moradores das comunidades”. Além disso, muitos dos postos de saúde não funcionam, a coleta de lixo não é adequada e não acontece em todas as comunidades, fazendo com que o lixo se acumule nos cursos d’água, atraindo doenças pela presença de insetos, como moscas e mosquitos, roedores e urubus.

A descrição das condições, em que muitos habitantes da reserva ainda se encontram, demonstra como muitas ações precisam ser feitas para sanar a visível exclusão econômica e social, o que demanda uma aproximação cada vez maior do Estado para a execução de políticas públicas que melhorem o quadro descrito e o acesso a serviços básicos por parte de todas as comunidades. Sabemos ainda, que mesmo com a atuação estatal mais próxima, como no caso da RESEX, ainda levará tempo para que os serviços mais essenciais estejam presentes em todas as comunidades, já que o atraso nessa área é acentuado.

Na RESEX, ressalta Meirelles (2009), uma das sérias ameaças à biodiversidade são os dois empreendimentos portuários planejados para a Ponta da Tijoca, que se localiza na ilha da Romana. O interesse pelo local é a profundidade de vinte e cinco metros, em águas calmas, sem precisar de dragagem, sendo o primeiro o Terminal Marítimo *Off-shore* do Espadarte, que, nos anos oitenta, foi cogitado para ser o porto de Carajás e o segundo, que é o porto flutuante, empreendimento do grupo Anglo-American (Companhia de Minerais Metálicos S.A- MMX).

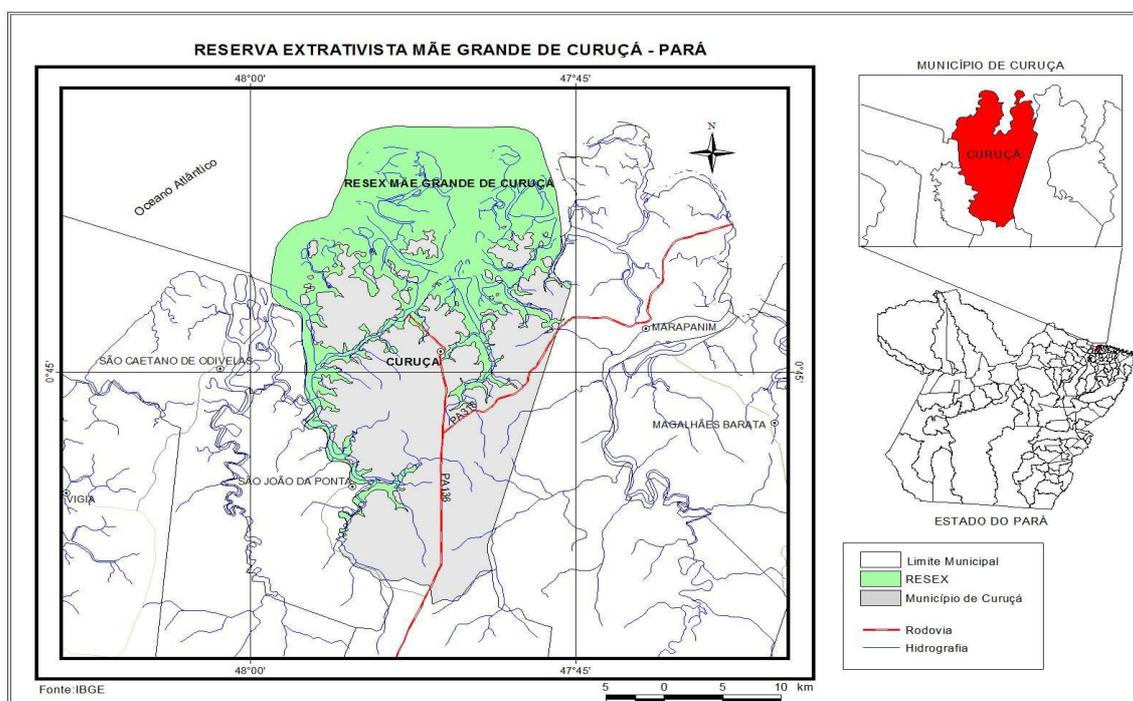
As duas alternativas, de acordo com Meirelles (2009) significam impacto ambiental e social. No aspecto ambiental, apresentam riscos, pois, o trânsito de grande quantidade de navios e barcos modificaria o nível natural de luminosidade e turbidez e outras condições inerentes às águas doces e salgadas, aumentando a possibilidade de derramamento de óleo e demais produtos que possam causar poluição e contaminação pelas águas de lastro, que trazem seres vivos exóticos ao meio ambiente do lugar. No aspecto social, tais estruturas acarretariam um grande aumento na população, riscos sociais para os grupos de menor proteção, como crianças, jovens, mulheres, idosos, etc. Ainda trariam a formação de bairros totalmente irregulares, a

desestruturação social e a exaustão dos manguezais, provocando conflitos na luta por acesso aos recursos naturais.

As dificuldades vividas na reserva entre a conservação dos recursos naturais e a necessidade de sobrevivência indicam que a precaução neste caso é extremamente indicada, caracterizando que estudos aprofundados devem ser realizados, para se obter maior esclarecimento dos riscos ambientais e sociais de tais empreendimentos.

Uma questão fundamental a ser observada no tocante a reserva é que, como indica a representação abaixo, a RESEX Mãe Grande foi constituída e localiza-se em área sobreposta à área municipal de Curuçá, incluindo a zona rural e a urbana, envolvendo a sede, onde se situa o poder executivo municipal, portanto, o centro de decisões políticas daquele município.

A sobreposição de territórios diferenciados do município e da RESEX, com políticas públicas diferenciadas e tipos de gestão divergentes leva esses dois locais a inevitável disputa. A hipótese confirmada neste trabalho é que a criação da RESEX acabou por criar um novo território político sobre outro tradicionalmente já instalado, o qual possui uma Prefeitura como representante do poder.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Embora as disputas apareçam sob certo disfarce, a observação mais próxima do dia a dia do município indica que a criação acima da RESEX acirrou a disputa das lideranças daqueles territórios, pelo prestígio e poder que lhes são atinentes, pela afirmação de políticas públicas recebidas pela RESEX, alvo de grandes investimentos voltados aos pescadores, conforme será mostrado mais adiante. A referida disputa deságua no Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande de Curuçá.

2.5 RESERVA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ: uma iniciativa dos movimentos sociais

A presença de inúmeros movimentos sociais permeia a história mais recente de Curuçá. Nos anos setenta e oitenta, em meio a ditadura, que dominava o país, a presença da Igreja fomentava as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as Pastorais da Saúde, da Criança, Movimento de Jovens e havia a presença de partidos clandestinos como o Partido Comunista do Brasil (PC do B), dentre outros que denunciavam a pobreza e a exclusão social.

Curuçá, em sua história de município da Região Norte eminentemente amazônico, distante dos centros de decisões, vivia o alijamento econômico e social advindo da falta de políticas públicas estaduais e federais para o local.



Casa do Pescador – Inauguração

Fonte: <<http://static.panoramio.com/photos/original/2808077.jpg>>.

Os recursos pesqueiros disponíveis em Curuçá possibilitavam aos pescadores uma sobrevivência, fornecendo-lhes o peixe e a farinha, entretanto, muito pouco, além disso, lhes era dado. O acesso a postos de saúde, hospitais, saneamento, educação de qualidade e outros serviços que pudessem dar aos pescadores uma melhor qualidade de vida era bastante dificultado pela falta de recursos, pela falta de direcionamento nas soluções dos problemas das comunidades, sendo e marcado algumas vezes pela malversação do dinheiro público.

As sobrevivências das comunidades advinda dos recursos naturais da região demonstravam a forte dependência das mesmas em relação aos manguezais. A especulação e a pressão predatória sobre estas áreas mostravam o quanto os mesmos estavam ameaçados, já que a diminuição dos estoques de peixes e mariscos era notável, com consequências negativas diretas sobre a vida daquelas comunidades.

A presença dos movimentos sociais, frente às carências e a enormes dificuldades, levaram a organização das primeiras reuniões que aconteceram no ano de 1993 e de 1994. No início, muitos nem sabiam do que se tratava e nem ao certo sobre o que estavam discutindo. O descrédito era grande em relação ao que poderia advir daquela discussão.

As primeiras discussões se deram nas diversas comunidades do município de Curuçá encabeçadas pelos funcionários da Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Estado do Pará (EMATER), o sociólogo Jorge Luis Macedo da Rocha, o técnico agrícola Raimundo Afonso Nunes Loureiro, em associação com pessoas como o Padre Antão, fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) em Curuçá, o Professor Sena, o Professor Morivaldo, Guilherme, Maria da Cruz, Célia Regina das Neves (partidária do Partido Comunista do Brasil, PC do B), Michana, Sandra Gonçalves (partidária do PT) e Manoel Garcia Gomes (partidário do PT), entre tantas outras lideranças. Algumas discussões aconteceram também na casa do sociólogo Jorge Macedo¹⁴.

Em 1996 foi elaborado um calendário de visitas às comunidades para discussões a fim de que, preferencialmente, fossem ouvidas suas demandas.

¹⁴ Muitos atribuem a Jorge Macedo o papel de baluarte do projeto da RESEX, embora outros tantos estivessem na luta.

Conforme o depoimento do Senhor Jorge Macedo, naquele momento que os pescadores pensavam apenas a fiscalização das ações predatórias, ele tinha a: “[...] preocupação em resolver os problemas existentes e começou a pensar em saídas para sensibilizar a sociedade local, a geração de renda que vem do mar, do mangue”.

A EMATER não era favorável a criação da reserva. Os funcionários, sim, eram favoráveis àquele movimento social que se formou e trabalharam em favor dele. Há relatos de ameaças ao sociólogo Jorge Macedo, com provável demissão ou transferência para outra localidade pela razão de trabalhar arduamente pela causa, embora nos relatos dos entrevistados tenha ficado claro que não houve envolvimento do poder executivo municipal durante o processo de discussões aqui descrito.

Em entrevista escrita, o Senhor Jorge Macedo afirmou:

[...] Foi assim, sob essa perspectiva e desconfiança do Governo do Estado, que surgiu a ideia de criação das Unidades de Conservação do Litoral Paraense, onde destacam-se a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá e a Central das Resexs Marinhas do Pará¹⁵, que embora com as desconfianças também dos pescadores e pescadoras artesanais e demais extrativistas do mangue, devido as constantes ameaças e riscos de manipulação política e econômica, o que gera até hoje uma interpretação ambígua da proposta.

Apesar das diversas reuniões existentes nos anos de 1995 e 1996, muito pouco aconteceu de objetivo naquele momento; entretanto, no ano de 1997, o movimento passou a se fortalecer com reuniões, em que temas vitais para o município foram para a pauta das reuniões para ser discutidos com maior profundidade, envolvendo nesse processo vinte e oito (28) comunidades estuarinas, como a do Corredor Costeiro, as lutas dos extrativistas, a conquista de outras reservas e outros.

Nesse momento então, acontece um delineamento do objetivo a ser alcançado a partir da organização de um movimento que percebendo o momento nacional e internacional favorável a criação e organização de unidades de conservação, utiliza-se desta bandeira de forma a buscar a materialização de anseios e expectativas das comunidades.

¹⁵ Central das Resex Marinhas do Pará – CAUREM.

Na formação dos movimentos sociais, percebemos que grande parte das pessoas que o constituem hoje desconhecem totalmente as direções a serem seguidas, não despertaram para situações básicas intrínsecas à luta, já que é perceptível dentre essas pessoas a falta de homogeneidade nos objetivos e de noção sobre os possíveis resultados. Além disso, há também a presença de algumas poucas pessoas com formação advinda de uma educação regular que tenham maior conhecimento institucional e capacidade de liderança para estimular o movimento a iniciar a sua jornada, orientar seu caminho e posteriormente pensar na sua consolidação.

Um importante marco nesta caminhada aconteceu no ano de 1998, mais precisamente de 20 a 22 de março, quando, no município de Curuçá, aconteceu o III Seminário Regionalizado de Gerenciamento Costeiro – III GERCO. Na ocasião, a partir de inúmeras discussões, que contaram com a participação de importantes lideranças da comunidade local, tornaram-se mais claros os objetivos a serem alcançados, despertando um maior interesse no povo e fazendo com que a mobilização se tornasse permanente.

Nos primeiros passos desse movimento, os moradores das comunidades não tinham conhecimento ou a ideia de constituírem naquele território uma reserva extrativista, embora ansiassem por melhores condições econômicas e de vida, além de vivenciarem a experiência do aumento do esforço da pesca, da disputa pelos recursos pesqueiros com a entrada da pesca industrial na região e outras tantas dificuldades existentes. Os anseios das comunidades de Curuçá então começavam a ser encaminhados para a necessidade da chegada de uma política pública que pudesse contemplar os interesses locais. Foi assim que a criação de uma Reserva Extrativista passou a ser a resposta adequada para essas demandas, uma política pública vigente no contexto governamental que viria ao encontro da maioria dos interesses daquelas comunidades.

Em julho de 1999, Waldemar Londres Vergara Filho, que à época era funcionário do IBAMA recém-chegado na região e hoje atua como gestor de Unidade Avançada, mais especificamente da Reserva de São João da Ponta, entrou na “luta do Corredor do Salgado”, visitou os municípios da região e também o município de Soure, fez reuniões com lideranças locais, escutou seus pedidos, aconselhando os grupos para o encaminhamento das

demandas. Ao perceber ali que as necessidades das comunidades se enquadravam na constituição de uma reserva extrativista, passou a explicar às lideranças o significado de uma reserva desse tipo e a mostrar o encaminhamento para que atingissem esse objetivo.

O relato se coaduna com a fala da representante da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), que em entrevista ressaltou: “[...] O pensamento da reserva não veio das comunidades, tiveram seu início pensado por alguém com uma visão mais ampla, que tem o conhecimento”.

A representante do CNS ressaltou que o papel do técnico Vergara foi muito importante naquele momento, quando ele se prontificava a perceber todos os anseios do povo curuçaense e a direcionar a luta para um ponto de chegada que seria o do alcance, para aquele território, da condição de reserva extrativista.

Após essa fase de sensibilização, momento em que as comunidades deram o passo inicial, participando da mobilização e das reuniões, foi feita a solicitação formal de implantação da reserva e o encaminharam ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais, CNPT/IBAMA.

Registramos que nesse momento em qualquer processo de criação de reserva é fundamental a participação dos moradores, já que os mesmos serão responsáveis pela Reserva, juntamente com o Governo. Concomitantemente, várias assembleias comunitárias foram realizadas na área provável da reserva para que as pessoas pudessem se manifestar, bem como houve uma audiência pública para a discussão do assunto. Fiorillo (2009, p. 147) esclarece que é da audiência pública, que se baseia “[...] no fundamento constitucional do direito de informação, que decorre do princípio da participação da população”.

A solicitação formal foi assinada pelos moradores e também por entidades do município, tais como: associações, sindicatos, cooperativas, comitês. Além das assinaturas, foram anexadas cartas de apoio de outras entidades como o CNS, Igrejas, ONGs, das autoridades municipais como o prefeito e vereadores, embora estes últimos não estivessem apoiando o processo.

O segundo momento foi o Laudo de Vistoria, que consistiu numa vistoria no local para observar se havia condições adequadas para que se criasse uma

reserva. Essa vistoria foi realizada pelo CNPT/ IBAMA, com o objetivo de completar informações que comprovassem as condições adequadas para a criação da reserva. Como a resposta foi positiva, foram solicitados: o Levantamento Sócio econômico, Laudo Biológico, Dados Planialtimétricos e Geográficos, Justificativa Legal, Registro Fotográfico, Dados Técnicos e Científicos sobre a mesma, Confecção de Mapas da RESEX. Já com esses documentos sendo anexados formalizou-se um processo pelo CNPT que foi enviado à Procuradoria Geral do IBAMA, e posteriormente ao MMA e à Casa Civil da Presidência da República, para que fosse assinado o decreto de criação da Reserva, conforme consta no Guia de Chefe – IBAMA/GTZ – Criação de UCs: Reservas Extrativistas _RESEX, 1999.

No decorrer do processo vários documentos foram sendo anexados, inclusive consulta a órgãos como a Marinha do Brasil, a (SEMA) Secretaria de Estado de Meio Ambiente¹⁶, ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA), ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), à Secretaria de Patrimônio da União (SPU), à Gerência de Patrimônio da União (GRPU), à Fundação Palmares para verificar, entre outros, casos de impedimentos, superposições com reservas estaduais, terras de quilombos.

Após a publicação do decreto, de 13 de dezembro de 2002, a Reserva Extrativista “Mãe Grande de Curuçá”, houve o processo de implementação da reserva que envolveu ações como: a Regularização Fundiária e Emissão de Posse em nome do IBAMA, Cadastramento dos Moradores, Plano de Utilização da Reserva, Fundação da AUREMAG, Organização de cursos de Gestão Ambiental, Sensibilização das lideranças das comunidades para o Espaço Social do Conselho Deliberativo, Zoneamento Geopolítico para facilitar a gestão, Plano de Desenvolvimento da RESEX, Definição do desenho institucional do conselho, Apresentação por parte das instituições de quem iria representá-las no Conselho, Capacitação dos atores para o trabalho no conselho, Discussão do regimento interno do conselho, dentre muitas outras providência, ainda segundo o Guia de Chefe – IBAMA/GTZ- Criação de UCs: Reservas Extrativistas – RESEX, 1999.

¹⁶ No momento da criação da reserva, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará era conjunta com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, e possuía a sigla de SECTAM (Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará).

Destacamos dentre as ações listadas acima, os cursos de capacitação para que as pessoas entendessem melhor o que eram as reservas e como deveriam atuar na sua gestão, além dos cursos de Organização Social, Lideranças, Noções Básicas de Ecologia, Meio Ambiente, Cidadania, Empoderamento, dentre outros.

Enfim, verificamos que o trabalho de implementação de políticas públicas iniciado com ações básicas é contínuo e permanente, pois ao que já foi realizado, devem-se somar outras ações que consolidem a presença da RESEX.

2.6 A GESTÃO AMBIENTAL (ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICA): as políticas públicas incidentes no território da Reserva Mãe Grande de Curuçá

A criação e implantação de uma unidade de conservação, mais especificamente, no caso deste estudo, de uma reserva extrativista marinha, representa em si a própria face de uma política pública ambiental. Sua importância se reflete por uma grande mobilização da sociedade civil que participando da esfera pública e espaços públicos, se engaja e luta por direitos de aproximação do Estado, para que sejam sanadas carências em várias áreas, dando apoio para uma gestão ambiental que atenda à conservação dos recursos naturais daquela unidade.

Somente a criação de uma reserva extrativista muito pouco representa se não vier acompanhada de políticas públicas que objetivem a organização de seus usuários e a orientação dos moradores para o uso daquele território, daí a importância vital do processo posterior de implementação. No momento seguinte ao da criação, surgem as políticas que, de acordo com Campos (2006, p. 4): “[...], vão da demarcação das terras, retirada de invasores à elaboração do Plano de Utilização, à formalização do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso as populações locais até ao cadastramento dos beneficiários, fomento etc”.

O Contrato de Direito Real de Uso da RESEX foi assinado em 23 de março de 2010, em Brasília. A minuta do referido contrato foi apresentada pelo Gestor da Unidade, o Senhor Rodrigo Silva Pinto Jorge na 5^o Reunião

Extraordinária do Conselho Deliberativo, ocorrida em 08 de março de 2010, com dezesseis membros presentes.

Após a apresentação da minuta do contrato, houve discussão entre os membros do Conselho e feitas algumas sugestões de mudanças, como a possibilidade de alteração de foro e outros pequenos detalhes. Destacamos que o tempo de concessão do contrato é de 20 (vinte) anos e com prazo renovável se não houver descumprimento das cláusulas e se não for manifestado desejo contrário por nenhuma das partes. Ao contrato de concessão de Direito Real de Uso, será anexado o plano de utilização.

A Questão da Regularização, vital para a RESEX, é explicada por Benatti (2009, p. 60): “[...] O objetivo da regularização fundiária consiste em desestimular a formação de grandes propriedades, tendo em vista que o Estado não pode favorecer a concentração de terra” e de acordo com o mesmo autor, dentre suas finalidades estão: “[...] diminuir a violência rural e o desrespeito aos direitos humanos, em assegurar o direito de propriedade aos diversos segmentos sociais, em diminuir o desmatamento e em garantir a sustentabilidade ambiental”.

Pode-se entender, então, a assinatura do contrato acima como a possibilidade de resolução de um problema de longa data e um benefício para a população que vive na RESEX, funcionando beneficentemente para o próprio município, trazido no bojo das políticas públicas das reservas.

O Plano de Utilização de uma Reserva, normalmente, vincula-se às regras de comportamento, orientando o que fazer e o que não fazer, de acordo com as práticas tradicionais comuns àquelas comunidades e deve ser aprovado pelo seu referido Conselho Deliberativo. No caso de Mãe Grande, isso não aconteceu porque no momento de sua elaboração, ainda não estava instituído o Conselho da Reserva. O Plano da Reserva “Mãe Grande de Curuçá” será anexado ao contrato de Concessão Real de Uso, embora de acordo com a fala do Gestor Rodrigo Silva Pinto Jorge, na reunião do conselho, de 08 de março de 2010, o mesmo deva ser revisado no momento da realização do Plano de Manejo.

Esse segundo momento também se faz com o acompanhamento de gestores ambientais e outros técnicos que se façam necessários para o desenvolvimento dos trabalhos acima elencados.

O INCRA entra para cadastrar as famílias beneficiárias, após estudo socioeconômico, para a implantação de diversas políticas, como as do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), já que as reservas se enquadram na categoria de assentamento. No caso da Reserva Mãe Grande, o INCRA no ano de 2005, fez o cadastro de 2000 famílias enquadradas na figura específica do pescador artesanal. No caso, este pescador pode ter algum trabalho com a pequena agricultura, mas terá que se intitular pescador.

Quanto às políticas públicas do INCRA inscrevem-se:

1) Auxílio-Moradia - que visa a construção de casas em alvenaria e a reforma de casa para os que já possuem. Cada usuário foi contemplado com o valor de R\$7.400,00(sete mil e quatrocentos reais), sendo que R\$100,00 (cem reais) foram de despesas bancárias e os resíduos dos valores foram para a manutenção da Casa do Pescador e/ou algum projeto da comunidade.

2) Projeto- Fomento I – Doação aos pescadores de canoas, apetrechos da pesca, geladeiras, freezers, bicicletas, máquinas de açaí, isopores, caixas de água para o pescador artesanal, máquinas de costura entre outros artefatos.

3) Projeto Fomento II – Recursos financeiros para mini projetos de manejo de mexilhão, ostra, tanques rede, etc., com o objetivo de gerar renda para as famílias ou grupos de famílias, em projetos individuais ou coletivos. A discussão deste projeto ainda está acontecendo.

4) Projeto Infra- Estrutura _ Fornecimento de saneamento, distribuição de água, abertura de estradas, construção de trapiches. Tem uma orientação de projetos coletivos, que devem ser discutidos e decididos nas comunidades.

5) Projeto PRONAF A (INCRA) – Investimento na produção, que ainda não se efetivou por estar em construção nas comunidades.

Como as Reservas entram na categoria de assentamento, o INCRA deverá realizar brevemente o PDA (Plano de Desenvolvimento de Assentamento) na RESEX “Mãe Grande de Curuçá”.

Na construção das casas inclusas nas políticas do INCRA, aconteceram muitos problemas, como uso de material de baixa qualidade pelas empresas construtoras, o que forçou um acompanhamento de perto da AUREMAG para que os problemas apontados em reclamações enviadas pelo Ministério Público Federal (MPF) fossem sanados ou ao menos amenizados.

A construção da Casa do Pescador, como um projeto aprovado pela Secretaria de Extrativismo e Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável do MMA, trouxe uma série de capacitações que contribuíram e contribuem para que todos os interessados pudessem/possam aprender e participar da gestão da RESEX. Esse espaço tornou-se local de encontro e capacitação, promovendo a cidadania das comunidades pesqueiras.

Outro importante projeto foi o da “Gestão Participativa na Reserva Extrativista Mãe Grande – Cv -- 019/04 -- FNMA/MMA”, cujo convênio investiu em mobilização, legalização das entidades dos pescadores e pescadoras e a criação dos polos comunitários de integração da RESEX com a finalidade de configurar uma melhor representação. Além deste, uma série de outros projetos de pesquisa e planejamento na RESEX atingiram sua culminância na Assembleia Geral de 23 de Novembro de 2005, na qual houve a criação do Conselho Deliberativo que une o Estado e associações da sociedade civil num trabalho comum, que é o de gestão da reserva.

Esses projetos chegam ao pescador de Curuçá, que normalmente é carente de recursos, com uma enorme visibilidade. As casas para quem não as têm, as reformas que chegam na hora certa, os objetos de relevante serventia e de grande utilização vão dando um rosto a reserva, como resultado das políticas públicas que lá chegaram e um pouco mais distante o rosto das questões ambientais, formando assim um território político que desperta inúmeros interesses e vão bem além da satisfação das necessidades das comunidades e do bem estar da população das reservas.

Uma moradora da comunidade Mutucal – Ilha de Fora afirma: “[...] A minha irmã ganhou um freezer e uma bicicleta” e mais “[...] Com o dinheiro vindo para a construção e mais o que ela tinha foi construída uma casa que não está terminada”.

Outros moradores do município também reconhecem a importância das políticas públicas: “[...] A casa foi um sonho realizado” e continua “[...] Graças a RESEX Mãe Grande”. “[...] Graças ao Papai Lula”. “[...] Só não foi melhor porque não tem banheiro”. Sobre a questão ambiental a mesma afirma: “[...] Escutei na rádio – o projeto do meio ambiente” “para treinar, para proteger os mangues, a beira dos igarapés para aprender como se protege a natureza” (Depoimento de uma trabalhadora de hotel).

[...] Foi muito bom para os pescadores. Veio a vigilância do IBAMA, Polícia Federal. A destruição estava muito grande (e continuando a sua argumentação) [...] o governo dá barcos, rabeta (motor de popa), linha de pesca, dá Prosdócimo onde pode ligar energia, onde não pode o governo dá isopor grande para guardar peixe, dando condições do pescador que tiver cabeça ser um pequeno empresário (Depoimento de um proprietário de hotel).

O referido senhor continua: “[...] Há os aproveitadores, mas em todo lugar tem”. “[...] As pessoas que vendem bens são denunciados e a Polícia Federal vem e toma. E o cara não recebe mais nada”. “[...] Foram feito diversos cursos de Turismo, essas coisas”. “[...] Para o povo em geral foi muito bom”. “[...] A primeira vez que aparece o Governo Federal”. “[...] A vitória da Ana Júlia foi devida a cobertura do Governo Lula, as políticas do governo Federal”.

A respeito dos aproveitadores, Silvam e Simone Ferreira, da ONG Cabanos, disseram a Figueiredo (2007) que moradores de outro municípios próximos, quando souberam do cadastro conseguiram o benefício e em função disso houve necessidade de uma maior fiscalização desses recursos. Sobre o mesmo assunto, Sandra Gonçalves da AUREMAG comentou, em entrevista, realizada na Casa do Pescador, que 546 pessoas já foram desligadas dos projetos porque venderam suas casas e outros objetos que receberam e por isso tiveram que devolver o dinheiro do bem.

Os usuários da RESEX Mãe Grande receberam em momento posterior, outras políticas públicas como a do programa: *Luz para todos* e construção de fossas sépticas em suas casas. Destaca-se que essas políticas públicas chegaram a poucas comunidades da RESEX, não sendo políticas específicas de reservas.

A promessa de novo cadastramento movimentava o cotidiano da reserva. Qualquer reunião menor ou maior, quando se comenta que haverá um cadastramento para benefícios, pessoas de comunidades próximas e longínquas aparecem na esperança de conseguirem casas e outros bens. Isso demonstra anseios das comunidades pesqueiras, suas grandes necessidades e o quanto isso movimentava a ideia de reserva no imaginário das famílias pescadoras e na própria realidade que os cerca.

O representante da Associação dos Amigos do Bosque Boa-Lembrança/ Reserva Peixe- Boi – Curuçá/PA, comentou quando entrevistado para este trabalho: “[...] Há um desconhecimento do que é a reserva. A cara da reserva

são os benefícios das políticas. Precisa haver maior conhecimento dos objetivos da reserva”. O que é reforçado pela análise do Senhor Jorge Macedo, que diz: “[...] A reserva tem que ser olhada como um mecanismo de preservação do meio-ambiente”.

Essas falas de atores que convivem o dia a dia do município e da reserva demonstram ainda que o conhecimento do que é realmente uma reserva e das intenções de fato desta política continua em construção, embora quando se fala nos benefícios, um grande contingente de pessoas se aproxime na tentativa de minimizar as carências vividas.

A respeito dos benefícios oriundos dessas políticas, Figueiredo (2007) analisa que representam uma importante ajuda para os moradores das áreas que atualmente são destinadas às reservas, que ficaram por tantos anos sem ter vez, nem voto.

No caso da RESEX Mãe Grande, o peso das políticas públicas é muito grande, principalmente por se tratar da sobreposição do território a um município que possui baixos índices de desenvolvimento, com necessidades históricas não resolvidas. Embora o município e a RESEX recebam políticas diferenciadas, a ação pública direcionada à segunda tem um cunho imediato e mais forte, tais como a construção de habitações, doações de motores, bicicletas, fazendo com que sua representação seja mais visualizada a curto prazo.

A carência da qual Figueiredo (2007) fala não é prerrogativa das áreas de reserva. A situação de aproximação do Estado é desejada por grande parte da população do país, justamente por sua predominante ausência nas mais diversas áreas, advinda de inúmeros fatores, dentre eles do processo histórico do desenvolvimento nacional, que centralizou a industrialização na Região Sudeste e ainda a orientação neoliberal recente, que dispunha pouquíssimas verbas para políticas sociais.

O fato de a RESEX Mãe Grande ter recebido valores elevados em sua conta para a implantação das políticas de habitação do INCRA, gerou, segundo a presidente da AUREMAG, um mal estar na Prefeitura do município de Curuçá. A esse respeito, Figueiredo (2007) comenta que:

[...] Isso pode ser explicado pelo fato de que, segundo a AUREMAG, a receita do município não chega a 1/3 do valor recebido pelo projeto

da RESEX, e por não fazer parte da gerência desse dinheiro, que seria em torno de 7 milhões de reais, o qual é totalmente gerido pela AUREMAG. (FIGUEIREDO, 2007, p. 94).

O repasse acima externou, ainda de acordo com a Presidente em entrevista, uma situação de grande desconforto entre a Prefeitura e a RESEX, envolvendo até funcionários do Banco do Brasil na cidade de Curuçá. Segundo ela, o prefeito daquela gestão teve acesso ao saldo da conta da Reserva no momento do depósito do valor das verbas direcionadas à construção das habitações. O referido fato gerou forte especulação entre os atores da RESEX e do Poder Local.

Para a AUREMAG, aquele momento era de grande afirmação, pois ali se materializavam os esforços, as lutas de todo aquele movimento, que organizado conseguiu para o território o status de reserva extrativista, uma melhoria na qualidade de vida de muitos pescadores e suas famílias e ainda poderia funcionar como um fato de consolidação do movimento e da própria RESEX.

Poderia ser alegado que muitas políticas, que atualmente chegam através das reservas teriam a possibilidade de chegar por programas de políticas públicas ambientais que acontecem em nível municipal, pois foi este o ente escolhido por ser o mais próximo dos cidadãos brasileiros na Constituição Brasileira de 1988. Entretanto essa assistência tem demorado por anos e anos, não parecendo ser prioridade de nenhum governo até o momento. A demora foi tamanha, que permitiu todo um movimento e toda uma luta em prol da aproximação do Estado, na figura de uma reserva extrativista.

O caso da sobreposição quase em sua totalidade de territórios da RESEX sobre o município de Curuçá mostra que situações como estas podem ocorrer com certa frequência, pois o Município de Curuçá necessita de uma maior arrecadação e recebimento de verbas para fazer frente aos problemas existentes de longa data, tais como os de falta de: saneamento, de postos de saúde e hospitais equipados, de escolas em boas condições e outros tantos que se arrastam por décadas sem haver efetivamente um maior apoio dos governos estadual e federal.

Ainda sobre a mesma situação, é importante observar a enorme dimensão trazida pelo novo território e os rendimentos políticos que poderiam ser obtidos por quem estivesse à frente ou bem próximo desse projeto.

E ainda, que não há como uma área dessas, que recebe grande apoio de políticas públicas orientadas à figura do pescador artesanal como um território de alta potência política, deixe de concorrer com o poder executivo municipal. Isso pode ser atestado no fato de que, nas últimas eleições municipais, mais precisamente em 2008, o sociólogo da EMATER, o Senhor Jorge Macedo, filado do PT (Partido dos Trabalhadores) e figura importantíssima na criação e no acompanhamento da implementação da RESEX, sem ter se candidatado em nenhuma eleição anterior a qualquer outro cargo político, concorreu à vice-prefeitura em uma chapa com o candidato à Prefeito, Senhor Fernando Alberto Cabral da Cruz, do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) angariou votos suficientes para exercer o mandato no poder executivo municipal.

Ao Senhor Jorge Macedo está relacionado o reconhecimento de todo o trabalho desenvolvido por anos e anos, de reuniões após reuniões em comunidades, de noites dormidas nas praias do município, muitas vezes ao relento, além da gratidão de muitos por todo o seu envolvimento em um projeto que, durante o seu caminhar, gerou o apoio de poucos e o descrédito de muitos.

Ainda no que diz respeito às políticas públicas, cabe ressaltar que o Plano de Manejo até o momento não foi realizado, em que pese ter havido concorrência pública para tal e o processo ter se iniciado. O contrato foi rompido pela empresa que estava trabalhando no plano no ano de 2009. Na reunião do Conselho Deliberativo de 08 de março de 2010, o gestor da unidade, Senhor Rodrigo Silva Pinto Jorge, disse que o Plano de Manejo deverá ser retomado ainda no primeiro semestre de 2010.

A Lei 9985 de 18 de julho de 2000 (SNUC) aperfeiçoou o Plano de Manejo, conceituando desta forma como um (art. 2º, XVII):

[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas gerais de uma unidade de conservação, se estabelece seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação de estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Uma política desejada pelas populações da reserva por ser de vital importância é o Gerenciamento Costeiro. Silva (1995) o conceitua como:

[...] o conjunto de atividades e procedimentos que, através de instrumentos específicos, permite a gestão de utilização dos recursos da Zona Costeira. Os instrumentos específicos são a definição e o estabelecimento de limites da Zona Costeira, os Planos Nacional, Estaduais e municipais da Zona Costeira e o Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira, os Planos de Gestão e o Sistema Nacional de Gerenciamento Costeiro. (SILVA, 1995, p.103).

A preocupação se dá em função da RESEX ser uma zona de recursos pesqueiros, o que faz com que a vida de todas as comunidades esteja de alguma ou de várias formas a eles relacionadas, em razão da necessidade de alimentação, mas também enquanto fonte de trabalho, levando aos pescadores a preocupação permanente com a ação predatória de barcos industriais e de outras regiões que aparecem ali para pescar, sem falar dos roubos de embarcações e de uma série de situações que prejudicam os pescadores e moradores da RESEX.

A preocupação com o Gerenciamento tem sido tão forte, que foi motivo de um seminário organizado pela AUREMAG, denominado *A Importância do Litoral* ocorrido nos dias 23 e 24 de abril de 2009, na cidade de Curuçá, objetivando o início das discussões de políticas que contemplem o assunto. No seminário foram registradas presenças de importantes órgãos da esfera Federal, Estadual e Municipal, além da representação de lideranças de várias associações da sociedade civil local, Igreja Católica, CNS, Associação das Reservas Extrativistas Marinhas (CAUREM). Na esfera Federal, pode-se notar a presença marcante das seguintes instituições: Procuradoria da República Federal, Gerência de Patrimônio da União (GRPU), Universidade Federal do Pará (UFPA), Museu Emílio Goeldi (MPEG), Universidade Federal Rural (UFRA).

No referido evento, em nível estadual estiveram presentes o Instituto do Desenvolvimento Florestal, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Delegacia Estadual do Meio Ambiente (DEMA) e em nível local, a Prefeitura de Curuçá e Secretarias Municipais. A presença de dois deputados (um estadual e um federal) também marcou o evento. Posteriormente a esse seminário, houve em Belém, uma Audiência Pública

para a continuação de discussão de políticas públicas de Gerenciamento Costeiro.

A presença de órgãos de diversas esferas governamentais e também de deputados evidencia a importância da organização e atuação do movimento social que dá apoio à Reserva e a alta visibilidade deste perante as esferas governamentais.

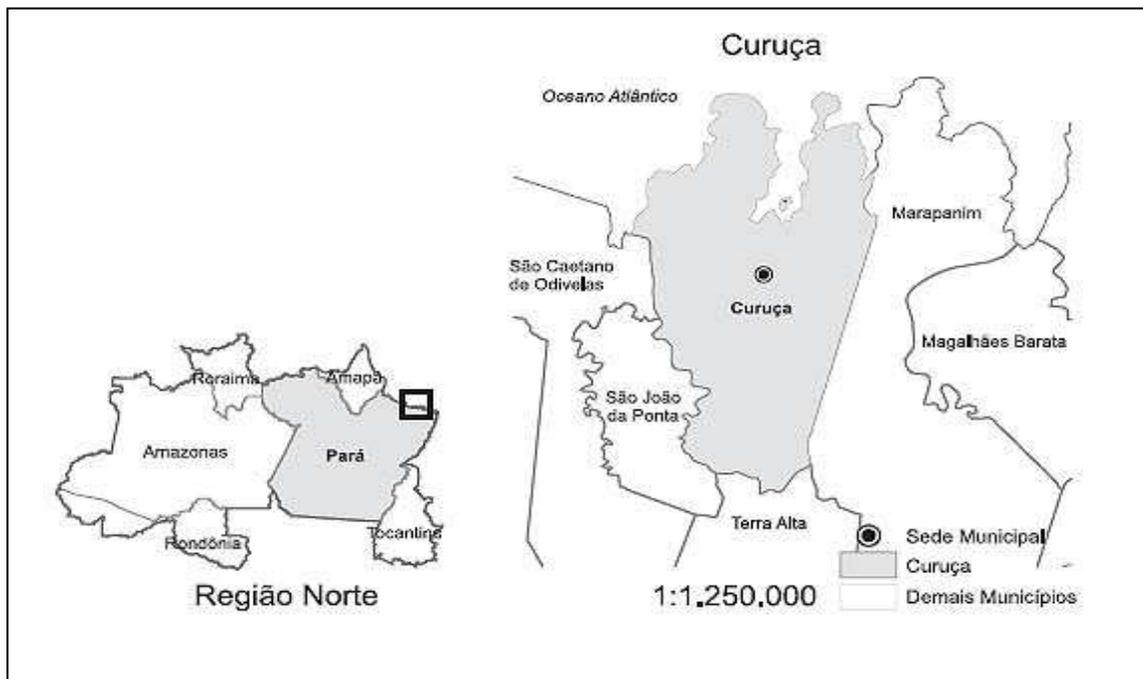
3 O MUNICÍPIO DE CURUÇÁ, A ORDEM FEDERATIVA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E OS TERRITÓRIOS PROTEGIDOS

3.1 O MUNICÍPIO DE CURUÇÁ

O Município de Curuçá fica localizado na Mesorregião Nordeste do Pará, na microrregião do Salgado do estado do Pará, fica a 140 km de Belém e em linha reta a 107 km. Curuçá faz ligação com a capital pela BR- 316 até a cidade de Castanhal e, posteriormente, pela PA 136, hoje chamada de Rodovia Edmundo Igreja, que liga as cidades de Castanhal a Curuçá.

O Município de Curuçá, área cujas origens datam do século XVII¹⁷, com uma área territorial de 673, 27 km, possui os seguintes limites: ao Norte: Oceano Atlântico, ao Sul: município de Terra Alta, ao Leste: Município de Marapanim e a Oeste: Municípios de São Caetano de Odivelas e São João da Ponta.

¹⁷ A fundação de Curuçá deu-se com a provisão régia de 23 de setembro de 1652, dada pelo rei Dom João IV, que permitia a Companhia de Jesus fundar uma missão religiosa na capitania do Grão Pará. Esta missão foi denominada Curuçá, que tem o significado de “cruz” na língua tupi e foi o início do município que hoje tem o mesmo nome. O município de Curuçá, segundo Furtado (2009, p.96): “[...] teve seu início com a chegada dos missionários da Companhia de Jesus no século XVII, que fundaram uma fazenda às margens do rio Curuçá sob a devoção de Nossa Senhora do Rosário” servindo então como marco de presença da colonização portuguesa no lugar e base de trabalho na catequese dos índios Tupinambás, que foram os primeiros habitantes do lugar. O início da povoação ocorreu às margens do rio Maripanema, hoje chamado de Muriá, no lugar que todos conhecem por Abade. As frequentes tentativas de sequestro dos índios, por parte dos colonos, fez com que os jesuítas transportassem os índios, no intuito de protegê-los, para onde fica a cidade de Curuçá. Conjuntamente com os jesuítas, vieram famílias de origem portuguesa, oriundos da cidade de Vigia. (FERREIRA, 2009; FURTADO, 2009). A política do Marquês de Pombal na Amazônia fez com que os padre jesuítas fossem expulsos, já que, pela orientação pombalina, significavam uma ameaça ao poder da Coroa Portuguesa. Ferreira (2009, p. 4) observa: “[...] Merece relevo o fato que Curuçá foi à última missão que os jesuítas deixam no Pará”. Sua elevação a condição de vila, ficou com a denominação de Vila Nova de El Rey. A categoria em questão foi perdida em 1833, sendo-lhe devolvida pelo governo pelo governo Imperial em 21 de novembro de 1850 pela Resolução nº 167, recebendo o nome de Vila de Curuçá. No período da Cabanagem, a vila de Curuçá sofreu ataques, nos quais os revoltosos arrasaram o Arquivo da Câmara, restando somente um livro de Atas, do período relativo do ano de 1831 a 1833. A Vila somente elevou-se à categoria de cidade, de acordo com Furtado (2009, p. 96) em 14 de maio de 1895 através da Lei Estadual de Número 236 sancionada pelo então governador Lauro Sodré.



Localização do Município de Curuçá

Fonte: <http://www.ivt-rj.net/ivt/edt/upl/livro_tbc/no_pa_1.jpg>.

De acordo com a estimativa de 2007, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Curuçá, tem uma população de 33.768 habitantes (Estimativas 2007 e Censo 2000). Dessa população, Meirelles (2009, p.11) afirma que 20.741 habitam em áreas rurais com saneamento precário, já que “[...] apenas 25,5% das casas têm fossas sépticas ou são ligadas à rede geral de esgoto; só 22,2% têm acesso ao serviço de coleta de lixo e 12,2% é analfabeta”. De acordo com o Atlas, o (Índice) de Desenvolvimento Humano (IDH) de Curuçá é 0,709; o IDH- Renda é 0,561 com 74,1% da população sendo considerada pobre.

O município de Curuçá está a 37 metros acima do nível do mar, sendo que seu clima é considerado Equatorial Amazônico com uma temperatura que oscila entre 25° a 27° C. A vegetação que predomina no município de Curuçá é constituída de florestas secundárias e de florestas de mangue, que se estabelecem na área de litoral e semi-litorânea, lugares que são alcançados pela salinidade da água do mar.

Curuçá, como um município pertencente ao Salgado, região que, no esclarecimento de Meirelles (2009):

[...] é a região que mais perdeu florestas de terra firme na Amazônia, ao longo de 150 anos de colonização, com redução de mais de 90%

de sua cobertura original. A microrregião do Salgado abrange outros municípios, apresentando uma zona costeira de cerca de 300 quilômetros. (MEIRELLES, 2009, p.17).

Figueiredo (2007, p. 44) explica que: “A cobertura vegetal original do município, formada pela floresta primitiva, foi removida em consequência dos desmatamentos, ocorridos de forma intensiva e extensiva para o plantio de espécies agrícolas de subsistência ou mesmo simples ocupação de terrenos...” e sendo assim:

[...] o predomínio da cobertura vegetal do Município é formado por florestas secundárias, são aquelas resultantes de um processo natural de regeneração da vegetação, em áreas onde no passado houve corte raso da floresta primária. Nestes casos, quase sempre as terras foram temporariamente usadas para a agricultura ou pastagem e a floresta ressurgiu espontaneamente após o abandono destas atividades. (FIGUEIREDO, 2007, p. 44).

No que se refere ao solo do município de Curuçá, é predominante o denominado Latossolo Amarelo, textura média, que possui grandes áreas de solos indiscriminados de mangue (FERREIRA, 2009).

No que diz respeito aos recursos hidrográficos do município de Curuçá, o rio Mocajuba tem grande relevância na área municipal, sendo constituído pelo Igarapé do Pimenta e outros tributários. O referido rio, largo em boa parte de seu trecho, caminha na direção Sudeste- noroeste, posteriormente segue para o Norte, indo desaguar no Oceano Atlântico. Alguns de seus afluentes são os rios Tijoca, Candeuca e o furo Muriá, este último banhando o povoado de São João do Abade. Outro rio de importância é o rio Curuçá, em cujo afluente chamado rio Baunilha, fica a sede do município de Curuçá (FERREIRA, 2009).

Curuçá é constituída por ilhas, tais como: Mutucal, Ipomonga, Pacamorema e Santa Rosa, Mariteua e Cipoteua. As duas últimas localizam-se no Norte do município com praias banhadas pelo Oceano Atlântico.

Atualmente, em Curuçá, o Poder Executivo Municipal é exercido por Fernando Alberto Cabral da Cruz (Prefeito), empresário e ex-proprietário da empresa CAMPASA sediada no município, especializada no fornecimento de Gelo e Peixe já filetado e Jorge Luiz Macedo da Rocha (Vice-Prefeito), sociólogo e funcionário da EMATER.

A Câmara Municipal, representando o poder legislativo, compõe-se de nove vereadores: Joaquim Ribeiro da Luz - PMDB¹⁸ (Presidente), Ana Silvia Neves de Melo - DEM¹⁹, Antonio Kzan Reis - PHS²⁰, Jucelino da Conceição Matos - PDT²¹, Raimundo Oliveira Almeida - PR²², Egídio Nascimento Paes - PSDB²³, Olivar Sousa - PV²⁴, Joel Carlos Vale Lima - PMDB e Evandro Macedo dos Santos - DEM (FERREIRA, 2009).

O poder Judiciário é representado pelo Juiz Dr. Prócion Barreto da Rocha Klautau Filho, titular da comarca de Curuçá. A promotora Dra. Maria da Penha Buchara Araújo e pela defensora pública Dra. Lígia Valente. Pela Dra. Nathalie de Castro, chefe do cartório eleitoral, o senhor Raimundo Célio Dias Macedo e Cláudio de Jesus, ambos oficiais de Justiça.

A sede do município de Curuçá possui um centro histórico, com um conjunto arquitetônico que revela a sua antiguidade, com suas fachadas compostas de azulejos portugueses. Na cidade também podemos encontrar os bosques do Centenário (construído para os festejos do primeiro centenário da Independência em 1922) e da Igualdade, que data de 1855 (que faz alusão a igualdade de povos e raças) (FERREIRA, 2009).



Aspectos da sede do município de Curuçá/PA

Foto: Glaucia Ferreira, 2009

Cadernos de Pesca, 4 – Parte 2 – Impactos Antrópicos na Região Costeira do Pará: o caso da Reserva Extrativista marinha Mãe-Grande Curuçá-PA (MPEG).

¹⁸ Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

¹⁹ Partido Democratas.

²⁰ Partido Humanista da Solidariedade.

²¹ Partido Democrático Trabalhista.

²² Partido da República.

²³ Partido Social Democrático Brasileiro.

²⁴ Partido Verde.



Igreja Matriz de Curuçá

Fonte: <<http://www.panoramio.com/photo/2759164>>.



Antiga Construção – Curuçá

Fonte: <<http://www.panoramio.com/photo/2759151>>.

A Povoação de São João do Abade, lugar do início da colonização é considerada o principal porto pesqueiro do município e ocupa importante função na atividade pesqueira da zona do salgado, destacando-se também como ponto de comercialização da produção pesqueira. Abade tem o significado de Rio das Pedras.



Aspectos de São João do Abade

Foto: LG Furtado, 2008.

Cadernos de Pesca, 4 – Parte 2 – Impactos Antrópicos na Região Costeira do Pará: o caso da Reserva Extrativista marinha Mãe-Grande Curuçá-PA (MPEG).



Vila Lauro Sodré – aspectos gerais

Foto: Gláucia Ferreira, 2009.

Cadernos de Pesca, 4 – Parte 2 – Impactos Antrópicos na Região Costeira do Pará: o caso da Reserva Extrativista marinha Mãe-Grande Curuçá-PA (MPEG).



Vila Lauro Sodré – aspectos gerais

Foto: Gláucia Ferreira, 2009.

Cadernos de Pesca, 4 – Parte 2 – Impactos Antrópicos na Região Costeira do Pará: o caso da Reserva Extrativista marinha Mãe-Grande Curuçá-PA.

Dentre, as vilas, destaca-se a de Lauro Sodré, com mais de cem anos de existência, onde vivem famílias que desenvolvem o extrativismo de ostras retiradas dos manguezais usadas, tanto para alimento quanto para a comercialização. O referido extrativismo fez com que se chegasse a um esgotamento do produto, sendo ali implementado a ostreicultura, um projeto iniciado em 2005, com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e

Pequenas Empresas (SEBRAE) segundo informa os *Cadernos da Pesca-Informes de Pesquisa* – Volume 4/ MPEG.

O município de Curuçá hoje sobrevive dos recursos pesqueiros, do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). No tocante à vida econômica, destaca-se a pesca artesanal, considerada por Aviz (2005, p. 22) como de “[...] extrema importância para a região”, embora esteja ameaçada pela diminuição dos recursos pesqueiros na região, pela pesca industrial e pela chegada ali de pescadores de outros municípios.

Segundo dados do Tesouro Nacional, no ano de 2009, o município recebeu do Governo Federal a Quantia de R\$: 16.762.686,83, distribuídos principalmente entre verbas do FUNDEF e do Fundo de Participação dos Municípios, como demonstram os dados a seguir:

Mês	FPM	ITR	IOF	LC 87/96	LC 87/96-1579	CIDE	FEX	FUNDEF	FUNDEB	Total
01	710.000,93	423,92	0,00	2.269,13	0,00	11.349,94	0,00	0,00	440.410,82	1.164.454,74
02	661.904,16	0,00	0,00	2.269,13	0,00	0,00	0,00	0,00	627.254,57	1.291.427,86
03	528.492,82	566,38	0,00	2.269,13	0,00	0,00	0,00	0,00	577.019,83	1.108.348,16
04	629.967,16	187,68	0,00	2.269,13	0,00	1.178,65	0,00	0,00	722.164,96	1.355.767,58
05	748.368,53	251,74	0,00	2.269,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.038.396,66	1.789.286,06
06	645.690,45	45,33	0,00	2.269,13	0,00	0,00	57.499,34	0,00	1.307.182,78	2.012.687,03
07	495.435,63	41,71	0,00	2.269,13	0,00	10.625,75	0,00	0,00	427.788,16	936.160,38
08	576.354,92	0,00	0,00	2.269,13	0,00	0,00	0,00	0,00	609.701,01	1.188.325,06
09	510.198,51	263,28	0,00	2.269,13	0,00	0,00	0,00	0,00	568.722,13	1.081.453,05
10	586.897,47	653,46	0,00	2.269,13	0,00	17.004,25	0,00	0,00	709.985,08	1.316.809,39
11	732.602,04	180,17	0,00	2.269,13	0,00	0,00	0,00	0,00	663.381,15	1.398.432,49
12	1.211.714,92	207,79	0,00	2.269,13	0,00	0,00	0,00	0,00	905.343,19	2.119.535,03
	8.037.627,54	2.821,46	0,00	27.229,56	0,00	40.158,59	57.499,34	0,00	8.597.350,34	16.762.686,83

Fonte: **Tesouro Nacional.**

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/municipios.asp>.

Como aspecto fundamental, também destacamos os recursos previdenciários oriundos de aposentadorias, pensões, diversos outros auxílios e do programa Bolsa Família.

Como observa o Vice-Prefeito:

[...] existem antigas e importantes ferramentas legislativas, que até hoje não foram usadas em benefício dessas populações. A do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro, lei do Caranguejo Uça, Leis Orgânicas Municipais, Planos Diretores, Lei da Pesca e Aqüicultura, Leis e Conselhos Municipais de Meio Ambiente, enfim, são marcos regulatórios que não movem os municípios e suas Sociedades para criar a oportunidade de elaborar um modelo participativo em busca do uso responsável e equilibrado dos recursos do litoral. O que é mais preocupante, é que nesses municípios litorâneos, essa legislação não surte efeitos, ignoram a biodiversidade

dos manguezais, a vital e estratégica importância deles para suas populações. (entrevista do Vice-Prefeito de Curuçá-PA)

Uma quantidade de pescadores artesanais está cadastrada na Colônia de Pescadores Z-5, fundada em 20 de junho de 1902, que conta com 1.128 sócios efetivos²⁵. A Colônia objetiva a: a) identificação dos pescadores enquanto classe social e a representatividade dos pescadores junto a luta por políticas públicas, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); b) a Previdência Social, intermediando os direitos dos pescadores e pescadoras, tais como, Aposentadoria, Pensão, os diversos auxílios Maternidade, Doença, Reclusão, Acidente de Trabalho; c) a promoção de cursos de capacitação aos pescadores e seus filhos e ainda a intermediação junto à Marinha do Brasil (Capitania dos Portos) para a obtenção de documentos necessários ao ofício da pesca como a habilitação dos Pescadores e Licença da Pesca.



Comunidade de São João do Abade

Foto: Alice Souza, 2008.

Cadernos de Pesca, 4 – Parte 2 – Impactos Antrópicos na Região Costeira do Pará: o caso da Reserva Extrativista Marinha Mãe-Grande Curuçá-PA (MPEG)



Comunidade de São João do Abade

Foto: Alice Souza, 2008.

Cadernos de Pesca, 4 – Parte 2 – Impactos Antrópicos na Região Costeira do Pará: o caso da Reserva Extrativista Marinha Mãe-Grande Curuçá-PA (MPEG)

Observa-se que a renda que circula no município de Curuçá é baixa, tendo como consequência a falta de investimentos no município e aporte de verbas para políticas públicas nas áreas de saneamento, educação, saúde, transporte, asfaltamento de ruas em vários bairros do município.

²⁵ Dados obtidos junto a Presidente da Colônia de Pescadores Z-5, Senhora Maria do Rosário das Chagas.

3.2 O MUNICÍPIO, O FEDERALISMO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

No decorrer desta pesquisa, buscamos compreender, para além das realidades das reservas brasileiras, o contexto em que as mesmas estão inseridas, como no caso da RESEX Mãe Grande, situada em uma sobreposição quase completa ao município de Curuçá, conforme já mostramos neste trabalho, e os efeitos dessa situação. Além dessas preocupações, percebemos a necessidade latente de compreender de forma mais completa a situação de Curuçá, como um município da Amazônia paraense, na qual se nota claramente a falta de políticas públicas, as carências e o consequente baixo índice de desenvolvimento.

Toda a situação descrita acima precisa ser esclarecida para uma melhor compreensão da gestão naqueles territórios sobrepostos, no contexto sócio-histórico do Brasil contemporâneo, de maneira que possamos explicar como certas regiões do país se desenvolvem aceleradamente, enquanto outras, principalmente as do Norte e Nordeste, muito pouco caminharam em tal direção, pelo conjunto de omissões governamentais que relegaram à região um grande atraso no seu desenvolvimento.

Essas omissões no Município de Curuçá geraram resultados em forma de planejamentos equivocados, com pouco aporte de recursos, o que, por sua vez, ocasionou a impossibilidade de o local tornar-se, de fato, agente de melhores políticas para a sua população. Nesse contexto, uma das compreensões mais importantes passa pelos estudos sobre o estabelecimento da forma federalista de administração no Brasil.

Assim, verificamos que o Federalismo é uma forma de Estado originária do modelo republicano adotado nos Estados Unidos da América a partir de sua Constituição, no ano de 1787. De acordo com Fiorillo (2009, p. 128), o federalismo tem o significado de: “[...] uma forma de estado, denominada Estado Federal ou Federação, caracterizada pela união de Estados – membros, dotados de autonomia político- constitucional”.

A chegada da República no país aconteceu através de um golpe militar, imposto, com pouca participação popular, tendo a finalidade de levar as oligarquias ao poder. O país passou a ser chamado de Estados Unidos do

Brasil, com uma aparência na qual se podia acreditar embrionária do sistema federativo, já que, de acordo com Baggio (2006) fazia a combinação:

[...] de um sistema que procurou a manutenção do poder das elites com a implementação de uma República Federativa, com sufrágio universal e descentralização político-administrativa, resultou na prática política conhecida como coronelismo, que dominou o cenário da época e ainda mantém, até os dias de hoje, fortes raízes em muitas regiões do Brasil. (BAGGIO, 2006, p.86).

A robusta estrutura local, instituída no período colonial, com uma aliança com o poder central, aliada também à tradição no campo, trabalhada sem que o povo fosse integrado ao processo, levou ao perpetuamento do coronelismo, como uma prática política corrente na história do país. Todo o que foi descrito, fez com que a população que se encontrava sob a proteção dos proprietários rurais, fosse transformada segundo Baggio (2006, p. 87) em máquinas eleitorais, definindo o “voto de cabresto”.

Leal (1975, p.251) distingue coronelismo: “[...] como uma prática política que atua no reduzido cenário do governo local. Seu *habitat* são os municípios do interior, o que equivale dizer os municípios rurais, ou predominantemente rurais”. O coronelismo, de acordo com Moás (apud Baggio (2006, p.87) se caracterizava pela total falta de espírito público, predominando o espaço individual, em vez do comunitário, acontecendo em determinados locais o trabalho em prol do público como a implantação de serviços de saúde e a construção de escolas, sejam vistos como formas de manter a liderança municipal, aparecendo o “voto de cabresto” para benefício de certo candidatos, preservando a supremacia do “coronel” da localidade.

Segundo Pedro (2005, p. 358-359) os coronéis agiam de maneira direta nos períodos eleitorais. O poder dos mesmos residia em seus “currais eleitorais” e em tais épocas, ficavam responsáveis de trazer os trabalhadores, que viviam no interior, para as pequenas cidades onde aconteciam as eleições. Os coronéis ofereciam aos trabalhadores alimentação, roupas e pagamento dos dias trabalhados. Em contrapartida, como a votação não era secreta, os trabalhadores votavam no(s) candidato(s) que fossem indicados pelos coronéis. Caso houvesse alguma oposição no local, utilizava-se da fraude

eleitoral, incluindo-se nomes de pessoas já mortas, falsificando a lista que continha os nomes dos eleitores, em uma forma chamada de “bico de pena”.

O coronelismo sofre duros ataques com a crise ocorrida no ano de 1929 e com as revoltas que apresentavam um forte cunho militar, tais como: o episódio do Forte Copacabana, no Rio de Janeiro, conhecido como a primeira revolta tenentista; a Revolta de 05 de julho de 1924, surgida em São Paulo para homenagear o movimento de 1922, que originou a conhecida Coluna Prestes, que para Bóris Fausto (1972, p. 112) foi “[...] o mais significativo movimento tenentista no Brasil”; a Revolução de 1930, que conduziu Getúlio Vargas à Presidência, sendo resultado da perda da supremacia cafeeira.

A Constituição de 1934 teve a forte ascendência da Constituição de Weimar, na Alemanha e no que se refere ao sistema federativo, não houve uma oratória em seu favor. Entretanto, houve um robustecimento dos municípios que passaram a ter competência para a arrecadação dos tributos, ao mesmo tempo, que os estados perderam espaço.

De acordo com Baggio (2006) não houve crescimento nacional, nem autonomia política dos estados, e sim a proteção com grande parcialidade de alguns deles, o que fez que o crescimento do país permanecesse desigual, propiciando a convivência de regiões pobres e outras ricas, fazendo com que as consequências desta má distribuição sejam vistas ainda hoje através de várias dificuldades tanto no sistema federalista, como da solução dos problemas sociais do povo brasileiro.

A Carta Magna de 1937 teve como grande característica a centralização de poder na figura do Presidente da República, podendo ainda nomear interventores e elaborar os decretos-leis e no esclarecimento de Baggio (2006, p. 98): “[...] O caráter de República Federativa foi mantido, no entanto, restou sufocado por uma distribuição de competência tributária que só acentuou o caráter centralizador do Estado Novo”.

A Constituição Brasileira de 1946 manteve no Brasil a República Federativa, tornando maior a autonomia dos estados e municípios, entretanto não mais possibilitando que o governo Federal interviesse nos Estados. Ainda nesta constituição, estruturou-se uma política que tinha por fim o desenvolvimento regional.

Na década de quarenta, de acordo com Baggio (2006), imensas diferenças regionais compunham a realidade brasileira. O processo de industrialização centrado na Região Sudeste em prejuízo de outras regiões do país, que conviviam com a miséria e a falta de assistência do Estado. Frente a esse verdadeiro caos social, aparece a preocupação de implantação de uma política de desenvolvimento regional para o Brasil, surgindo após a Constituição de 46, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), que objetivava solidificar uma política de desenvolvimento das bacias fluviais da região. Mais adiante, no final do governo de Juscelino Kubitschek, que prossegue com aquela política, surge a Superintendência de Desenvolvimento Regional do Nordeste (SUDENE).

Em prosseguimento à política que visava o desenvolvimento do país, em momento anterior ao Golpe de 1964, no governo João Goulart, foi apresentado o Plano Trienal idealizado por Celso Furtado, naquela época Ministro do Planejamento. O referido plano possuía itens não aprovados pelas elites financeiras do país, como por exemplo, a proposta de uma Reforma Agrária. Não havendo sucesso no plano, a crise financeira do país agravou-se, provocando uma crise política de grande monta.

Naquele momento do país, Baggio (2006) comenta através do seu relato:

[...] os movimentos sociais conseguem alcançar uma margem de organização, aumentando assim as manifestações populares. No campo, os trabalhadores organizaram-se por meio das Ligas Camponesas; nas cidades, os estudantes organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e os operários pelos sindicatos. Como reação à organização popular identificada com Jango, os setores mais conservadores resistiram ao seu modo de governar. No campo, os proprietários de terra encaravam a Reforma Agrária quase como uma ofensa pessoal e, organizados, começaram a se armar. A vinculação de Jango com o sindicalismo também não agradou a elite urbana, ligada ao comércio e às indústrias. (BAGGIO, 2006, p.101-102).

O quadro descreve uma situação política de enorme gravidade, que atingiu seu ápice com o golpe militar, na data de 31 de março de 1964, que conduziu o Brasil à Ditadura.

O grupo de militares que assumiu o poder sabia que para sua permanência, seria necessária a centralização.

A Constituição de 1967 aparece sob um Congresso fechado, sendo chamado somente para tornar o processo legal. As competências dos

governadores de oposição eleitos foram bastante reduzidas, já que a Constituição atribuiu ao poder executivo à competência restrita de criar tributos, de fixar alíquotas, isenções até mesmo nos de alçada estadual e municipal, fazendo com que o processo evoluísse para a centralização total das verbas, enfraquecendo o poder municipal e o estadual.

A ditadura trouxe dificuldades, explica Baggio (2006), ao sistema federativo reduzindo a autonomia dos municípios e Estados e esvaziando o poder político dos entes federados, fortalecendo as elites. Assim, continuaram pelo país, as práticas do coronelismo robustecidas pelas políticas de manutenção de poder dos militares.

O crescimento econômico ajudou os militares a superar as dificuldades e crises e fortificados combatiam os movimentos contrários com muito rigor e brutalidade. Logo depois de uma corrente de manifestações por vários países, mais precisamente em 13 de dezembro de 1968, o governo federal anunciava à Nação o Ato Institucional nº 5, ficando em vigência por dez anos.

De acordo com Campos (2005, p.588) “[...] qualquer cidadão poderia ser preso e perder seus direitos políticos por ordem do Poder Executivo”. E mais os meios de comunicação passaram para a vigilância militar, a ingerência do poder executivo no poder judiciário, cassações políticas, funcionários públicos expulsos, aposentadorias obrigatórias, enfim, no dizer de Campos (2005):

[...] Foram suprimidas as garantias básicas do Estado de direito, como o mandado de segurança para prisões e buscas e o habeas-corpus para crimes políticos. Nos meses seguintes, novos atos institucionais procuram legalizar a atribuição de poderes discricionários ao Executivo. (CAMPOS, 2005, p. 588).

Baggio (2006) faz importante análise sobre o que resultou para o país da ditadura militar:

[...] As consequências desse período foram desastrosas para a concretização de uma nação democrática. A repressão política à população, além de impedir a participação do povo na tomada de decisões e na reivindicação de seus direitos, e ainda o descaso com a resolução das questões sociais como a educação, gerou um grande espírito de apatia e alienação em nosso povo, já acostumado em muitas regiões a obedecer aos mandos dos coronéis. Até hoje vivemos reflexo deste período de opressão. (BAGGIO, 2006, p. 105).

3.3 O MUNICÍPIO NA ORDEM FEDERATIVA DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988

Todo o processo de redemocratização, observa Baggio (2006, p. 107), foi de vital importância para reordenação da estrutura federalista arruinada durante a ditadura militar. Esta autora destaca três fatos que possibilitaram tal acontecimento: “[...] as eleições para as instâncias subnacionais, a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e os debates políticos acerca da descentralização do poder político e administrativo”.

As eleições para governadores após uma fase de forte centralização de poder no governo federal teve um sentido de retomada de poder pelos governadores, que então passaram a articular a campanha pelas eleições diretas para Presidente e lutar para rever a autonomia dos Estados brasileiros. Os governadores não ficaram sós, pois o povo saiu às ruas e se engajou na campanha das diretas e os movimentos sociais organizados atuaram para a construção de espaços públicos democráticos.

Santos (2005, p. 36) destaca também um forte “movimento municipalista” que se contrapunha à centralização de verbas e poder pela esfera federal, e então forma-se uma “frente nacional de prefeitos” que defende o municipalismo como condição para assegurar a “governabilidade com base nos municípios”.

De acordo com Baggio (2006, p. 109), no que tange ao federalismo, a Carta Magna de 1988, trouxe avanços e orientações de caráter inovador, que é a elevação: “[...] à categoria de pessoa jurídica de direito público interno, tão autônomos quanto os Estados-membros e a União”, que sem haver precedentes em outros países de semelhante situação, intenta contribuir assim para a democracia no país.

Quanto à autonomia municipal, é importante destacar que no Brasil, o município não é somente uma corporação administrativa e sim uma entidade política, o que significa que as leis municipais possuem total sentido, só podendo ser anuladas mediante outra lei municipal ou se apresentarem dispositivos que atentem contra a Constituição Federal. Quanto a esta lei maior do país, nela existe a previsão que os municípios devem ser governados, segundo Dias (2008, p. 266): “[...] por uma lei orgânica elaborada e aprovada pela Câmara Municipal”.

Segundo Dias (2008, p.264), o município: “[...] é a unidade mais próxima da população, e dentro de seu território há áreas rurais e urbanas e uma sede, que tem a categoria de cidade, e que centraliza as atividades político-administrativas locais”. E assim, de acordo com o mesmo autor, sua autonomia no âmbito político-administrativo se revela pelas autoridades municipais que são eleitas por seus cidadãos; na criação de estruturas para a administração local; na instituição, recolhimento e gestão de seus impostos; no poder de fazer intervenção em temas vinculados ao desenvolvimento do município e na capacidade de exercer as competências previstas em lei.

Na esfera municipal é possível notar de maneira mais clara, as demandas da população, que em sua grande parte não são levadas em consideração pela esfera federal. O município, por estar fisicamente mais próximo dos cidadãos geralmente é o primeiro a receber pressão para a resolução de muitos problemas dos cidadãos brasileiros.

Muitas funções do governo federal foram, de acordo com Dias (2008, p.266), transferidas aos municípios, promovendo um processo de fortalecimento dos mesmos possibilitando que venham a se constituir um relevante “agente de desenvolvimento social”.

Mas, na situação dos municípios brasileiros, Kerbauy (2007, p.4) faz uma pertinente reflexão, ao dizer que os mesmos possuem pouca autonomia política²⁶, embora sejam autônomos no âmbito tributário e jurídico.

A reflexão de Kerbauy (2007) é bastante pertinente, já que no Brasil milhares de municípios, apesar de seres legalmente competentes para estabelecer tantas ações, são incapazes de fazer intervenção na realidade social, de instituir programas, de planejar e racionalizar a utilização de dinheiro público quer seja, dentre outros fatores, pelos poucos recursos que dispõem, pela falta de estrutura administrativa para gerir políticas públicas algumas vezes também pelo uso inadequado ou pelo desvio de recursos.

A reflexão acima se aplica ao município de Curuçá, enquanto ente, que possui autonomia em vários campos, entretanto não adquiriu capacidade política para intervir na vida de seus habitantes, de modo a produzir uma melhoria tão ansiada e principalmente tão necessária. O quadro social do

²⁶ A referida autora considera autonomia como: “[...] capacidade dos governos municipais de definir e implementar uma agenda política e de políticas públicas”.

município de Curuçá reflete a incapacidade de planejar políticas públicas que produzam mudanças positivas no dia a dia de sua população.

3.4 PODER LOCAL E GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

A Constituição de 1988, ao redesenhar a estrutura do país, previa que a democracia se consolidasse, se fortalecesse e assim fosse possível ultrapassar as desigualdades do país.

Havia a ideia de que a descentralização deveria incentivar muitas maneiras de participação, a criação de espaços públicos, foros de representação e decisão em que fosse permitida à população a discussão e decisão sobre políticas públicas.

Os termos participação e descentralização, de acordo com Kerbauy (2007), tornaram-se básicos para a compreensão e reconhecimento da política e da estrutura governamental local. Nesse contexto, espaços públicos foram criados e iniciaram-se novos vínculos entre o poder local e a população que foi se organizando em novos moldes.

Poder Local, segundo Rigo Santin (2008, p. 5858): “[...] é uma interação de redes sociais e instituições locais, Estado e sociedade civil, engendrando novas formas sociais de representação e negociação dos interesses das comunidades urbanas” e “[...] desenvolve-se a partir de uma coalizão de forças estatais e da sociedade civil, em âmbito local, possibilitando uma gestão compartilhada dos problemas locais, articulando elementos do governo local com os da sociedade civil”.

As ideias de reunir a sociedade civil e o Estado para decisões e ações conjuntas tomaram conta dos debates, pois as ideias correntes levavam ao entendimento de que o governo local poderia ter condições mais adequadas para colocar em discussão com os seus cidadãos, o destino de verbas públicas. Supunha-se, assim, que com as demandas do município surgissem novas referências para o desenvolvimento local.

A mera implantação de espaços de discussão parecia que iria resolver todos os problemas e a descentralização prometia assegurar a democracia e a participação. Como de forma a esquecer a vida real dos municípios brasileiros, onde a cultura autoritária e os fortes resquícios do coronelismo e do

clientelismo ainda predominam. Estes se manifestariam nos novos espaços públicos, de maneira disfarçada e em meio a jogos de interesses e de poder.

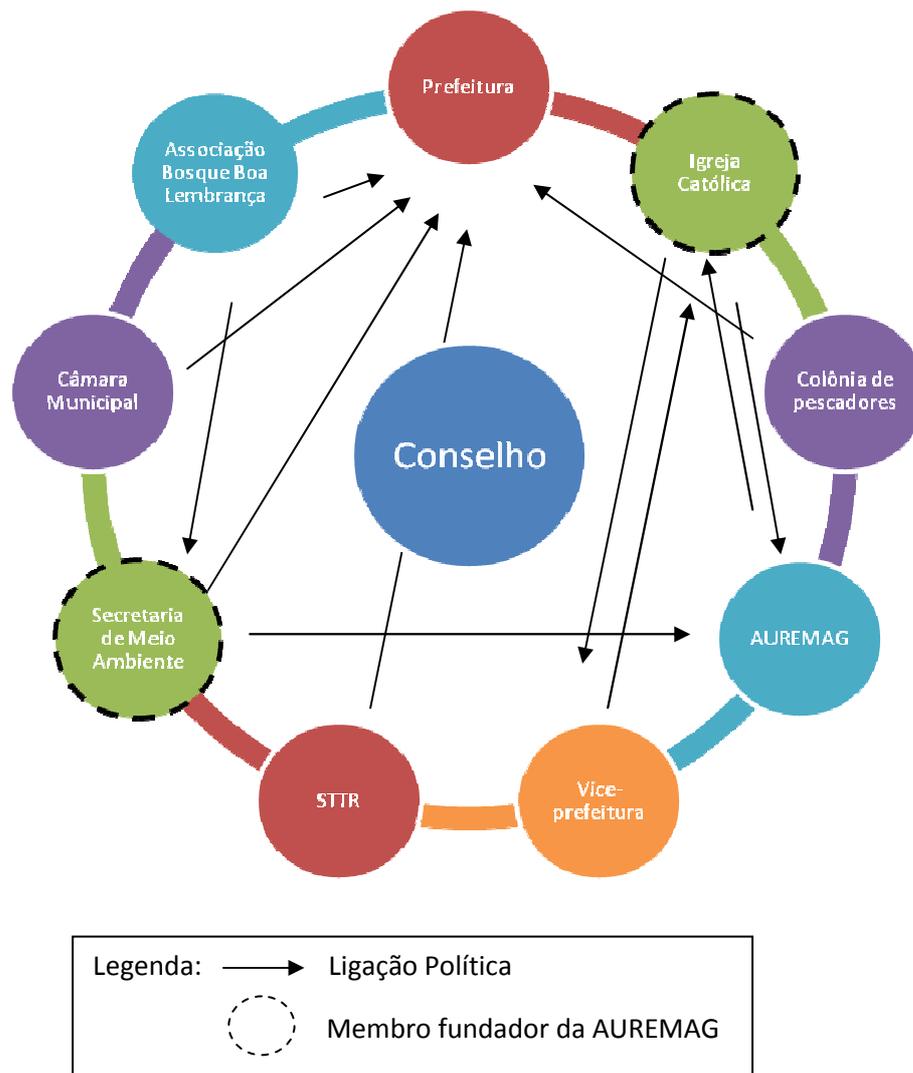
Em meio a vivências e ideias que se contradizem, Kerbauy (2007) esclarece:

[...] A partir da Constituição de 1988, o poder local passa a ser analisado na perspectiva da participação como forma de distribuição de bens públicos e de controle mais eficiente da gestão. A preocupação central passa a ser a incorporação de outros atores sociais e políticos, especialmente os movimentos sociais, na agenda de decisão pública, superando o aspecto puramente procedimental da democracia, ou seja, a representação. O fato de haver eleições de quatro em quatro anos não garantiria uma verdadeira democracia [...].(KERBAUY, 2007, p. 14).

A importância política do Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande também pode ser observada nas interconexões da Gestão Local do município. Observa-se, dentre outros casos, a atuação da Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR/Curuçá-PA) e também exerce atividade na Secretaria de Meio Ambiente do Município de Curuçá. Na condição de Presidente do STTR, integra o Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande. Nesse caso, um ator local que se configura como uma liderança está sendo chamado a atuar na gestão municipal.

Pode-se também citar a atuação do Presidente da Associação dos Amigos do Bosque Boa Lembrança/ Reserva Peixe-Boi- Curuçá-PA que tem assento no conselho da RESEX, já teve atuação em trabalhos sociais e hoje é Secretário Municipal de Meio Ambiente.

Não se pode deixar de observar também que a Prefeitura de Curuçá, como membro do Conselho Deliberativo de RESEX Mãe Grande, atua frente a diversos atores da sociedade civil na forma de associações, ONGs, movimentos sociais e órgãos públicos das variadas esferas. Esse agir perante os atores da RESEX permite, dentre outras ações: o diálogo com os que ali se encontram, a troca de experiências em um espaço participativo, que é o conselho deliberativo, um acompanhamento da dinâmica política dos que lá atuam e também a incorporação de ideias e opiniões nas decisões públicas municipais.

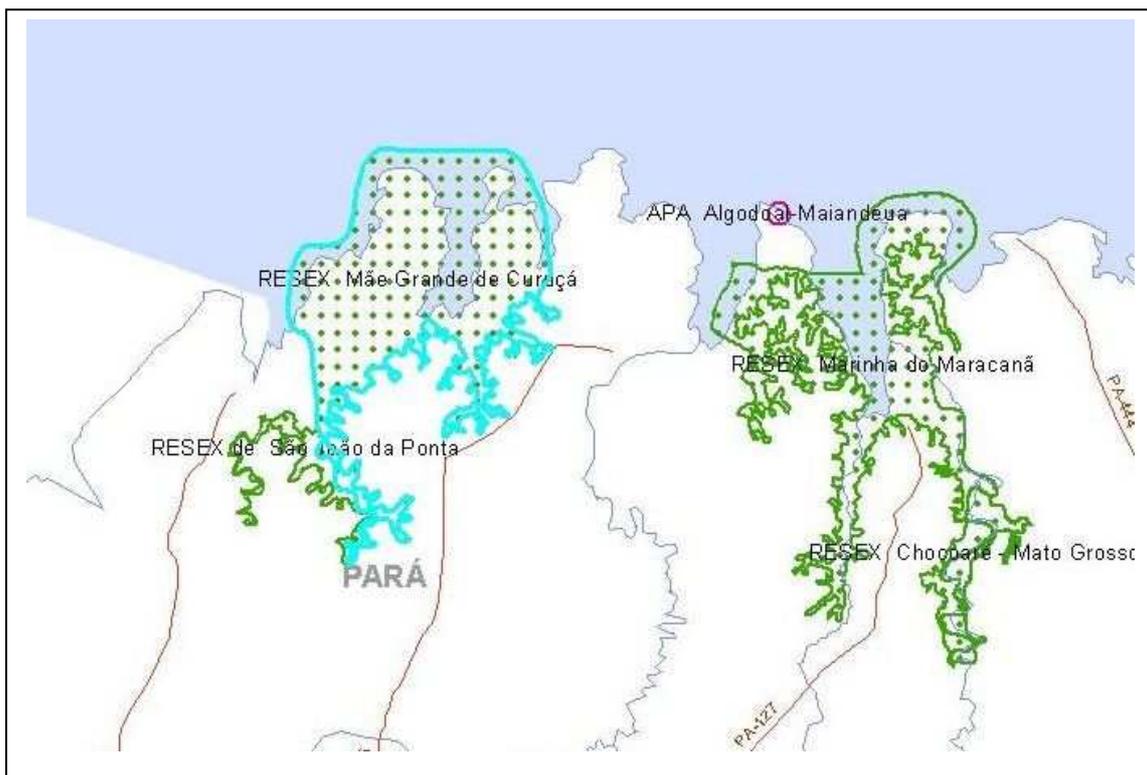


O quadro acima se constitui uma tentativa de esboçar parte das relações de poder local, existentes no entorno do conselho, visto a complexidade destes jogos de poder, o que imprime grandes limitações a elaboração de um desenho absoluto e definitivo. A partir da observação das reuniões e das entrevistas, ficou nítida a organização dos nichos de poder principalmente no entorno da Prefeitura e da Vice-Prefeitura, órgãos que mesmo pertencendo a uma mesma esfera de poder representam na prática interesses bem distintos.

3.5 A SOBREPOSIÇÃO DO TERRITÓRIO DA RESERVA EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ SOBRE O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO: os conflitos com o poder local, as consequências para a gestão municipal e para a ordem federativa.

O Governo Federal, usando de suas atribuições, agiu em direção contrária a proposta da descentralização, fez uma intervenção, no território objetivando corrigir distorções e criou uma nova gestão daquele local, instituindo uma reserva extrativista. Criou assim um grande território disputado de poder, já que a RESEX configura um conjunto de políticas públicas jamais recebidas em nível municipal.

Observa-se a existência de dois tipos de territórios sobrepostos diferenciados, com objetivos bem distintos, sobre os quais incidem e se distinguem políticas públicas e ações diversas, havendo então duas ordens de competências administrativas que se justapõem e recortam hoje o território: uma de ordem federativa, que é o município e o outro do poder central regido pela implantação de políticas de proteção ambiental e em apoio às populações tradicionais, que são as unidades de conservação. Em síntese ocorre uma sobreposição de poderes.



A Sobreposição de Territórios: reserva e município.

Fonte: <<http://www.socioambiental.org/uc/3469/noticias/43394>>.

O problema da sobreposição de territórios da Reserva Mãe-Grande e do município de Curuçá relaciona-se com as dificuldades por que passa a Federação Brasileira, sendo resultado de sua própria história na qual o poder

do país em muitos momentos ficou centralizado no ente federal, mas tinha sua sustentação nas oligarquias regionais. A divisão entre central e o local foi vivida pelos brasileiros sem que se tenha conseguido efetivar uma descentralização que viesse em favor da democracia e como forma de reduzir as iniquidades sociais.

Soares (apud Baggio, 2006) destaca a falta de democracia no Brasil como o empecilho para a concretização do federalismo. Aparentemente, a preocupação com o arcabouço jurídico e com o ideário da participação e da democracia foram bastante relevantes, propiciando condições para a descentralização, entretanto Aretche (apud BAGGIO, 2006) coloca um ponto importante para a discussão, dizendo:

[...] não ser suficiente que se reforme apenas a escala ou âmbito da esfera responsável pela decisão a ser tomada. É necessário que se construam instituições cuja natureza e cujas formas específicas de funcionamento sejam compatíveis com os princípios democráticos que se espera produzir. (ARETCHE apud BAGGIO, 2006, p.119).

Outra questão fundamental é colocada nas reflexões de Souza (apud Baggio, 2006, p. 119) a respeito das desigualdades sociais oriundas de um demorado processo histórico, que: “[...] se refletem em profundas diferenças nas condições financeiras, políticas e administrativas das entidades subnacionais e, conseqüentemente, na sua capacidade de resposta às necessidades e demandas da população”. Se então as condições são tão diferentes entre os municípios brasileiros, não se poder efetivar uma descentralização semelhante, sem considerar o que existe realmente em cada município, sem a intervenção do ente federal naquela realidade.

Como resultado do exposto, temos no Brasil, um grande número de municípios que não apresentam condições adequadas de programar e estabelecer políticas públicas em real atendimento às necessidades dos seus habitantes e tampouco seguir as diretrizes democráticas de participação para o processo decisório das mesmas.

De acordo com o aqui descrevemos, é notável a relação que se pode fazer com o município de Curuçá, assim como milhares de municípios brasileiros, enfraquecidos, empobrecidos, que em sua grande maioria também precisaram passar por desmembramentos, sem que houvesse uma efetivação

de condições para que eles realmente se tornassem agentes de desenvolvimento local e mesmo com relativa autonomia, pouco puderam fazer pelos seus habitantes no sentido de ir ao encontro de suas demandas, não tendo reais condições de efetivar por si só políticas públicas relevantes.

No caso específico de Curuçá, entre outros problemas, a ausência do apoio estadual e federal para o município, ao longo dos anos, gerou carências, deixou espaço para a insatisfação e motivou as discussões que alimentaram todo o movimento social que se direcionou para a criação da reserva extrativista.

Se no município de Curuçá, havia a estrutura jurídica e administrativa para gestar políticas públicas, que melhorassem a vida de seus habitantes, não houve estrutura política para a chegada de ações para atender os pescadores em suas demandas, para fazer uma gestão ambiental eficiente e realmente elas não aconteceram. Mas, contraditoriamente, na Constituição de 1988, o município foi o ente que recebeu a autonomia porque estava mais próximo dos cidadãos, para então agir a favor deles.

O caso específico dessa sobreposição decorre de um federalismo que se deu e continua a acontecer no país em nível artificial, eminentemente formal, segundo a conclusão de Baggio, com determinada orientação de autonomia municipal que não se concretizou em sua totalidade.

Na disputa dos territórios, em uma total desproporcionalidade de forças, surge de um lado o ente enfraquecido, que é o município de Curuçá e do outro a RESEX, um território com todo apoio da União como o ente mais forte em nível de recursos e políticas da federação e que concentra mais poder, tendo maior possibilidade de efetivar suas competências.

No acompanhamento do dia a dia do município, das entrevistas, reuniões e bibliografia, conclui-se que a falta de condições de disputas em igualdade entre o município e a RESEX leva a disputa de poder e espaço político para dentro da mesma, em especial ao seu Conselho Deliberativo, despertando os mais variados jogos de interesse.

A sobreposição funcionou colocando a movimentar a já acirrada esfera política municipal de Curuçá no período eleitoral de 2008 e que poderá continuar a fazê-lo nos próximos pleitos se não acontecer mudanças nos

contextos políticos dos territórios. A situação aqui descrita afeta diretamente a gestão do Conselho Deliberativo da RESEX “Mãe Grande de Curuçá”.

Tais disputas de poder, mesmo que bem disfarçadas, são visíveis, e existem em função das carências dos habitantes do município, do atendimento de parte das necessidades, que estão acontecendo através das políticas públicas da RESEX e pelo significado do Conselho como local de grande visibilidade perante as esferas governamentais e ali estarem várias lideranças da pesca e de associações da sociedade civil, da RESEX e do município.

4 CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA MÃE GRANDE COMO GESTÃO INOVADORA NO CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO BRASILEIRO

4.1 ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO JURÍDICA, ESTRUTURAÇÃO LEGAL (LEGISLAÇÃO BRASILEIRA) E DO DESENHO INSTITUCIONAL DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo das reservas extrativistas encontra amparo legal no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, que está inserido na Ordem social, tratando-se de um direito social do homem, que prevê, dentre outras situações, que o direito ao meio ambiente equilibrado é de todos, brasileiros e estrangeiros; que ao Poder Público e à coletividade é atribuído o dever de preservar e defender o meio ambiente, definir e delimitar áreas ambientalmente relevantes onde o uso dos recursos ficará protegido sob disposições constantes em leis.

O Conselho Deliberativo das reservas extrativistas é previsto no artigo 18, parágrafo 2º da Lei do SNUC, que preconiza que ele será presidido pelo órgão que faz a sua administração, que atualmente é o ICMBIO constituído por: “[...] representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento da área”.

O Decreto Federal 4.340 de 22 de agosto de 2002 veio em apoio à Lei 9.985/2000 (SNUC), regulamentando seus artigos 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 36, 41, 42, 47, 48 e 55, no que se refere aos conselhos das unidades de conservação.

O Decreto 4.340 em seu artigo 17, *caput*, prevê que as diferentes categorias de unidade de conservação podem possuir conselho consultivo ou deliberativo e que estes terão como presidentes o chefe da unidade. Nos seis parágrafos do referido decreto, estão previstas a representação que deve constar de órgãos públicos dos três níveis (federal, estadual e municipal) e de áreas afins; a representação paritária da sociedade civil, comunidade científica, ONGs, população tradicional, etc.; o mandato do conselheiro por um período de dois anos, podendo ser renovado pelo mesmo período e não sendo remunerado.

No artigo 18 do decreto acima, está prevista a reunião, que deve ser: “[...] pública, com pauta preestabelecida no ato da convocação e realizada em local de fácil acesso”, segundo consta no modelo do anexo 1. No artigo 19, está prevista a competência do órgão executor: 1) convocar o conselho com um prazo anterior mínimo de sete dias; 2) dar apoio para que haja participação dos conselheiros quando for solicitado.

No artigo 20, encontram-se as competências do conselho das UCs, que estão previstas em oito incisos e são: elaborar o seu regimento interno; acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo; trabalhar na integração da UC com as outras unidades do entorno; tentar conciliar os interesses dos variados segmentos sociais que se relacionam com a unidade; fazer avaliação do orçamento da unidade e do relatório financeiro; manifestar-se a respeito de empreendimento que possa provocar impacto nas UCs.

O Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande de Curuçá foi instituído pela Portaria de número 24 de 09 de março de 2006, do IBAMA (ver em anexo). Anteriormente à sua criação, foi formado um projeto chamado *Gestão Participativa na Reserva Extrativista de Curuçá*, financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente/Ministério do Meio Ambiente (FNMA/MMA), sendo essa uma das políticas públicas trabalhadas nos territórios das reservas extrativistas. A chegada desse projeto trouxe oficinas de capacitação, objetivando sensibilizar os membros do conselho para a gestão de uma reserva extrativista.

Após a criação do Conselho Deliberativo, foi elaborado seu Regimento Interno (ver em anexo II), cujo texto foi discutido e aprovado em Assembleia Extraordinária (Plenária), de 24 de novembro de 2006.

No capítulo II do Regimento, encontra-se a composição do conselho deliberativo da Resex Mãe Grande, que é de:

[...] 27 membros representantes titulares e respectivos suplentes de instituições públicas de acordo com a sua portaria de criação, sendo assim constituído:

- I - Órgãos Federais;
- II - Órgãos Federais de Ensino e Pesquisa;
- III - Órgãos Estaduais;
- IV - Órgãos Municipais;
- V - Sociedade Civil, Organizações Não-Governamentais(ONGs);

- VI- Instituição Religiosa;
- VII - Associações Comunitárias da Resex Mãe Grande de Curuçá.

Mais especificamente, a composição do conselho se faz com 3 órgãos federais, 3 órgãos federais de ensino e pesquisa, 02 órgãos estaduais, 01 instituição religiosa, 02 órgãos municipais, 04 representantes da sociedade civil, 11 associações comunitárias e 01 ONG.

No artigo 1º da Portaria, que criou oficialmente o Conselho, consta a sua finalidade: “[...] contribuir com ações voltadas à sua efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos seus objetivos de criação”. E em seu artigo 2º, que será aqui reproduzido, constam as instituições que compõem o Conselho Deliberativo:

- Art.2º. O Conselho Deliberativo da reserva extrativista Mãe Grande de Curuçá é composto pelas seguintes instituições:
- I – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
 - II – Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá – AUREMAG;
 - III – Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará – SECTAM;
 - IV – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curuçá;
 - V – Câmara Municipal de Curuçá;
 - VI – Paróquia de Nossa Senhora do Rosário;
 - VII – Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG;
 - VIII – Instituto Sócio-Ambiental e dos Recursos Hídricos – ISARH da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA;
 - IX – Núcleo de Meio Ambiente - NUMA da Universidade Federal do Pará – UFPA;
 - X – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará- EMATER- PA;
 - XI – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curuçá - STTR;
 - XII – Colônia dos Pescadores Z-5 – Curuçá – PA;
 - XIII – Associação Movimento dos Pescadores do Pará - MOPEPA;
 - XIV – Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS;
 - XV – Marinha do Brasil/ Capitania dos Portos da Amazônia Oriental;
 - XVI – Associação dos Caranguejeiros de Arapuri – Curuçá;
 - XVII- Associação das Marisqueiras;
 - XVIII – Associação Solidária Cabanos;
 - XIX – Associação dos Amigos do Bosque Ipupura;
 - XX – Associação dos Amigos do Bosque Boa Lembrança/Reserva-Peixe-Boi – Curuçá – PA;
 - XXI – Associação dos Pescadores de Caratateua – Curuçá –PA;
 - XXII – Associação dos Pescadores Artesanais de Tucumateua;
 - XXIII – Associação Comunitária de Pedras Grandes - Curuçá - PA;
 - XXIV – Associação Comunitária Boa Vista do Iriteua - Curuçá - PA;
 - XXVI – Associação Comunitária de Vila Ponta de Ramos - Curuçá - PA;
 - XXVII – Associação Comunitária de Candeuva “Boa União”.

Cada instituição, associação ou órgão, como membro do conselho apresenta um nome para ser seu titular e outro para ser suplente. Destacam-se algumas alterações surgidas após a formação do desenho institucional do conselho, que aqui serão citadas: O Presidente do Conselho passou a ser o ICMBio, a partir de sua criação no ano de 2007, ficando o IBAMA com a suplência. A Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará – SECTAM em seu processo de desmembramento a partir da mudança do governo estadual deu lugar à SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

QUADRO DE ÓRGÃOS/ENTIDADES E REPRESENTANTES	
ÓRGÃO/ENTIDADE	REPRESENTANTE
Associação Comunitária de Boa Vista de Iririteua	Francisco da Costa Cabral – Titular
	Maria Odenize Ribeiro da Costa – Suplente
Associação Comunitária de Candeuca “Boa União”	Abel Pereira Filho - Titular
	Manoel Paulo da Costa Pereira - Suplente
Associação Comunitária de Caratateua	Nélio Garcia Gomes - Titular
	Luis Ferreira Borges - Suplente
Associação Comunitária de Lauro Sodré	Juniel Duarte Galvão - Titular
	Paulino Duarte de Freitas- Suplente
Associação Comunitária de Pedras Grandes	Gleudson Barbosa Monteiro – Titular
	Sérgio Lima Azevedo - Suplente
Associação Comunitária de Vila Ponta de Ramos	Clodoaldo M. Paixão- Suplente
	João Rodrigues da Costa – Titular
Associação dos Caranguejeiros de Arapuri	Sérgio Silva de Souza - Titular
	Raimundo Pereira de Souza – Suplente
Associação das Marisqueiras	Nivalda Andrade Borges - Titular
	Sebastiana Maria Guedes Cabral –

	Suplente
Associação dos Amigos do Bosque Boa Lembrança – Reserva Peixe Boi	Nilzilene Pereira Gomes Nascimento – Titular
	Geraldo Reis- Suplente
Associação dos Amigos do Bosque e Ipupura	Antonio Macedo da Conceição – Titular
	Edilson da Costa Borges – Suplente
Associação dos Pescadores Artesanais de Tucumateua	Naziazeno Ferreira Caxias – Titular
	Antonio Souza da costa – Suplente
Associação dos Usuários da RESEX Mãe Grande de Curuçá – AUREMAG	Sandra Regina Pereira Gonçalves – Titular
	Manoel Garcia Gomes – Suplente
Associação Solidária Cabanos	Silvan Ferreira Rodrigues – Titular
	Simone Rodrigues Assunção – Suplente
Câmara Municipal de Curuçá	Carlos Alberto Nunes de Almeida – Titular
	Paulo Sérgio da Silva Rodrigues - Suplente
Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS	Célia Regina das Neves – Titular
	Fátima Cristiana da Silva – Suplente
Colônia de Pescadores Z-5	Maria do Rosário Saraiva das Chagas – Titular
	Antonio Maria de Brito Loureiro - Suplente
EMATER	Paulo Adelino Paraense da Paixão – Titular
	Jorge Luiz Macedo da Rocha – Suplente
ICMBio	Flávio Cerezo – Titular
IBAMA	Antonio Maria de Melo Ferreira – Suplente
Marinha do Brasil, Capitania dos Portos da Amazônia	Encarregado da Função de

Oriental	Inspeção Naval e Vistorias – Titular
	Titular Encarregado da Função de Patromoria - Suplente
Movimento dos Pescadores do Estado do Pará – MOPEPA	Cárita Rosa Das Chagas – Titular
	Miguel Ferreira Pantoja - Suplente
Museu Paraense Emilio Goeldi	Lourdes Gonçalves Furtado – Titular
	Gilberto Ferreira de Souza Aguiar – Suplente
Paróquia de Nossa Senhora do Rosário	Benedito Rocha de Souza – Titular
	Ricardo Costa Monteiro - Suplente
Prefeitura Municipal de Curuçá	Fernando Alberto Cabral da Cruz – Titular
Secretário Municipal de Meio Ambiente – Curuçá	Maria das Graças Modesto dos Santos - Suplente
SEMA – Governo do Estado do Pará	Paulo Sérgio Atieri dos Santos – Titular
	Ivelise Nazaré Franco Fiock dos Santos - Suplente
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curuçá – STR	Stiverson Nazareno M. da Silva – Titular
	Sandra Quadros Corecha – Suplente
UFPA-NUMA	Luiz Otávio do Canto Lopes – Titular
	Gilberto de Miranda Rocha – Suplente
UFPA – ISARH	Kátia Cristina da Silva - Titular
	Ivan Furtado Junior – Suplente

Fonte: Dados Coletados durante as entrevistas.

Observamos que, conforme a portaria de número 24 de 09/03/2006 que criou o conselho deliberativo, a Prefeitura Municipal de Curuçá não se configurava como membro e sim a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Anexo). Num momento posterior, no início da gestão do Prefeito atual de Curuçá, a Prefeitura Municipal de Curuçá aparece como membro titular e a

Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curuçá como suplente, conforme exposto no quadro de órgãos/entidades e representantes.

Pouco depois, no ofício circular de n. 014/2010/ CR - 22 de fevereiro de 2010 que faz a convocação dos membros para reunião do conselho deliberativo da RESEX Mãe Grande (ver anexo 2), a Prefeitura Municipal de Curuçá aparece como titular e suplente, sendo seus representantes os Senhores Fernando Alberto Cabral da Cruz (Prefeito) e Almir Cardoso Ribeiro (procurador da Prefeitura Municipal de Curuçá).

O vice-prefeito esclareceu que, desde o início, a Prefeitura e a Secretaria de Meio Ambiente de Curuçá possuíam voz e voto diferenciados, sendo considerados membros autônomos, devendo ser providenciada nas próximas reuniões a correção dos documentos, tais como portaria e ofícios do IBAMA e ICMBio.

Caracterizando a dupla representação, o Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande de Curuçá conta com a presença de 28 (vinte e oito) membros. Há, portanto, um processo em que a Prefeitura Municipal de Curuçá chamou para si a efetiva representação perante este espaço político, o que precisa ainda ser esclarecido. De todo modo, evidencia a importância das decisões do conselho em nível do poder local.

Os objetivos do Conselho da RESEX Mãe Grande, cumpridas as determinações da Lei do SNUC e do Decreto 4340/2002, são os seguintes: realizar a gestão, juntamente com o IBAMA (órgão gestor no momento da elaboração do regimento); dar apoio ao desenvolvimento sustentável; promover a conservação dos recursos naturais; incentivar a valorização das manifestações culturais das populações tradicionais; buscar e agregar apoio político e institucional para a gestão; assegurar o cumprimento do Plano de Utilização; assegurar a transparência da gestão e das decisões; fazer a orientação, acompanhamento e deliberação a respeito da aplicação de programas e, em especial, no tocante à educação ambiental.

As competências do Conselho previstas em seu artigo 3º são, dentre outras: elaboração do seu regimento; acompanhar o processo de construção do plano de manejo - garantido seu caráter participativo; buscar a integração da RESEX com outras UCs; a conciliação dos interesses dos segmentos da UC; a avaliação do orçamento; o acompanhamento da gestão compartilhada; a

manifestação sobre projeto que seja causador de impacto social ou ambiental. É importante observar aqui que, nesse artigo, em seu parágrafo único, o Conselho “[...] não se constituirá como pessoa jurídica, operacionalizando suas ações por meio de uma instituição membro”, no caso específico, a AUREMAG.

O Regimento Interno do Conselho prevê os direitos dos conselheiros e suplentes (art. 4º); os membros vitalícios do conselho, que são o IBAMA e as representações das comunidades da RESEX (art.5º); as instâncias do conselho como presidência, vice-presidência, plenário, grupo de trabalho e secretaria executiva (art. 9º).

No Regimento Interno, ainda encontra-se a previsão das atribuições dos Conselheiros (art. 11); do Presidente (art. 12); do Vice-Presidente (art. 13); dos Grupos de trabalho (art. 14); do Secretário Executivo (art. 15) e do Vice-Secretário.

Dentre outras situações, encontram-se ainda previstos: do artigo 19 ao artigo 22, as Reuniões do Conselho; nos artigos 24 e 25, a habilitação e credenciamento; no artigo 26, a vacância para substituição de um membro e, nos artigos 27 e 28, a perda de mandato em razão de ausências às reuniões.

Em apoio ao trabalho aos conselhos deliberativos das RESEX, para fundamentar a gestão em pontos importantes, existem as instruções normativas (INs) do ICMBio, que disciplinam as diretrizes para a elaboração do Plano de Manejo; para a formação e funcionamento dos Conselhos Deliberativos, esta, inclusive, possuindo um modelo de resoluções para serem publicadas pelos conselhos para o Trabalho Voluntário nas Unidades, para fiscalização e para Regularização Fundiária, dentre outras.

O cotidiano das reuniões e assembleia demonstra a importância que exerce o gestor da reserva na intervenção e desenvolvimento dos trabalhos. Sua importância desencadeou alguns de nossos questionamentos em torno de que cargo teria aquele funcionário; qual seria a sua formação; por quais capacitações ele teria passado; como o governo estava pensando a formação continuada de gestores como aquele.

O atual gestor da RESEX Mãe Grande e, portanto, Presidente do Conselho Deliberativo é o Senhor Rodrigo Silva Pinto Jorge, analista ambiental (AA) aprovado no concurso do ano 2009, que tem a função de Chefe de Unidade Avançada ICMBio, tendo sido nomeado pela Portaria MMA nº 673 de

01/12/2009. Com graduação em Medicina Veterinária e doutorado na área, ele está iniciando suas funções, se informando dos desafios a serem enfrentados em sua função.

A preocupação com a formação do gestor é observada em outras RESEXs Marinhas, como é o caso, por exemplo, do atual gestor da Resex de São João da Ponta, próximo à RESEX Mãe Grande de Curuçá. Ele fez sua graduação em Biologia e pós-graduação em Análise e Avaliação Ambiental de áreas Costeiras. Trabalha há 25 anos com mangue, 20 dos quais ligados à população pesqueira, com populações extrativistas. Na gestão de unidades de conservação está desde o ano de 1999.

Muito mais que meramente teórica, sua formação aconteceu no cotidiano, na prática, atuando nas unidades de conservação, segundo ele próprio esclareceu. Hoje, segundo ele, os gestores estão recebendo mais capacitação, inclusive ele, já foi instrutor de cursos do ICMBio, que contribuiu sobremaneira para a formação dos novos profissionais para atuarem nas UCs.

Ainda em sua opinião, é vital para a gestão das unidades de conservação no Brasil dotar os profissionais de apoio logístico, autonomia administrativa, preparar um processo de adaptação para a entrada de novos gestores nas UCs, fazer a capacitação permanente de gestores para que eles façam a contextualização, conhecendo o local em que vão atuar, compreendendo suas peculiaridades e agindo com ética e respeito para com as populações tradicionais.

Destacamos que já houve concurso no ano de 2009 para a entrada de analistas ambientais que assumirão, dentre outras, as funções dos novos gestores do ICMBio e que já estão em atuação em inúmeras UCs do Brasil afora. Foi implantada, em 08 de setembro de 2009, a Academia Nacional da Biodiversidade (ACADEBio), tendo como objetivos a formação dos fiscais e dos novos analistas ambientais. A referida Academia localiza-se no interior de uma unidade de conservação, que é a Floresta Nacional de Ipanema.

Em pesquisa ao site do ICMBio, percebemos toda uma infra-estrutura organizada para a qualificação e formação continuada dos gestores ambientais, com um planejamento anual elaborado, um Comitê de Capacitação e um guia de formação e capacitação dos funcionários. Não podemos dizer, apenas com base no site, como este processo está se

concretizando, mas pode-se perceber que já houve avanços na estrutura institucional visando à formação dos gestores ambientais.

4.2 O CONSELHO DELIBERATIVO E A REPRESENTAÇÃO: atuação dos representantes e representados

No conselho deliberativo, na impossibilidade de todos os interessados se fazerem presentes, vão atuar os representantes. Estes falam em nome de órgãos públicos e associações, em nome de segmentos ou organizações e serão denominados conselheiros, atuando formalmente nas Assembleias e em negociações informais.

De acordo com Dowbor (2008, p. 13), representar tem o significado de: “fazer as vezes do outro” ou estar no lugar do outro”. No momento em que alguém se diz representante de um segmento, espera-se dele atitudes de defesa dos interesses de quem ele representa.

É importante compreender que, mesmo sendo uma das bases da democracia participativa, não é possível haver a participação direta de todas as pessoas envolvidas no processo por uma questão de escala e de tempo. Dowbor (2008, p. 14) explica que: “[...] A questão de escala diz respeito ao tamanho da população...” e isso se concretiza na reserva em análise neste estudo, com a impossibilidade, mesmo se falando de uma quantidade pequena de moradores, de conseguir reuni-los em um só local para deliberar sobre determinado assunto. E ainda assim, se isso fosse possível, dificilmente haveria possibilidade de ouvir todos os envolvidos, o que faz com que os cidadãos que não podem estar presentes nos espaços públicos se façam representar por pessoas escolhidos por eles.

De maneira diversa da democracia representativa, na qual os representantes são escolhidos em determinados períodos eleitorais, na democracia participativa, há várias formas de se escolher os representantes, que pode ser indicado, autorizado, embora a forma mais autêntica seja por meio de candidatura à eleição.

Embora as formas acima sejam vistas frequentemente no meio dos conselhos, é possível assistir a pessoas falando em nome de alguma organização, sem terem sido eleitas para tal fim e mesmo assim apresentarem

legitimidade, face ao determinado contexto e/ou peculiaridades diversas de cada caso.

Há uma grande responsabilidade pairando sobre os representantes, pois é muito difícil discutir e deliberar pelo segmento representado, mesmo que este faça parte dele e o conheça muito bem. Por isso Dowbor (2008) afirma que a representatividade está associada à proximidade do representante com o segmento que está representando, sendo muito relevantes esses espaços, já que é neles que o representante tem condições de mostrar dados e informações sobre as formas de ação no Conselho, as dificuldades enfrentadas e onde também os representados podem trocar opiniões com os representantes e falar sobre assuntos e questões relacionadas.

E quanto mais completa for a coleta de informações por parte do representante ao trocar ideias com o segmento representado, mais chance ele terá de agir em atendimento aos interesses do grupo como um todo. Este representante deverá também prestar contas aos seus representados.

Na visão de Dowbor (2008):

[...] A representação é, portanto, uma relação de confiança, controle, prestação de contas e autonomia entre representantes e representados e, por se dar no âmbito da política, vai depender de uma correlação de forças e de vontades políticas que se colocam em discussão e negociação nos espaços de debate e deliberação, como os conselhos, por exemplo. (DOWBOR, 2008, p. 20).

Em experimentos democráticos como os conselhos, é fundamental contrabalançar os interesses dos representados e a capacidade que os representantes possuem de negociar e de também considerar os interesses e demandas de outros grupos.

No caso da RESEX Mãe Grande, cada comunidade membro possui um comitê comunitário, composto de cinco membros, que vão apresentar suas demandas à Comunidade Polo, e que, por sua vez, farão a representação de todas as suas comunidades membros, através das associações – que tem dois representantes no conselho da RESEX. Ressaltamos a importância de todos os atores nesse processo, não deixando de mencionar que são as comunidades membros que farão a verdadeira gestão da reserva no cotidiano, deixando que a Reunião do Conselho Deliberativo seja um fórum para discussões maiores.

A divisão da RESEX em Polos para facilitar a co-gestão, conforme quadro já demonstrado anteriormente, fez parte de um trabalho de Zoneamento Geopolítico, que se relaciona com a questão da representatividade das comunidades, trabalho fundamental para a implantação da reserva e a consequente representatividade. De acordo com um dos conselheiros, o delineamento já se encontra consolidado, embora nem todos os comitês da reserva possuam uma atuação forte e permanente.

Ao lado de comitês, que têm intensa atividade dos representantes, preocupados em encaminhar as necessidades dos representados, se encontram outros nos quais os representantes ficam apenas aguardando as coisas acontecerem. Isso:

[...] deve-se à falta de capacitação e à predominante cultura clientelista da troca de favores, da subserviência e de alguns representantes não terem compreendido seu papel, devendo levar ainda um bom tempo para haver um amadurecimento para que se concretize tais objetivos de uma representação efetiva em todas as comunidades (entrevista do conselheiro da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário).

4.3 O CONSELHO DELIBERATIVO COMO ESPAÇO PÚBLICO PARTICIPATIVO E A INFLUÊNCIA NA DINÂMICA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ

A construção do município de Curuçá se deu a partir da relação de seus habitantes com as atividades da pesca, coleta e agricultura. A pesca sempre teve, entretanto, um espaço maior a ocupar naquele cotidiano dos moradores locais, já que a dinâmica de vida girava em torno dessa atividade econômica alcançando o lado social, cultural e político.

A atividade da pesca dinamizava o lado social, ao se estabelecerem inúmeras relações a partir daquele contexto de trabalho e renda, que alimentava famílias e era a base econômica do município. O lado cultural também se enriquecia com os festejos, as histórias e todo o imaginário da figura do pescador. E também, como não poderia deixar de ser, surgiam lideranças que rumavam com outros tantos para definir territórios e firmar posições e opiniões a respeito dos problemas daquele município, dentre eles, a

falta de apoio à pesca, a diminuição dos recursos naturais disponíveis, a falta de assistência do Estado em várias áreas.

Aquele cortejo da pesca encontrava o outro dos funcionários públicos, de comerciantes, dos professores e de pessoas que viviam ali, também precisando do peixe para a alimentação e a comungar com os pescadores as festas, as histórias e as posições, a compreender ou não os caminhos políticos acirrados do município.

Ao já estabelecido contexto do município, a Reserva Extrativista chega para se sobrepor àquele território, sem que muitos soubessem do que se tratava e começa a movimentar, primeiro de forma lenta, os ajustes para conformar aquele novo território. Depois, mais rapidamente, em função das políticas públicas, do cadastramento das famílias, e, posteriormente, das entregas das habitações, dos apetrechos de pesca, das bicicletas, das máquinas de costura, das máquinas de açai, etc.

Com a chegada das políticas, implantou-se também o Conselho que foi modificando toda aquela situação. Os papéis foram se definindo frente à AUREMAG, à RESEX e ao Conselho Deliberativo. As lideranças se movimentaram para estarem frente à representação de comunidades, comitês e associações. As mais antigas foram definindo seus territórios de atuação e novas foram surgindo nesse contexto de transformações e adaptações. E assim sendo, relações anteriores e fortes de parentesco, vizinhança, amizades e compadrios, comuns em cidades e comunidades rurais foram se entrelaçando perante àquela nova realidade, contribuindo para a sua afirmação.

Essas relações sociais preexistentes contribuíram para o funcionamento da estrutura que fundamenta o trabalho da RESEX e do próprio Conselho, que é a questão da identidade das pessoas com suas comunidades, do sentimento de pertencimento, de distinção de segmentos como dos pescadores, das marisqueiras, por exemplo. Na RESEX e no conselho, trata-se de fazer valer esses sentimentos, o entendimento, mesmo parcial, da reserva como um bem coletivo; a compreensão de seus objetivos; a participação das comunidades nas discussões importantes; o trabalho voluntário e incansável de algumas pessoas.

A presença da RESEX foi aos poucos assumindo maior visibilidade, passando de um total desconhecimento para um contexto de relevância social - expressa na formação do Conselho Deliberativo.

À frente da gestão do novo território, o Conselho ao reunir lideranças da sociedade civil e órgãos públicos vai se transformando num lugar do qual muitos outros desejam participar. Isto é percebido na solicitação de assento por novos atores, como por exemplo, a Associação Comercial de Curuçá (ACIC) e o Instituto Tapiaim, surgido a partir do curso de agentes ambientais no ano de 2006, cujo presidente reivindica a condição de pescador e filho de pescador artesanal para legitimar sua solicitação²⁷.

O Conselho Deliberativo parece ser um local que está sendo cada vez mais disputado pela sociedade civil curuçaense e também por líderes locais, podendo se perceber sua influência cada vez maior na dinâmica social do município, mesmo que não haja o conhecimento do que é uma reserva e a compreensão de seus propósitos por muitas pessoas que lá vivem.

Dessa forma, o Conselho vem se afirmando cada vez mais em meio aos mais variados interesses daqueles territórios políticos, principalmente após o último pleito eleitoral municipal. Como observa a representante do STTR: “[...] A política é muito acirrada em Curuçá. Cada membro do Conselho é uma liderança e acaba influenciando muito. O Conselho da Reserva tem tanta importância que elegeu o vice-prefeito”.

4.4 O CONSELHO DELIBERATIVO COMO *LÓCUS* DE ACORDOS E NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS FRENTE AO PODER LOCAL

Naquela arena, que é o Conselho Deliberativo, encontram-se várias lideranças que estão à frente de ONGs e associações da sociedade civil e representando as comunidades da RESEX, contando ainda com a presença de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal. Entre essas lideranças, destacam-se o Prefeito e o Vice- Prefeito.

²⁷ Esta solicitação foi apresentada na reunião do conselho de 12/11/2009 e provocou intensa polêmica.

O primeiro é o conselheiro titular que representa a Prefeitura Municipal de Curuçá e o segundo é o conselheiro titular da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário. Ambos disputando e reafirmando as suas lideranças.

O prefeito poderia vir para essa representação ou fazer a indicação de algum secretário municipal ou assessor. O vice-prefeito, sem a possibilidade de representação direta naquele contexto, é chamado pela referida Paróquia, na condição de católico praticante, para fazer a sua representação, recebendo procuração oficial para agir desta forma.

Assistindo às reuniões, realizando as entrevistas e observando a dinâmica daquele cotidiano, notamos que os demais Conselheiros das associações da sociedade civil e principalmente de órgãos municipais tendem para uma ou outra dessas lideranças, demonstrando suas preferências e fazendo com que as mesmas, através de suas ações e omissões, cheguem ao fórum do conselho deliberativo, o que torna aquele espaço altamente disputado pelos dois líderes aqui citados.

A RESEX, como território de políticas públicas, já gerou rendimentos políticos e conduziu àqueles dois líderes ao Poder Executivo Municipal, nas eleições de 2008 e ainda poderá produzir muito mais resultados se permanecer aquele padrão de atendimento às necessidades do pescador.

Em acordo pré-eleitoral, os atuais prefeito e vice-prefeito, no momento da formação da chapa para concorrer à Prefeitura, fizeram um acordo sobre áreas de atuação e divisão de secretarias, em especial as secretarias de Pesca, Agricultura e Meio Ambiente - as secretarias mais intimamente ligadas ao Conselho Deliberativo.

A dissensão entre ambos, em momento posterior às eleições, deu-se pelo não cumprimento do acordo, fazendo com que o vice-prefeito criasse em sua própria casa um gabinete, de onde conduz seu trabalho e orienta as ações para a RESEX Mãe Grande.

Podemos concluir que o acordo político tornara-se inviável em um município fraco e descapitalizado. A Presença da Reserva e de seu órgão administrativo, o conselho, apresenta uma possibilidade de suprimento de demandas, através do apoio do governo federal, o que lhe garante dentre outras coisas o suporte financeiro.

A cessão destas três secretarias isolaria a autoridade municipal de sua participação nas reuniões do Conselho. Delineado este cenário, o acordo é desfeito e o prefeito entra assumindo a representação do município. Isolado, o Vice Prefeito, consegue integrar o conselho através da representação da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, numa clara tentativa de contornar politicamente a situação.

A relação problemática entre Prefeitura e Conselho ficou clara em inúmeras entrevistas, dentre as quais podemos citar, como por exemplo:

“[...] Devia haver mais entrosamento, eles não se dão bem devido à política [...] é uma questão político partidária”, (representante da Câmara Municipal);

“[...] Dentro do conselho ha divergências [...] a prefeitura poderia estar indicando qualquer secretaria [...] na gestão passada o prefeito não era conselheiro [...]” (representante da AUREMAG).

“[...] O prefeito e o vice estão caminhando para lados opostos”. (representante da colônia de pescadores Z-5);

“[...] É tensa a questão dessa relação. Há interesses de ambas as partes, questão política, há geralmente uma tensão dentro do próprio conselho” (representante da EMATER).

“[...] Os conflitos são de ordem pessoal (Prefeito e o vice-prefeito). Não houve ainda a reaproximação” (representante do STTR).

Fora do *lócus* oficial do Conselho, entre o cotidiano do município e da RESEX e principalmente durante as assembleias, as duas forças atuam com suas presenças fortes e seguem a disputar aquele espaço político, pois dali há grandes chances de sair o próximo Prefeito do município de Curuçá.

O grande desafio daquele Conselho hoje é lidar com a sobreposição de territórios que convivem em condições extremamente desiguais. O problema, na atual conjuntura, apresenta forte tendência à ampliação, a partir da inserção de novos atores políticos que levem para o conselho a luta pela administração Municipal, câmara de vereadores e outros cargos políticos.

Torna se um importante desafio conciliar essas forças antagônicas, para que as mesmas possam atuar juntas e caminhar na mesma direção, objetivando uma boa gestão em um trabalho de sustentabilidade político-ambiental e que, apesar da disputa de poder, possa haver cooperação e lugar

para a ação coletiva no Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande de Curuçá.

4.5 O CONSELHO DELIBERATIVO COMO UM LOCAL DE DIÁLOGO ENTRE ATORES POLÍTICOS, ENGAJAMENTO E PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS?

O fato de haver um espaço público legalmente constituído não indica necessariamente, ou de maneira mais imediata que o cumprimento de formalidades legais ou exigências exteriores vá garantir o funcionamento democrático do mesmo ou a sua efetividade.

A construção de um conselho, enquanto espaço público não acontece de um momento para o outro e se refere a um processo demorado no qual precisa haver um amadurecimento das discussões e implantação de ações que assim possam abranger atores que ainda não participavam.

De acordo com Santos (2005):

[...] A viabilização do espaço público se inicia quando os atores vêm seus interesses abordados. Mas ele toma corpo quando, por meio do debate, da negociação e do confronto, ocorre uma reformulação dos vários interesses de atores individuais fundamentada na leitura conjunta da realidade e da percepção sobre qual é mesmo o interesse comum. (SANTOS, 2005, p.177).

A questão da participação é outra grande dificuldade para o Conselho da RESEX, que não conseguiu ainda reunir todos os seus conselheiros em um único momento. Os fóruns atingiram presença entre um mínimo de 11 e um máximo de 18 membros em todas as suas reuniões, comprovando-se assim a dificuldade de participação. Isso pode acontecer pelo fato de alguns membros da sociedade civil estarem ocupados, desenvolvendo suas funções, e pelo fato de alguns funcionários públicos possuírem outras demandas, como a participação concomitante em outros conselhos, etc. Embora essa questão não se resuma à presença dos membros às reuniões, não se pode negar sua relevância para a afirmação do próprio Conselho e da gestão da RESEX.

A ausência da UFPA, da UFRA e da Associação Comunitária de Vila Ponta de Ramos são motivos de críticas nas reuniões. Entretanto, no que se refere às universidades, entende-se que as mesmas possam ali contribuir de

várias maneiras com pesquisas nas mais diversas áreas, com o compromisso de retorno dos resultados do trabalho ao campo pesquisado, que servirão como base de dados para aprofundar o conhecimento da região, objetivando uma melhor gestão.

Nota-se também que a presença de alguns membros como o da Marinha do Brasil/Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, que tem a séria preocupação em mandar representante, não se traduz em manifestação. Subentende-se de que a mesma possui funções diferentes dos demais conselheiros pela sua área de atuação.

Geralmente, os atores do Conselho como os funcionários do governo e membros da sociedade civil não possuem igualdade de condições de participar em espaços públicos. Entre os conselheiros, existem distinções, segundo Santos (2005) no que se refere a:

[...] poder, capacidades, habilidades e acesso à informação que precisam ser equacionados, visando maior equidade da participação. Para isso, pode ser necessário tanto o nivelamento de informações entre os diferentes agentes quanto aportar instrumentos e estratégias que possam fortalecer aqueles considerados mais fracos. (SANTOS, 2005, p.178).

O conselho deliberativo da RESEX Mãe Grande pode ser considerado como um espaço em construção, onde as normas legais já delinearam instâncias, funções, atribuições, mas muito ainda precisa ser feito. A participação tão necessária àquele Conselho ainda não se deu como o valor fundamental de que Santos destacou, nem no dia a dia da gestão, nem no fórum oficial do Conselho que são as reuniões e assembleias, nas quais ainda não se conseguiu ainda que todos os membros sentassem juntos para as deliberações.

Isso se deve ao que Santos destacou sobre a desigualdade de poder, capacidades e habilidades dos conselheiros. Alguns detêm informações vitais, que faltam a tantos outros, já que as discussões recentes da RESEX abordam situações e discussões polêmicas que envolvem termos e conceitos que são desconhecidos por muitos dos que compõem o Conselho. É problemático discutir o que não se conhece, e por isso é preciso buscar uma ação que contribua para diminuir a falta de conhecimento de termos técnicos ambientais

e outras questões atinentes à gestão. Acrescenta-se a essa problemática, a imposição de órgãos estatais, que determinam funcionários aleatoriamente para serem Conselheiros, até mesmo contra suas próprias vontades.

O lugar de diálogo também ainda não se concretizou de maneira eficaz, pois é visível que os Conselheiros chegam às reuniões com definições prontas sobre temas relevantes, sem que se reformulem os interesses em uma leitura conjunta do bem comum e da realidade da RESEX. A questão da entrada de novos membros na reunião do conselho de 12 de novembro de 2009 demonstrou tal situação, no qual as forças antagônicas do Conselho conseguiram apenas o adiamento da pauta, sem que houvesse a discussão e construção do comum.

Essas questões são difíceis, pois exigem uma evolução que geralmente é lenta e gradual para se atingir um estágio em que se consiga o estabelecimento de diálogo, engajamento e participação dos conselheiros. Tudo isso vai demandar um grande trabalho de mudança em direção a um exercício coletivo para um objetivo comum que é a gestão da RESEX.

4.6 ETNOGRAFIA DA REUNIÃO DE 12/11/2009 DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ

Desde que tomamos conhecimento de que participaríamos da plenária do dia 12 de novembro de 2009, criamos uma enorme expectativa, já que seria uma grande oportunidade de estar presente numa reunião onde estariam os atores do conselho-objeto de minha pesquisa, momento em que seria possível a observação direta de como eles atuavam, passo mais real em relação ao que nós havíamos presenciado, visto ou escutado desde dezembro de 2008, momento do início do trabalho.

Cheguei à referida reunião no transporte disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Curuçá na companhia do Conselheiro suplente do MPEG, de uma pesquisadora do MPEG, de outro professor que estava substituindo o representante da UFRA e o motorista da Prefeitura.

Aquela ida havia sido acertada com o gestor da RESEX que passou o número de nosso celular para o Secretário Municipal do Meio Ambiente, responsável pela logística da Reunião. Durante a viagem, o conselheiro

suplente do MPEG, quando soube do nosso interesse de estudo, passou a comentar sua experiência como membro suplente do conselho, o que aumentou nossa expectativa.

No momento de chegada, às 10h30m, naquele dia à Casa do Pescador, vimos uma intensa movimentação de pessoas, bicicletas, motos, carros, etc. Era uma movimentação tão intensa, que não se coadunava com a descrição que escutáramos há algum tempo antes, sobre a dificuldade existente de reunir os membros daquele Conselho e sobre a pouca participação do grupo.

Na Casa do Pescador, não havia nenhuma arrumação especial para a situação acima. O local já possui o formato de um auditório, com uma grande mesa para os que iriam fazer a sua composição, funcionários do ICMBIO, que ali estavam montando os equipamentos, tais como: *notebooks*, aparelhos de data-show, etc.

Naquele momento, observando a Casa do Pescador, percebemos então que, como centro de gestão da AUREMAG, o local abrigava materiais variados advindos das políticas públicas, espalhados pelo local, como geladeiras, freezers, bicicletas etc, criando um aspecto de um depósito de materiais. Soubemos depois que eram materiais que não foram entregues em função de problemas nos cadastros, ou de beneficiados que não foram buscar o que deveriam receber. Aquele aspecto de depósito parecia diminuir o espaço físico ali existente.

Momentos antes do início da reunião, os Conselheiros que eram funcionários dos órgãos de governo sentaram com uma maior frequência nas cadeiras da frente e do meio do auditório, enquanto os Conselheiros representantes da sociedade civil ocuparam em sua maior parte as cadeiras da parte de trás.

A reunião iniciou às 11h, momento que o gestor Senhor Flávio Cerezo deu boas vindas e explicou que o atraso da reunião aconteceu devido à falta de energia elétrica. Após isso, fez a contagem dos membros presentes, o que totalizou quinze representantes dos vinte e sete membros do Conselho.

O Gestor leu a pauta do dia: 1) Alterações propostas pelo Conselho ao Termo de Referência do EIA-RIMA para a Implantação de transbordo de minério de ferro da empresa Anglo Ferrous Brazil em Curuçá/PA, anteriormente de interesse da MMX Amapá Mineração Ltda e outros encaminhamentos; 2)

Apresentação dos novos Analistas Ambientais (AA) do ICMBio lotados na RESEX e mudanças administrativas; 3) Autorização para licenciar ou executar empreendimentos, projetos e pesquisas na RESEX e seu entorno; 4) Plano de Manejo da RESEX; 5) Propostas de inclusão de novos membros no Conselho Deliberativo da RESEX; 6) Observações sobre o regimento interno do Conselho e a legislação pertinente; 7) Assuntos gerais.

Posteriormente à leitura da pauta, ainda bem no início da reunião, a representante da AUREMAG fez um esclarecimento explicando o porquê do grande número de pessoas e movimento tão intenso no lado externo da Casa do Pescador: surgiu a notícia de que haveria cadastramento para recebimento de casas do Programa de Reforma Agrária. A partir da fala da representante da AUREMAG, muitos ali presentes se retiraram e o intenso tráfego de veículos externo diminuiu bastante.

O relato acima demonstra o que a RESEX representa para aquela realidade: uma política pública que fornece benefícios ao pescador. Aquela movimentação era de fato pela expectativa de recebimento de artefatos, advinda das dificuldades e carências vividas naquele contexto pela população local. Na fala da representante da AUREMAG, ficou exposto que muitos que ali vieram eram de comunidades distantes e que alguns fizeram empréstimos para o pagamento de transporte até ali, demonstrando toda a relevância das políticas da RESEX para os que ali vivem.

Com a proximidade das 12h, momento mais quente do dia, o local se transformou num ambiente de desconforto e calor. As poucas janelas da Casa do Pescador e seu pé direito baixo contribuía bastante para isso.

A reunião foi suspensa às 12h20 para o almoço, combinando-se a retomada dos assuntos às 14h20. O almoço, fornecido pela Prefeitura, foi servido na cozinha, compartimento contíguo ao auditório da reunião, sendo o cardápio composto de peixe cozido acompanhado de baião de dois. Após o almoço, se fez necessária a lavagem das louças sujas. Algumas pessoas ajudavam sobre o comando e a orientação da representante da AUREMAG, já que não havia ali um esquema de suporte à Reunião.

Em seguida, muitos ficaram fora da casa, conversando, fazendo contatos e a infra-estrutura precária do espaço ficava cada vez mais exposta, já que os

dois banheiros não pareciam comportar as necessidades de uso dos que ali se encontravam.

O retorno à Reunião se deu às 14h45m e o primeiro tema ainda estava em pauta. Apesar de algumas opiniões serem lançadas em plenário por vários membros, se fazia latente a tentativa de disputa por espaço entre o representante da Prefeitura e o representante da Paróquia.

A dificuldade de avanço era motivo de alerta do Gestor, que avisou sobre a urgência e a necessidade de discussão de outros temas. Alguns assuntos da pauta da reunião foram apresentados e discutidos com maior rapidez, tais como: 1) a apresentação dos novos Analistas Ambientais (AAs) e a comunicação da substituição do gestor; 2) a apresentação de vários pesquisadores de Instituições de Ensino que compõem o conselho deliberativo, objetivando aprovação de projetos de pesquisa; 3) a comunicação da rescisão do contrato pela firma que estava elaborando o Plano de Manejo da RESEX Mãe Grande e a comunicação que o aquele trabalho teria seu prosseguimento.

Em que pese o notável encaminhamento para um melhor direcionamento das discussões, objetivando deliberações, alguns itens geraram bastante polêmica, como por exemplo, as alterações propostas pelo Conselho ao termo de Referência do EIA-RIMA para a implantação de transbordo de minério de ferro da empresa Anglo Ferrous Brazil e a entrada de novos membros no Conselho Deliberativo da RESEX. A discussão sobre o primeiro item da pauta causou polêmica em função dos impactos ambientais e sociais que o empreendimento poderá provocar na RESEX. Foi uma discussão com pouco avanço, havendo inserções do representante da Prefeitura, do representante da Paróquia e de pesquisadores da UFPA, ficando acertado que não haveria apresentação do EIA-RIMA naquela reunião devido a falta de informações.

No prosseguimento dos trabalhos, o gestor leu as solicitações de inclusão de novos membros no Conselho Deliberativo e também as referências do regimento sobre o assunto. Os pedidos eram da Associação Comercial de Curuçá (ACIC) e do Instituto Tapiaim e, naquela oportunidade, os representantes da ACIC e do Instituto leram suas propostas de integração ao Conselho.

A situação de entrada de novos membros gerou excepcional polêmica na reunião. Percebeu-se ali uma forte divisão entre os conselheiros a favor e

contra a entrada dos mesmos e que a opinião de cada um já estava bastante consolidada antes mesmo daquela reunião. A representante da AUREMAG se manifestou terminantemente contra a entrada de novos membros, demonstrando ter sido orientada pelo MPF para a manutenção e, se possível, uma diminuição na quantidade de Conselheiros, enquanto que o procurador da Prefeitura alertou para a necessidade de tais solicitações deverem ser analisadas a partir do regimento atual, demonstrando a opinião em favor da entrada de novos membros. A polêmica foi instaurada e a discussão adiada para a próxima reunião.



Reunião do Conselho – Casa do Pescador – 12/11/2009
Fotografia: Arquivo Flavio Cerezo.



Reunião do Conselho – Casa do Pescador – 12/11/2009
Fotografia: Arquivo Flavio Cerezo.



Destaque ao Gestor Sr. Flávio Cerezo na reunião do conselho – Casa do Pescador – 12/11/2009.

Fotografia: Arquivo Flavio Cerezo.

Finalizando a reunião, às 19h20 daquele dia, o gestor disse que enviaria as atas de reuniões pendentes de aprovação, para que todos os membros aprovassem ou se manifestassem para a necessidade de alterações.

A reunião foi bastante longa e cansativa. Era visível a falta de condições daquele local para eventos desse tipo. A participação de membros da sociedade civil não foi de grande relevância. Alguns falaram, mas com poucas falas que realmente contribuíssem para as discussões e deliberações.

Mesmo assim, o assunto da entrada de novos membros demonstrou a importância que o Conselho da RESEX já alcançou naquele contexto. Se no início da discussão, a Reserva não envolveu muitos atores, a continuação de sua atuação e principalmente o que ele representa hoje parece ter despertado muitos interesses na realidade local. Percebemos que os interesses estão relacionados às políticas públicas que chegaram junto com a RESEX e que são de importância demasiada para a população, gerando com isso movimentação das lideranças em busca de poder e da visibilidade política que aquele conselho pode oferecer.

4.7 DINÂMICAS DO CONSELHO E PARTICIPAÇÃO

É notável a recente abundância de atividades participativas que vão tomando conta do país, utilizadas pelos variados atores sociais, reforçadas

pelo objetivo que os cidadãos participem ativamente nos processos de tomada de decisão sobre políticas públicas.

Percebemos que muito se fala de participação e que isso se tornou assunto comum, sem que muitos consigam ter a noção exata do que uma real 'participação' requer. As dificuldades podem ser vistas quando estar presente em um conselho como membro ou estar presente em algum espaço público passa a ser sinônimo de fazer parte de alguma ação de maneira efetiva.

Na visão de Gohn (2007), quando se fala em construção de espaços de participação, esta ideia está se vinculando ao aprofundamento da democracia e a um novo paradigma e não à mera construção de estruturas físicas, mas sim em novas relações sociais que se estabelecem entre o público e o privado, resultando o público não estatal, e assim fazendo com que a participação comunitária e a participação popular abram espaço à participação cidadã e à participação social.

Gohn (2007) observa que, na participação cidadã, o povo ou a comunidade alcança a categoria de sociedade, configurando aqui que essa participação não está obrigatoriamente ligada aos excluídos, como as comunidades, nem ao povo marginalizado, mas sim aos grupos sociais e de indivíduos com diversos interesses e projetos, concorrendo com a mesma legitimidade, como se pode perceber na seguinte explicação:

[...] O conceito de participação cidadã está lastreado na universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania em uma nova compreensão sobre o papel e o caráter do Estado, remetendo à definição das prioridades nas políticas públicas a partir de um debate público. A participação passa a ser concebida como intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública [...].(GOHN, 2007, p. 56).

Uma das maiores particularidades da participação cidadã é a institucionalização, compreendida como a inclusão no aparelho estatal, baseada em estruturas de representação que se compõem de representantes escolhidos em locais específicos, cujos conselhos são exemplo. Tais experiências supõem que existam confrontos democráticos entre várias correntes ideológicas e projetos sociais. Gohn (2007, p. 57) destaca que “[...] todas as demandas são, em princípio, tidas como legítimas. Os novos sujeitos políticos se constroem por meio de interpelações recíprocas”.

Também podemos visualizar com Santos (2005) quando há manipulação na participação em discussões sobre políticas públicas, em vez da participação ativa, interativa ou que busque a auto-mobilização dos sujeitos envolvidos. Dentro da participação social, Gohn (2007, p. 59) destaca, por exemplo, que “[...] a mobilização social passa a ser vista não como a aglutinação de pessoas para fins de protestos, manifestações públicas como passeatas, concentrações etc. mas como energias a serem canalizadas para objetivos comuns”, configurando-se como um agir com objetivos comuns, no dia a dia, buscando os resultados que todos desejam, passando a ser um uma das orientações fundamentais em uma gestão participativa.

O próprio processo de participação precisa ser visto, de acordo com Santos (2005), como um valor fundamental e não como um mero instrumento ao alcance de certos objetivos. E mesmo com grandes debates sobre o tema, parece que ainda faltam alguns esclarecimentos que possam proporcionar condições para a gestão democrática. E mesmo que seja um princípio com os mecanismos previstos na lei do SNUC, Santos (2005, p. 177) observa que: “[...] a participação de fato requer um processo contínuo e gradual que está apenas no início”.

No caso específico do Conselho Deliberativo da RESEX, com reuniões geralmente longas e cansativas, o movimento das mudanças e das informações é tão intenso que poucos podem acompanhar de fato tudo o que se passa para poder se posicionar a respeito das situações. A maioria dos conselheiros segue a opção de não falar, apenas assistir ao movimento.

Por outro lado, é possível notarmos ainda a falta de aprofundamento das inserções, que acabaram por contribuir com o prolongamento excessivo das reuniões, com pouco avanço das discussões e das deliberações, agravado pelo fato de que só um número reduzido de pessoas tinham o privilégio de ter informações fundamentais para o prosseguimento das deliberações, o que evidenciou o grande desnível dos conselheiros nesse item.

Nesse ponto, o Conselho reflete a sociedade em que ele está inserido, onde as transformações, mudanças, enfim o movimento faz com que as pessoas pouco possam seguir tendo opinião própria sobre todas as situações e por isso mesmo se calem.

Alguns falam, apesar de não terem embasamento, o que geralmente não acrescenta grandes significados ao processo. Em número reduzido, uma minoria privilegiada faz uso das informações relevantes que têm, com muita frequência em proveito próprio ou para grupos aos quais servem. O conselho representa, desta forma, um microcosmo da sociedade.

Essa situação dificulta a inclusão dos conselheiros com menores condições de informações no processo de acompanhamento das discussões e finalmente o próprio alcance da deliberação sobre as políticas públicas. Gohn (2007, p. 96) esclarece que: “[...] As lacunas estão na ausência da capacitação em torno da elaboração e gestão de políticas públicas”. Esta declaração é verdadeira, mas não é todo o problema, pois existem informações além desse tópico.

Nas entrevistas essa questão foi pontuada por vários membros do conselho: “[...] É preciso mais capacitação. As pessoas falam ali concordando com o que o membro fala, eles não têm opinião própria, todo mundo capacitado vai ter opinião própria” (representante da AUREMAG).

A conselheira titular, representante do MPEG, afirma que um dos principais desafios da reserva está na capacitação dos dirigentes, como se pode perceber na seguinte fala:

[...] O desafio para a gestão de uma Unidade de Conservação é dar a possibilidade a todas as comunidades, o que é a Reserva, a maioria das comunidades não sabe o que é uma reserva [...] é uma criação recente, não houve oportunidade de todos conhecerem. A sociedade em si, sabe pouco sobre as reservas, é o início de uma consciência pública.

Também ficou clara a utilização do espaço do conselho deliberativo da RESEX Mãe Grande para fins outros, que não o processo de discussão das políticas públicas. A atuação dos atores, seus gestos, discursos políticos e a utilização das informações para inserção maior no espaço representam bastante em um local de visibilidade, onde há presença de lideranças das comunidades da RESEX e do município de Curuçá e que demonstram as intenções do uso do espaço com objetivos diversos, que não a própria gestão, como já apontamos anteriormente.

No que se refere às comunidades da RESEX, aos seus líderes, a participação num espaço como o Conselho Deliberativo tem um grande

significado: representa a inserção no contexto social e no fórum político mais relevante da RESEX e que, em sua dinâmica, alcança o próprio município. “[...] Nesse sentido, participar dos conselhos representa, também, uma forma de inclusão social. Eles habilitam os cidadãos ao exercício de seus direitos políticos” (GOHN, 2007, p.96).

Em que pesem as dificuldades, não podemos deixar de observar que, há alguns anos, muitos assuntos que passariam ao largo sem possibilidade de reclamos, já caminharam para uma situação em que a população pode trocar informações, assistir, tomar parte de discussões ou mesmo participar de grupos de trabalho.

O que é preciso entendermos é que o Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande de Curuçá é uma experiência muito recente no cenário político, que precisa de um aprimoramento, e que, apesar das dificuldades, já se pode notar ali a abertura necessária para discutir temas de grande relevância para a gestão da RESEX. Isso pode ser reforçado pelo depoimento da representante da Colônia dos Pescadores de Curuçá que apontou em entrevista, como uma das vantagens, o fato de “[...] o conselho ter uma força para a discussão dos problemas”.

De certa forma, o Conselho representa também uma mobilização permanente, mesmo que não aconteçam todas as aproximações devidas de alguns conselheiros, porque sempre haverá a presença dos mais envolvidos e motivados, dispostos ao trabalho que se direciona para a ação coletiva, própria da gestão participativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Conselhos, ao longo da história, apareceram predominantemente na Europa, relacionados a momentos de crises políticas e a movimentos de contestação operária. No Brasil, surgiram timidamente alguns Conselhos nas épocas colonial, imperial e durante o século XX, surgindo em maior quantidade a partir dos anos 80, durante o processo de abertura política, sendo incentivados principalmente a partir da Carta Magna de 1988, advindos de uma orientação de descentralização política e participação popular.

A Constituição de 1988 trouxe a garantia do Estado Democrático de Direito, assegurando a viabilidade de inúmeros instrumentos e experimentos democráticos, dentre eles, os conselhos dos mais variados temas e finalidades, como, por exemplo, para contribuir na gestão pública, permitindo assim a participação popular na mesma e objetivando a consolidação da democracia.

O processo democrático, que se caracterizou pela descentralização, também elevou o município à categoria de entidade política, passando a gozar de bastante autonomia, tornando-se a unidade subnacional que se encontra mais próxima da população, devendo agir na direção de promover o desenvolvimento local.

Na Amazônia Brasileira, região marcada por graves problemas ambientais, fundiários, com grande atraso no desenvolvimento, poucas condições de sobrevivência por parte de populações mais pobres e com uma enorme dívida social, a criação de Unidades de Conservação insere-se em uma realidade extremamente complexa.

A criação de reservas extrativistas, cada vez mais comuns na região Amazônica, implica problemas muito sérios para além da questão ambiental, ligados em especial à estrutura de poder local e à gestão do território.

A criação da reserva, como um território da ação pública, faz com que as comunidades da área, em especial as ligadas à figura do pescador, sejam atendidas por uma série de políticas públicas que vão desde as habitações, aos apetrechos de pesca, bicicletas, geladeiras, máquinas de açaí, de costura, motor de popa e projetos coletivos como abertura de estradas, saneamento e trapiches. Estas constituem a real representação da reserva para a maioria da

população do município, embora a ideia da preservação ambiental ainda não tenha se estabelecido de maneira convincente e efetiva.

Estas políticas, dentre outras tantas, incidiram sobre uma região esquecida pelas políticas de desenvolvimento, com enormes carências que o município não foi capaz de solucionar. Como ente político mais próximo da população, não dispõe de recursos e possibilidades para solucionar efetivamente as demandas de seus habitantes, o que leva esta esfera de poder a transferir seu espaço político para dentro da Reserva, em especial ao seu Conselho Gestor.

A grande importância e visibilidade do Conselho Deliberativo na dinâmica do município, pela presença de lideranças da sociedade civil, órgãos públicos das variadas esferas e com possibilidade de atendimento de demandas ligadas à RESEX Marinha, especificamente ao pescador, faz com que um espaço público destinado a discutir a gestão da reserva se torne um lugar altamente disputado pelos líderes locais, transferindo a disputa política da administração municipal para o Conselho da RESEX.

Setores sociais ligados à fundação da RESEX Mãe Grande queixam-se deste problema, ao alegar que o espaço da reserva não se constitui como lugar para a resolução dos problemas sociais e econômicos do município. Seu papel estaria em auxiliar este processo, mas não em sua solução, como podemos observar na fala do conselheiro da Paróquia:

[...] A reserva não veio para resolver os problemas socioambientais do município, veio para contribuir neste processo [...]. Órgãos públicos municipais estão transferindo essa responsabilidade para a reserva [...] não podemos assumir o que não é nosso, a população começou a entender a reserva como o principal agente de resolução de problemas [...] não temos estrutura para trabalhar isto a contento. (entrevista).

Mesmo com as alegações acima, percebe-se que muito pouco resta ao poder público municipal, na figura do prefeito de Curuçá, detentor do cargo político mais importante em um município pobre, com baixíssimo índice de desenvolvimento, que não consegue atender nem as necessidades básicas de saúde, educação, saneamento, entre outras, em função de tão poucas verbas que dispõe para a solução de problemas históricos.

A ida do poder municipal para o Conselho pode representar uma tentativa de sobrevivência no cenário político daqueles territórios sobrepostos e um

ensaio para se manter inserido em um espaço que possa lhe render outros resultados positivos em pleitos eleitorais futuros. A sua ausência naquele espaço poderia levar, como representante maior de um município esvaziado de políticas públicas, ao isolamento e a um provável ostracismo.

A descrição do problema da sobreposição dos territórios da RESEX Mãe Grande e do município de Curuçá continuando no mesmo modelo que hoje está vigente, com enormes carências dos habitantes da área municipal e a possibilidade de amenizá-los através das políticas públicas vindas sob a bandeira ambiental da RESEX, tende a um quadro de permanência dos conflitos entre a RESEX e o poder municipal.

Mesmo que haja mudança de atores, há poucas possibilidades de redução do problema, que se origina como consequência de um federalismo que não se concretizou efetivamente no país, e de um municipalismo que alcançou pouquíssimos resultados, além da estrutura formal e legal.

A elevação de categoria ao município ocorrida na Constituição de 1988, pouco adiantou sem o aporte de verbas e estruturas democráticas que se coadunem com os resultados desejados. As consequências são pequenas margens de manobra dos prefeitos, principalmente dos de menor tamanho e renda como o município de Curuçá, precisando ir constantemente à capital federal pedir mais verbas e na necessidade dos habitantes virem até Belém conseguir consultas médicas, tratamento de saúde, escola, trabalho, dentre outras situações.

Ainda no tocante ao Conselho é evidente o problema relacionado à participação dos conselheiros nos debates, já que a falta de informações de muitos membros impede a participação efetiva na tomada de decisão e os funcionários públicos sejam designados impositivamente sem pré-requisitos que possam contribuir para as discussões de maneira relevante, entre outros aspectos.

A ideia de que os Conselhos se encontrariam totalmente voltados para um ideal de neutralidade, de uma gestão pública isenta de jogos de poder, direcionada para os interesses maiores da sociedade em um contexto em que todos possuam igualdade de condições, vai mostrando assim suas dificuldades e fragilidades, ainda não alcançando os resultados esperados.

O Conselho espelha as próprias dificuldades existentes na sociedade, a partir da dinâmica do poder local. Desta forma, evidencia-se a necessidade de não se pensar somente na ampliação da gestão por conselho, mas de criar condições para que esta realmente se efetive de forma democrática.

À revelia disso tudo, reconhecemos a importância de instrumentos como este para a democracia, principalmente em regiões marcadas pela falta de participação popular nos processos decisórios, através da inclusão de segmentos como os pescadores, marisqueiras, caranguejeiras etc. Em contextos onde ainda há o predomínio de uma cultura de obediência, a gestão por conselho constitui-se como uma importante forma de aprendizagem democrática.

È um modelo recente que necessita de amadurecimento e do aprofundamento de estudos que possam auxiliar na ampliação de seu caráter democrático e observação de resultados. Seu crescimento depende do desenvolvimento de uma participação mais ativa de seus membros e de uma representação efetiva dos setores a que pertençam, visando acima de tudo ao desenvolvimento social e ambiental da RESEX.

O problema tal qual se apresenta não possui fácil solução. Em um primeiro momento, envolve uma difícil e demorada reforma no sistema do federalismo na tentativa de amenizar a situação de pobreza e o isolamento dos pequenos municípios brasileiros, em especial na região Amazônica.

Em segundo lugar, mediante a dificuldade de solucionar o problema do Federalismo, acreditamos que exista a necessidade de uma reforma jurídica e institucional nos conselhos deste tipo de Reserva, que permitam que o mesmo possa conviver de forma mais eficiente com a inserção de interesses outros que adentram este espaço que não a sua própria gestão, para que predomine a ação coletiva em detrimento às ações e aos discursos políticos individuais.

E como não existirá blindagem que impeça a entrada de jogos políticos na Reserva, em especial na realidade apresentada, é necessário que o conselho encontre mecanismos de, dentro desta realidade, manter-se atuante na resolução dos problemas da RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá, tanto os de caráter ambiental, como os de defesa e representatividade das comunidades locais.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Agripa Faria. **A política que se aprende**: avaliando o processo de implantação das reservas extrativistas no Brasil à luz do ideário da etno-conservação. Santa Catarina. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, 2009.

AQUINO, Maria José. “Socioambientalismo” e Novas Territorialidades: Complementaridades e antagonismos em Desenvolver e Proteger. In: ROCHA, Gilberto de Miranda; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; TEISSERENC, Pierre (Orgs.). **Territórios de desenvolvimento e ações públicas**. Belém: NUMA/NAEA/UFPA, 2009.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1. 1997, Curitiba-PR. **Anais ...** Curitiba: UFPR, 1997. v. 1, p. 262-276 (Conferências e Palestras).

AVIZ, Adriana. **A pesca no nordeste paraense**: tensões, conflitos e mudanças no município de Curuçá- Pará. Relatório de Pesquisa. Belém: MPEG, 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras Tradicionalmente ocupadas: Processos de Territorialização e Movimentos Sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, 2004.

AMARAL, W.A.N. DO; BRITO, M.C.W.DE; ASSAD, A.L.D.E.MANFIO. **G.P- Políticas públicas em biodiversidade**: conservação e uso sustentado no País da Megadiversidade. Disponível em: <www.hottopos.com/haverd/políticas....públicas...em_biodiversi.htm>. Acesso em: 30 mai. 2009.

ANTUNES, Paulo Bessa. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen e Iuris, 2006.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental**: conceitos modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004.

BAGGIO, Roberta Camineiro. **Federalismo no Contexto da Nova Ordem Global**. Curitiba: Juruá Editora. 2006

BECKER, Bertha K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BENATTI, José Helder. Regularização Fundaria e Ordenação Territorial no Estado do Pará. In: ROCHA, Gilberto de Miranda; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; TEISSERENC, Pierre (Orgs.). **Territórios de desenvolvimento e ações públicas**. Belém: UFPA/NUMA, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Decretos e Leis. Decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 23.08.2002. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/l9610.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

_____. Decretos e Leis. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19.07.2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/l9610.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

CAMARGO, Aspasia. **Meio ambiente no século XXI**. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.

CAMARGO, Aspasia; CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro. **Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio 92**. Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CAMPOS, Índio; FILOCREÃO, Antonio Sérgio. **A gestão das reservas extrativistas no sul do Amapá**. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT7-410-14020080515155115.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2009.

CAMPOS, Flávio de; MIRANDA, Renan Garcia. **A escrita da história**. São Paulo: Escala Educacional, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo A. **A participação social no Brasil hoje**. São Paulo: Instituto Pólis, 2000. Disponível em: <www.institutopolis.org.br>. Acesso em: 05 fev. 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização**. São Paulo: Instituto Pólis, 2000.

COLETÂNEA Histórica da Reserva Extrativista “Mãe Grande de Curuçá”. Curuçá, 2007.

CURUÇÁ, Regimento Interno do Conselho da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá. (MMA/IBAMA/ Superintendência do Estado do Pará).

DIAS, Reinaldo. **Ciência política**. São Paulo: Atlas, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos. O Mito do Paraíso Desabitado nas Florestas Tropicais Brasileiras. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. **Conceitos e questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

DOWBOR, Monika; HOUTZAGER, Peter; SERAFIM, Lizandra. **Enfrentando os desafios da representação em espaços participativos**. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP, 2008.

DUARTE, Francisco Carlos; CADEMARTORI, Luis Henrique Urquhart; CADEMARTORI, Sérgio Urquhart de. **Governança sustentável: nos paradigmas sistêmico e neoconstitucional.** Curitiba: Juruá, 2008.

EMATER. Relatório da Gestão Participativa na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá. Curuçá, 2007.

FAUSTO, Bóris. **A revolução de 1930: historiografia e história.** São Paulo: Brasiliense, 1972.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini aurélio: século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Paulo Henrique dos Santos. Arquivo Particular, 2009.

FIGUEIREDO, Elida Moura. **Uma estrada na reserva: impactos sócio-ambientais da PA-136 em Mãe Grande, Curuçá(PA).** Belém: UFPA/MUSEU GOELDI/EMBRAPA, 2007.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro.** São Paulo: editora, 2009.

FURTADO, Lurdes Gonçalves, SANTANA, Graça; SILVEIRA, Isolda Maciel. **Cadernos de pesca: informes de pesquisa – vol. 4.** Belém: MPEG/ Coordenação de Ciências Humanas/ Antropologia/ Projeto Renas/ CNPQ, 2009.

FURTADO, Lurdes Gonçalves. **Diagnóstico etno-ecológico da reserva extrativista marinha Mãe-Grande de Curuçá. Zona do Salgado – Pará.** Relatório de Viagens. Belém: MPEG, 2003.

GELUDA, L; FRICKMANN Yong, C. E. **Financiando o éden: potencial econômico e limitações da compensação ambiental prevista na lei do sistema nacional de unidades de conservação (2003).** Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/gema/pdfs/financiando_o_eden.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sócio-política.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 2008.

GUIA DE CHEFE – IBAMA/GTZ- Criação de UCs: Reservas Extrativistas – RESEX, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina. **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará.** Belém: EDUFPA, 2002.

KERBAUY, Maria Tereza Miceli. **Participação e Representação na esfera local: novos atores políticos.** CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13, 2007, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2007.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LIMA, Deborah de Magalhães. **Equidade, Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Biodiversidade: Algumas questões sobre a parceria Ecológica na Amazônia.** In: Faces do Trópico Úmido.. Belém: CEJUP, 1997.

LYRA, Rubens Pinto. **Gestão participativa no Brasil: atuação dos conselhos e ouvidorias na área de segurança e justiça.** João Pessoa: Lusotopie, 2003.

MEDEIROS, Rodrigo. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

MEIRELLES, João Filho; SÁ, Hermógenes; CARVALHO, Suelen. **Uma Intervenção socioambiental no Salgado Paraense: resultados científicos.** Curuçá: Casa da Virada, 2009.

MORAES, Raimundo de Jesus Coelho. **Participação política e gestão ambiental: análise dos processos de licenciamento ambiental das empresas de caulim no nordeste do Estado do Pará – 1990/1996.** Belém: Pakatatu, 2003.

MOURA, Elida Arnaud Ferreira. **Práticas socioambientais na reserva de desenvolvimento sustentável.** Belém: UFPA/NAEA, 2007.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. Poder Local e Gestão Pública: o que há de novo? In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007.

OLIVEIRA, João Elias de Oliveira. **Ouvidoria pública brasileira: a evolução de um modelo único.** Disponível em: < <http://www.ouvidoria.al.gov.br/artigos/ouvidoria-publica-brasileira-a-evolucao-de-um>>. Acesso em: 04 jan. 2010.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da administração contemporânea.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PEDRO, Antonio; LIMA, Lizânias de Souza; CARVALHO, Yone de. **História do mundo ocidental.** São Paulo: FTD, 2005.

PEIXOTO, Rodrigo. Caminhos e Descaminhos do Desenvolvimento Territorial no Pará. In: ROCHA, Gilberto de Miranda; MAGALHÃES, Sônia Barbosa;

- TEISSERENC, Pierre (Orgs.). **Territórios de desenvolvimento e ações públicas**. Belém: UFPA/NUMA, 2009.
- PINTON, Florence; AUBERTIN, Catherine. **O extrativismo entre conservação e desenvolvimento**: faces do trópico úmido. Belém: CEJUP, 1997.
- PONTUAL, Pedro. **Desafios à construção de democracia participativa no Brasil**: a prática dos conselhos de gestão de políticas públicas. São Paulo: Instituto Pólis, 2008.
- PROST, Catherine. Ecodesenvolvimento da pesca artesanal em região costeira- estudos de caso no Norte e Nordeste do Brasil. Salvador, **Geotextos, Revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia**, v.3, n.3, p.134-169, 2007.
- REGIMENTO INTERNO do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, 2006.
- RIGO SANTIN, Janaína. **A Noção Histórica do Poder Local no Brasil e o Princípio da Participação**. CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 17. Brasília, 2008. Disponível: <<http://www.conpedi.org/Manaus/arquivos/anais/Brasília/09-145.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2010.
- RODRIGUES, José Eduardo Ramos. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- ROCHA, Gilberto de Miranda; LIMA, Ailton Pires de. A Criação dos Novos Municípios e o Ordenamento Territorial no Estado do Pará. In: ROCHA, Gilberto de Miranda; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; TEISSERENC, Pierre (Orgs.). **Territórios de desenvolvimento e ações públicas**. Belém: UFPA/NUMA, 2009.
- SALGADO, Eneida Desirre. **Constituição e democracia**: tijolo por tijolo em um desenho (quase) lógico - vinte anos de construção do projeto democrático brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2007.
- SANTIN, Janaina Rigo. **A Noção Histórica do Poder Local no Princípio da Participação**. CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 17, 2008, Brasília. Anais... Brasília, 2008.
- SANTOS Jr., Orlando Alves dos. **Dilemas e desafios da governança democrática**. São Paulo: Instituto Pólis, 2000.
- SANTOS, Ailton Dias dos (Org.). **Metodologias participativas**: caminhos para o fortalecimento de espaços socioambientais. São Paulo: Petrópolis, 2005.
- SCHIMIDT, Mário. **Nova história crítica**. São Paulo: Editora Nova Geração, 2007.

SEPAQ. **Diagnóstico de Pesca do Estado do Pará 2008-2009**. Secretaria de Estado de Pesca e Agricultura, Disponível em: <<http://www.sepaq.pa.gov.br/>>. Acesso em: 04 jan. 2010.

SILVA, Ilse Gomes. **Os desafios da participação popular no contexto da “reforma” do estado brasileiro**”. São Paulo: NEILS/PUC-SP, 1998.

SILVA, José Afonso da Silva. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

SILVA, José Bittencourt. **Sustentabilidade institucional e participação comunitária na reserva extrativista rio Cajari**. Dissertação. Belém: UFPA, 2003.

SILVA, Lilian Lente da. **Conselhos gestores de política públicas e a representatividade democrática: um estudo de caso dos conselhos de saúde de Itajaí/SC e Blumenau/ SC**. Curitiba: UFPR, 2006.

SIMONIAN, Lígia T. L. Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável e Recursos Naturais em Áreas de Reserva na Amazônia Brasileira. In: COELHO, Maria Célia N.(Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**. Belém: Cejup;UFPA-NAEA, 2000.

SOUSA, Maria Alice Martins de. **Reserva Extrativista Mãe Grande: permanência e mudança no trabalho do pescador artesanal, em Curuçá/PA**. Dissertação. Belém: UFPA, 2008.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Teixeira. **Formação dos conselhos no Brasil**. São Paulo: Instituto Pólis, 2000.

VALLEJO, Luis Renato. **Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFF, 2004.

VASCONCELOS, Mário; VASCONCELOS, Ana Maria de A. Participação e Desenvolvimento Territorial: Reflexões a partir do Programa Proambiente. In ROCHA, Gilberto de Miranda; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; TEISSERENC, Pierre (Org.). **Territórios de Desenvolvimento e Ações públicas**. Belém: UFPA/NUMA, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2007).

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). CNPT - Conservação do Homem ou dos Recursos Naturais? (2009). Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/resex/cnpt.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

INSTITUTO CHICO MENDES (ICMBIO). Institucional. Disponível em: <www.icmbio.gov.br>. Acesso em: 12 mai. 2009.

INSTITUTO PÓLIS. **Construindo a plataforma dos movimentos sociais para a reforma do sistema político no Brasil**: reflexões para o debate. São Paulo: Instituto Pólis, 2006.

INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL. Documentos na íntegra. Disponível em: <www.socioambiental.org/uc/3469/gestao>. Acesso em: 12 mai. 2009.

INSTITUTO VIRTUAL DO TURISMO. Curuçá. 2009. Disponível em: <www.ivt-rj.net/ivt/indice.aspx?pag=n&id=10513....>. Acesso em: 20 mar. 2009.

ANEXOS

ANEXO 1

PORTARIA IBAMA Nº 24, DE 9 DE MARÇO DE 2006

DOU 10.03.2006

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º, inciso V e o Art. 24 da Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 3.833, de 05 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente; nomeado pelo Decreto s/nº de 03 de janeiro de 2003, publicado no Diário Oficial da União do dia 06 de janeiro de 2003, e;
Considerando disposto no art. 29 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências, e;
Considerando o Decreto s/nº de 13 de dezembro de 2002, que criou a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, no Estado do Pará: resolve:

Art. 1º Criar o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à sua efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos seus objetivos de criação.

Art. 2º O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá é composto pelas seguintes instituições:

- I - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- II - Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá - AUREMAG;
- III - Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará - SECTAM;
- IV - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curuçá;
- V - Câmara Municipal de Curuçá;
- VI - Paróquia de Nossa Senhora do Rosário;
- VII - Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG;
- VIII - Instituto Sócio-Ambiental e dos Recursos Hídricos - ISARH da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA;
- IX - Núcleo de Meio Ambiente - NUMA da Universidade Federal do Pará - UFPA;
- X - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER-PA;
- XI - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curuçá - STR/Curuçá;
- XII - Colônia de Pescadores Z-5. Curuçá-PA;
- XIII - Associação Movimento dos Pescadores do Pará - MOPEPA;
- XIV - Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS;
- XV - Marinha do Brasil/Capitania dos Portos da Amazônia Oriental;

XVI - Associação dos Caranguejeiros de Arapurí - Curuçá;
XVII - Associação das Marisqueiras;
XVIII - Associação Solidária Cabanos;
XIX - Associação dos Amigos do Bosque e Ipupura;
XX - Associação dos Amigos do Bosque Boa Lembrança/Reserva Peixe-boi - Curuçá-PA;
XXI - Associação dos Pescadores de Caratateua - Curuçá-PA;
XXII - Associação dos Pescadores Artesanais de Tucumateua;
XXIII - Associação Comunitária de Pedras Grandes - Curuçá-PA;
XXIV - Associação Comunitária de Boa Vista do Iririteua -Curuçá-PA;
XXV - Associação Comunitária de Lauro Sodré - Curuçá-PA;
XXVI - Associação Comunitária de Vila Ponta de Ramos - Curuçá-PA;
XXVII - Associação Comunitária de Candéua “Boa União”.

Parágrafo único O Conselho Deliberativo será presidido pelo (a) Chefe do Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável - CNPT.

Art. 3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista serão fixados em regimento interno elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião.

Art. 4º Todos os atos advindos de deliberações retroativas emanadas do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista desde a sua Ata de Instalação em 23 de novembro de 2005 e, conseqüentemente progressos à Publicação desta Portaria, são considerados válidos.

Art. 5º Toda e qualquer alteração na composição do Conselho Deliberativo deve ser registrada em Ata de Reunião Ordinária da Assembleia Geral.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

ANEXO 2

ANEXO 4

Ata da Quarta Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, realizada no dia 12 de novembro de 2009, às 9 horas, na Casa do Pescador de Curuçá, Rodovia Curuçá-Abade Km 2, município de Curuçá – PA.

No dia 12 de novembro de 2009, às 9 horas, na Casa do Pescador de Curuçá, reuniu-se a plenária do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, para a sua Quarta Reunião Extraordinária. O presidente do Conselho iniciou a reunião às 10h 55min. Explicou que o atraso se deveu à falta de energia elétrica na Casa do Pescador, necessária para ligar os equipamentos a serem utilizados durante a reunião. Após segunda chamada, conferiu o *quorum*, totalizando 15 representantes, de um total de 27 instituições integrantes, conforme lista de presença, e deu início à reunião. Leu a pauta da reunião que foi aprovada da seguinte forma: 1. Alterações propostas pelo Conselho ao Termo de Referência do “EIA-RIMA para a implantação da Estação Flutuante de Transbordo de minério de ferro da Anglo Ferrous Brazil em Curuçá/PA”, anteriormente de interesse da MMX Amapá Mineração Ltda., e outros encaminhamentos; 2. Apresentação dos novos Analistas Ambientais (AA) do ICMBio lotados na RESEX e mudanças administrativas; 3. Autorizações para licenciar ou executar empreendimentos, projetos e pesquisas na RESEX e em seu entorno; 4. Plano de Manejo da RESEX; 5. Propostas de inclusão de novos membros no Conselho Deliberativo da RESEX; 6. Observações sobre o regimento interno do Conselho e a legislação pertinente; 7. Assuntos Gerais. Explicou o empreendimento do porto de transbordo, e apresentou a minuta do termo de referência (TDR) com as alterações sugeridas pelo Grupo de Trabalho para reconstrução dos TDRs (GT-TDR). O Sr. Alan, da UFPA, observou a grandiosidade do empreendimento e questionou a forma de energia que será utilizada, referindo-se, juntamente com outros presentes, ao risco de poluição e contaminação no momento do transporte. Inseriu-se, então, o item “Operação de transporte e manipulação de cargas perigosas”. Ivanilson, da comunidade Arapiranga de Fora, observou que os navios estrangeiros virão com água de lastro, o que já está previsto na estrutura de planos, programas e projetos recomendados. O presidente do Conselho explicou a estrutura do TDR, e que o item introdutório se refere à caracterização do empreendimento. O item “Introdução” foi aprovado pelo Conselho. Depois de alteração sugerida pelo Analista Ambiental (AA) Paulo Oliveira, o item “Objetivo” foi aprovado. A representante da Auremag, Sra. Sandra esclareceu aos presentes que a reunião não foi convocada para realizar a inscrição de interessados no recebimento de casas do Programa de Reforma Agrária, divulgado erroneamente, mas sim pelos motivos já expostos no momento da leitura da pauta. O presidente do Conselho, retornando ao TDR, consultando o plenário, deu por aprovado o item

“Procedimentos para o licenciamento”. A seguir, apresentou o item “Abordagem metodológica”. Wherlles da Silva Galvão, coordenador de turismo do Instituto *Tapiaim*, perguntou se a zona rural estava inclusa na expressão mencionada no TDR “bacias hidrográficas”. O presidente do Conselho disse que sim. O item “Abordagem metodológica” foi aprovado pelo plenário. O representante da Prefeitura e prefeito, Sr. Fernando, esclareceu que as palavras em vermelho se referem a alterações feitas pelo Conselho, para que não houvesse dúvida por parte de quem não acompanhou as atividades desde o início. O representante da Paróquia e vice-prefeito, Sr. Jorge, disse que seria interessante que o Conselho aprofundasse o item de alternativas tecnológicas, em especial o tema *offshore*, em relação ao porto do Espadarte. Disse que este seria o momento de se fazerem alterações para que eventualmente se evite a vinda do porto do Espadarte. O presidente do Conselho observou que se está priorizando o empreendimento da estação de transbordo, e que o TDR do porto do Espadarte não está em análise no momento, o que deverá ser feito em outra oportunidade. O item “Alternativas tecnológicas” foi aprovado com as alterações feitas na presente reunião. O subitem “5.3” (Descrição do empreendimento) teve alteração sugerida pelo representante da Prefeitura, a inclusão de acessos ferroviários, o que foi aprovado. O representante da Paróquia comentou a importância do tema “tributação”, em especial a autonomia que o município terá para tratar do assunto, assegurando, assim, os ganhos, pelo que o presidente do Conselho, mencionando o subitem “4.1” (Dispositivos legais), sugeriu que aí se insira o referido tema. O representante da Paróquia mencionou o conflito de interesses sobre a camada pré-sal. O procurador da Prefeitura, Sr. Almir, explicou a competência tributária. Disse que é preciso um conhecimento completo sobre o tema, e que a Prefeitura está procurando contratar uma consultoria especializada para adequar o município à nova realidade tributária. Disse que na audiência pública o tema pode ser tratado, e comentou que achou a colocação pertinente, devido à sua importância. O Sr. Alan, da UFPA, observou a importância de se ter calma e consciência para tratar do assunto, pois os empreendedores podem usar o tema como arma, apenas cumprindo sua obrigação legal. O presidente do Conselho comunicou que há duas propostas: incluir o tema “tributação” no subitem “4.1”, ou deixar a tarefa a cargo da Prefeitura. O Procurador da Prefeitura disse que o Conselho pode enviar a proposta de discussão de tributação à Câmara. O representante da Paróquia disse que o que se quer não é legislar, mas iniciar a discussão. O presidente do Conselho disse que o que o empreendedor poderá fazer no EIA/RIMA é o estudo e apresentação das leis tributárias relativas ao seu empreendimento. O representante da Prefeitura disse que, antes de sua instituição concluir a tarefa, vai submeter ao Conselho, e que, se for inserido agora no TDR, estará amarrando o tema sem prévio conhecimento; que a análise será feita entre Conselho, Prefeitura e câmara dos vereadores. O Conselho recomendou a necessidade de conhecimento prévio da legislação tributária pertinente ao município e considerou que tal tema não

deve ser incluído no TDR. O subitem “6.2” foi alterado, substituindo-se o termo “estradas” por “vias”, e acrescentando-se a expressão “meios de transportes”, e em seguida aprovado pelo Conselho. O subitem “6.6” foi aprovado com as alterações feitas anteriormente pelo GT-TDR. O representante da Paróquia disse que seria interessante a discussão do gerenciamento costeiro à luz da lei 7.661/88 e decreto 5.300/04. Disse que se tem oportunidade ímpar de se discutir o tema. O presidente do Conselho disse que é necessário que se veja se a discussão cabe em algum momento do TDR em análise, e que cabe a mesma linha de raciocínio do tema tributação, definido-se outro momento para a discussão do assunto. Comentou a necessidade de ampla discussão da proposta de gerenciamento para o litoral, verificando-se os impactos dos vários empreendimentos na região. Acordou-se a menção em ata de que o gerenciamento costeiro é uma discussão mais ampla, e que todos os empreendimentos devem se adequar à legislação em vigor. O Sr. Alan, da UFPA, reforçou a necessidade de conhecimento das comunidades a respeito da legislação. O presidente do Conselho deu prosseguimento à análise do TDR, lendo o subitem “8.2”. Observou-se que o subitem deve ser reescrito, separando-se “vetores ou reservatórios de doenças” dos demais grupos taxonômicos citados, e exigindo-se, para eles, formas de controle. Em relação ao subitem “8.2.1”, Alan, da UFPA, sugeriu a substituição de “ictiofauna” e “bentofauna” por “fauna”. O presidente sugeriu a seguinte redação para o trecho em questão: “fauna, em especial ictiofauna e bentofauna”. No parágrafo sobre identificação de grupos taxonômicos foram acrescentados “crustáceos, moluscos e avifauna”. Acrescentou-se ainda o grupo “quirópteros”, por sugestão da prof^a. Suely do MPEG. A prof^a. Suely sugeriu ainda que se insira a expressão “área de influência direta e indireta” para todos os pontos referentes às áreas de influência, o que será analisado posteriormente pelo ICMBio. O subitem “8.2”, com alterações e sugestões dos presentes, foi aprovado por unanimidade. Prosseguiu-se à leitura do subitem “8.3”, referente ao meio sócio-econômico. Observou-se que as alterações do subitem “8.3.5” foram feitas para contemplar o decreto 6.040, conforme citação da representante do Conselho Nacional de Extrativistas – CNS, Sra. Célia. Aprovou-se o item “8.3” com as alterações. Alterou-se, em “8.4”, a expressão “sócio-ambiental” para “ambiental”, e aprovou-se a inclusão da expressão “as expressões ‘ambiental’, ‘ambiente’, ‘meio ambiente’ e similares integrantes deste Termo referem-se aos meios físico, biótico e sócio-econômico, conforme Resolução CONAMA nº 1 de 1986” na introdução do TDR, para que se mantivesse o termo ambiental conforme o documento original, porém garantindo-se o sentido dado pelo Conselho Deliberativo, mais amplo, com especial atenção para o que se refere ao meio sócio-ambiental, por se tratar de uma Unidade de uso sustentável. O item “10”, referente a “Programas ambientais”, foi apresentado pelo presidente do Conselho, como resultado do trabalho técnico dos analistas ambientais do ICMBio sobre as sugestões e recomendações do Conselho e do GT-TDR, conforme aprovado na 3ª reunião extraordinária. Lembrou que em reunião passada foi discutida a ordem dos

planos, programas e projetos. Disse que os planos são as ações mais abrangentes, seguidos pelos programas e por último, projetos. Explicou as medidas gerais, mitigadoras, compensatórias e potencializadoras adotadas com base nas reuniões do GT-TDR e plenárias do Conselho. O representante da UFRA, prof. Inácio, sugeriu inserir em “recursos” as expressões “materiais”, “humanos” e “financeiros”. O presidente do Conselho apresentou, em *datashow*, a relação de planos, programas e projetos com as respectivas medidas compensatórias sugeridas pelo GT-TDR e plenárias do Conselho contempladas na versão trabalhada pelos servidores do ICMBio. O AA Paulo comentou que houve decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre compensação, que se dá a partir de impacto no local, e que o empreendedor seguirá a decisão judiciária; disse que é nesse âmbito que se deve pensar todo o TDR. O presidente do Conselho, reforçando o que foi falado anteriormente, comentou a diferença entre cultura do extrativista, objeto a ser contemplado no TDR, e cultura de maneira geral. A representante do CNS, Sra. Célia, disse que, se houver construção de ferrovia, haverá impacto sobre a agricultura na região. O AA Paulo disse que, nesse caso, outro TDR será elaborado, pois se trata de outro empreendimento. Foi decidida a inserção de cultura no subitem “10.2.2.3”. O representante do Instituto Tapiaim, Sr. Wherlles, perguntou sobre a possibilidade de inserção da expressão “ecoturismo”, pelo que foi dito pelo presidente do Conselho que a expressão “turismo”, já presente nas recomendações, engloba ecoturismo. O representante da Paróquia disse que é interessante focar ecoturismo. O AA Paulo sugeriu a criação de um projeto para este tema. O Sr. Alan, da UFPA, sugeriu inserir um projeto de ordenamento da pesca esportiva. No subitem “10.2.2.3”, foram inseridos três projetos: de fomento ao ecoturismo, de ordenamento da pesca esportiva e de valorização da cultura tradicional. Consultado o plenário, a reunião foi suspensa às 12h20min, acertando-se retorno às 14h20. A reunião foi reiniciada às 14h45min, com a continuação do tema Programas Ambientais, Plano 10.2.3, referente ao Plano de conservação e melhoria da qualidade ambiental. O representante da Paróquia observou o subitem “10.2.3.6.1”, “terras da Resex”, argumentando que os usuários moram no entorno da reserva. Acordou-se pela supressão da expressão. O representante da Paróquia comentou a venda de serviços ambientais, lembrando que a discussão está no âmbito do Congresso e da reunião sobre mudanças climáticas a ser realizada em Estocolmo. O presidente do Conselho argumentou que o tema não tem relação direta com as compensações, sugerindo que tal abordagem seja feita em reunião específica. A representante do CNS disse que foi criado o *forum* de mudanças climáticas pelo governo do Estado. O representante do Instituto Tapiaim perguntou ao representante da Paróquia o que seriam serviços ambientais, que explicou que a WWF tem uma proposta interessante; que ela tem cálculos sobre a Amazônia, por hectare de floresta em pé, em torno de R\$ 225,00; que a Resex, de 37 mil hectares, pode adquirir recursos para que o município mantenha o bioma; que é uma fonte de renda. O presidente do Conselho disse que, apesar

de sua importância, este tema não entra na discussão do empreendimento. Acordou-se que o tema seja tratado em reunião específica. O presidente do Conselho citou o subitem “10.2.3.5.5”, referente ao projeto de sequestro de carbono para compensar as emissões do empreendimento. O Plano 10.2.3 foi aprovado, seguindo-se o 10.2.4, referente ao plano de requalificação urbana. O presidente do Conselho explicou sua natureza, citando como exemplo a invasão do manguezal na região, com construção de residências, necessitando realocação dos moradores para a recomposição do manguezal. O representante da Paróquia, citando o ICMS ecológico, disse que se perdeu oportunidade de discutir o tema pela manhã. O presidente do Conselho lembrou que tal tema, de ordem tributária, deve ser discutido em outro âmbito, e não na presente discussão, já que não tem relação com o empreendimento. O plano 10.2.4 foi aprovado pelo plenário. Deu-se prosseguimento ao Plano 10.2.5, referente ao Plano de fortalecimento e articulação institucional. No subitem “10.2.5.2”, alterou-se a expressão “compensações” por “medidas”. O AA Paulo observou que planejamento e gestão fogem à área da parceria público-privada, que tem legislação específica. O representante da Prefeitura e prefeito, Sr. Fernando, disse que é preciso fazer um programa para atender o pescador e a cadeia produtiva. Para tanto, necessita-se de parceria público-privada. O AA Paulo argumentou que o planejamento das medidas para gestão é participativo, e que parceria público-privada se refere a projetos executivos, e não de planejamento. Alterou-se o subitem “10.2.5.2” para “Programa de planejamento e gestão participativos dos recursos destinados às medidas mitigadoras, compensatórias e potencializadoras”. O representante da Prefeitura comentou sobre a existência do consórcio entre os municípios de Curuçá, Marapanim, São Caetano e São João da Ponta, que fortalece as políticas de compensação para os quatro municípios envolvidos. Disse que uma das medidas mitigadoras pode ser o fortalecimento do consórcio. O presidente do Conselho disse que seria um programa de apoio ao consórcio intermunicipal de desenvolvimento regional. O procurador da Prefeitura disse que fica mais fácil, até para o empreendedor, concentrar as ações no consórcio do que em diferentes municípios. O representante da Prefeitura disse que, se um tripulante de navio desembarcar no município por motivo de doença altamente contagiosa, como a do vírus Ebola, tem-se obrigação de recebê-lo. Disse que é nesse tipo de compensação que se tem que pensar. O Plano 10.2.5 foi aprovado com as alterações sugeridas pelos presentes. Seguiu-se plano 10.2.6, Plano de ação de emergência. Feitas as alterações, o plenário aprovou o Plano 10.2.6. Prosseguiu-se à leitura do TDR, com alteração de expressões e aprovação do conteúdo. O presidente do Conselho abriu oportunidade de propostas de encaminhamentos. Propôs que o Conselho dirija cópias da ata desta reunião e de suas recomendações, referentes ao TDR, aos membros deste Conselho e ao MPF, MPE, Coordenação Regional CR-4 do ICMBio, Diretoria de Uso Sustentável e Populações Tradicionais – DIUSP, do ICMBio, e Diretoria de Licenciamento – DILIC/Ibama. O representante da

Prefeitura fez um histórico desde o início deste processo no Conselho, da reunião a respeito do licenciamento no dia 05 de fevereiro de 2009 até o momento. Disse que o Ibama vem costumeiramente desrespeitando as decisões do Conselho; que o Conselho encaminhou a deliberação de suspensão do processo de licenciamento ao Ibama dia 05 de fevereiro, para que o processo se desse de forma participativa, o que não foi respeitado pelo Ibama; que o MPF e MPE encaminhou à Dilic a recomendação da suspensão. Comunicou que está com cópia fiel do processo em tramitação na Dilic, em que há absurdos; que o processo se encontra em avançado processo, perto da licença de instalação; que a empresa MMX fez pedido de apensamento ao processo de certidão de anuência “fria” assinada pelo ex-prefeito; que está cassando uma certidão expedida em 25 de novembro de 2008, que só foi apensada ao processo em setembro de 2009; que tal certidão é um crime, pois não passou pelo Conselho, e a Prefeitura não teria competência para tal; que a MMX atualmente se chama Anglo Ferrous Amapá Mineração Ltda.; que o pedido de apensamento da certidão na Dilic é de 23 de julho de 2009, apesar de a data da certidão ser bem anterior; que os representantes do empreendimento enviaram ofício dia 05 de agosto de 2009 com um documento de alteração contratual de mudança do nome da empresa; que recebeu uma carta da Anglo Ferrous, protocolada na Dilic dia 09 de novembro, em que se fala de EIA, e não mais de TDR; que nada que o Conselho aprova é por eles acatado, desrespeitando, assim, o ICMBio, o Conselho, a população e o MP; que foi convocado pelo presidente da Federação das Indústrias do Pará – FIPA para uma reunião com o diretor de sustentabilidade da Anglo Ferrous, onde estavam representantes de outras empresas; que o referido diretor já teria contratado a Funpea e que estariam enviando carta ao Ibama para trabalho em conjunto com o Conselho; que houve outra reunião na Funpea, onde disse que as condições do trabalho serão geridas pelo Conselho; que o presidente da Funpea declarou que a instituição não tem nenhum convênio com a empresa, e que o nome de sua instituição não pode ser usado dessa maneira, sendo que apenas alguns professores a ela ligados estão exercendo atividade junto à Anglo Ferrous; que está em contato com o MP para entrar com ação por prevaricação contra o diretor da Dilic e técnicos acadêmicos envolvidos; que o fax recebido pela Dilic indica que o processo não foi paralisado em nenhum momento; que os procedimentos para ação judicial já serão tomados na próxima semana pela Prefeitura, questionando como podem ser tomadas tais decisões, como a da certidão, sem que se ouça o Conselho Deliberativo da Resex envolvida na área do empreendimento; que acha absurdo o uso do nome da Funpea para tais fins. Propôs que a empresa beneficiária contrate a Funpea, colocando-a à disposição do Conselho, para que se tenha segurança no que tange ao EIA/RIMA. Encaminhou ao presidente do Conselho o termo de reciprocidade entre a Prefeitura de Curuçá e o ICMBio, em que consta o compromisso de apoio e ajuda mútua entre os dois órgãos. Propôs ação civil pública conjunta incluindo a Prefeitura e todas as associações representadas

no Conselho para paralisar o processo e que a empresa venha ao Conselho para que as decisões sejam acatadas. O procurador da Prefeitura informou que a ação já está pronta, minutada, e que muitas associações já aderiram, devendo novas adesões serem feitas com o conselheiro Geraldo Reis. Disse que estavam esperando pela presente reunião para comunicar a ação e convidar as associações. Solicitou ao presidente do Conselho envio formal das cópias de todas as atas do ano de 2009, gravações de áudio e áudio-visuais e do TDR alterado com recomendações do Conselho, para juntar à ação que será impetrada. O presidente do Conselho lembrou que não cabe ao Conselho aderir ou não a tal ação, que cada associação ou instituição integrante do Conselho é livre para decidir se adere ou não. Agradeceu à Prefeitura por todo o apoio que tem recebido, e que todo apoio é necessário para dar continuidade à gestão. Disse que este apoio está se concretizando no termo de reciprocidade, e que nos próximos dias a instalação do Núcleo de Gestão Integrada – NGI do ICMBio estará acontecendo em Curuçá; que outras Reservas terão sede em Curuçá. A representante do CNS, Sra. Célia Regina, comentou a necessidade de se ouvir as outras partes envolvidas na questão referente à Anglo Ferrous, para que haja balizamento para decisão. O presidente do Conselho disse que encaminhou via correio e fax ofício ao diretor da Dilic, em que consta convite para a presente reunião, com descrição da pauta. Solicitou a participação de um representante da referida diretoria. Disse que convidou representante do MPF. Lembrou a reunião solicitada pelo empreendedor no mês de julho, que foi agendada por solicitação verbal, e que a solicitação escrita da empresa, apresentada na véspera da reunião, era para apresentar o EIA/RIMA, havendo, por isso, suspensão da pauta, pois o que foi acordado foi que a pauta seria outra. Disse que enviou documento para a empresa explicando o motivo da suspensão da reunião; que conversou com a representante da empresa por telefone, em que se comprometeu a submeter ao Conselho a proposta de reunião, desde que não houvesse apresentação de EIA/RIMA e fosse novamente solicitada por escrito em outros termos, em respeito à deliberação anterior do Conselho. Disse que será enviada cópia das decisões do Conselho para o ICMBio, Dilic, MPF, MPE e Anglo Ferrous; que as associações têm autonomia para entrar ou não com a ação junto com a Prefeitura, e que não se trata de iniciativa do Conselho, que não tem personalidade jurídica para tal. O representante da Paróquia enfatizou a importância de se ouvir as outras partes: a Funpea, Dilic e Anglo Ferrous. O representante da UFRA solicitou encaminhamento à Funpea das decisões e informações do Conselho. Concordou com a importância de se ouvir os contraditórios. Solicitou que se convidem também os professores que teriam sido contratados pelo empreendedor. O representante da Prefeitura reiterou sua posição e mostrou ao plenário documento do MPF do dia 23 de junho de 2009 a respeito das recomendações. Disse que a Dilic respondeu que se negava a paralisar o licenciamento, que não foi paralisado desde quando iniciou, há 11 meses. Disse que a Anglo Ferrous quer ganhar tempo, pois tem

uma “carta”, que é o “compressor político”, de suprimir a área da Resex. Disse que há necessidade de se unir ao MP, que é defensor da Resex, pois o Conselho não tem poder de polícia, mas que a partir da ação será possível obrigar a Dilic e a Anglo Ferrous a conversar, levando-se em conta que já estão perto da licença de instalação; que o Conselho tem que se conscientizar que é deliberativo; que a empresa quer legitimar o EIA/RIMA com a reunião; que a Prefeitura tem 40 procurações de associações. Citou o empreendimento semelhante de exploração de minério próximo ao rio Tocantins, que não tem movimento organizado como o de Curuçá. Disse que, a partir do momento em que protocolar a ação, não terá mais ingerência sobre a situação, que passará à alçada da justiça. O presidente do Conselho lembrou o horário avançado, faltando ainda seis pontos de pauta para tratar. O representante da ONG Cabanos disse que o papel do Conselho é proteger a Resex, e que há duas ameaças, que são os dois empreendimentos. Perguntou o que mais se quer de informação para perceber a situação. Disse que vai assinar a ação juntamente com a Prefeitura e que a brecha na lei é essa. A representante da Auremag disse que ninguém é contra nem a favor do projeto, e que se deve ouvir a Funpea, os professores e a Anglo Ferrous; que os professores realizaram visita técnica com autorização do ICMBio de Brasília; que não sabe como se deu o processo, pois não acompanhou a continuidade. Sugeriu o agendamento de data para reunião para ouvi-los, e só então entrar com a ação. Disse que os técnicos vieram a Curuçá no ano passado [ano retrasado, segundo a representante do CNS], com ofício entregue para a Auremag pelo professor Tomazzo/UFGA. O Sr. Alan, da UFGA, disse que participou da visita técnica citada, para participar de pesquisa sobre determinado tema, sem que tenha havido menção a EIA/RIMA. O Sr. Joel, da equipe técnica da Associação Comercial de Curuçá - ACIC, disse que a ação não desabilita a decisão de ouvir os citados, e que a Prefeitura estará apenas salvaguardando os interesses dos munícipes. O presidente do Conselho disse que a decisão da Auremag de não entrar com a ação é decisão própria, e que por isso não cabe votação ao Conselho. Disse que submeterá ao Conselho a proposta de Conselheiros, de agendamento de reunião a respeito da estação de transbordo. Alertou para o risco de a empresa ter intenção de legitimar o EIA/RIMA, indo de encontro à deliberação do Conselho, já que tentou isso anteriormente. Sugeriu que se convide a Dilic e o representante do MPF para que se dê transparência ao processo, além de limitar a pauta ao TDR. O procurador da Prefeitura sugeriu limitar a pauta à apresentação do TDR e que se questione o porquê do não atendimento das deliberações do Conselho. Acordou-se, então, que não haverá apresentação de EIA/RIMA. O AA Paulo sugeriu uma pauta de esclarecimento do TDR. Aprovaram-se as seguintes propostas: a reunião deverá ser convocada com a finalidade específica de esclarecimento do TDR da Dilic e análise das recomendações do Conselho para o mesmo; a reunião só poderá ocorrer com a presença de um procurador federal e um estadual para que o MPF e o MPE acompanhem o procedimento

de licenciamento, e de um representante da Dilic; os professores da UFRA e da UFPA/Bragança deverão ser convidados para a reunião para prestar esclarecimentos. O representante da UFRA esclareceu o papel dos professores, não necessariamente ligados à UFRA e Funpea. O presidente do Conselho, dando prosseguimento à pauta, apresentou os AA Paulo Oliveira e Juliana Araújo como servidores recentemente empossados e lotados em Curuçá, e mencionou o AA Rodrigo Jorge, citando que já tinha experiência no órgão antes de sua integração, e que está participando de atividades no Centro Nacional de Predadores por ser especialista de referência nacional, lembrando que já teve participação em trabalhos em Curuçá referentes ao plano de manejo (PM). Disse que, além dos AA citados, haverá outros presentes, das três reservas vizinhas à RESEX Mãe Grande de Curuçá, para que se faça uma gestão integrada (mosaico). O representante da Paróquia informou que duas coisas importantes para a reserva, que foram asseguradas por meio da UFPA, por processo de seleção, é a contratação de técnico de pesca. Comentou a audiência pública ocorrida ontem na Assembleia Legislativa sobre implementação do gerenciamento costeiro no Estado do Pará. O presidente do Conselho, dando prosseguimento à pauta, comunicou sua saída da chefia da Resex de Curuçá devido a sua remoção para outro Estado da Federação, por motivos pessoais. Comentou que o Conselho Deliberativo da Resex de Curuçá foi uma das boas realizações desta gestão, certamente um mérito de todos os que participaram dela, pois é um dos poucos Conselhos que têm atuado plena e constantemente dentre as Unidades de Conservação do Brasil; que a Resex está conseguindo, apesar das dificuldades, implementar suas políticas: a conservação do ambiente e a garantia de sobrevivência e qualidade de vida das comunidades que utilizam seus recursos; que, no tempo em que esteve no Pará, aprendeu a amar seu povo; que, como servidor, considera-se um servidor da federação, e não de um Estado em particular; colocando-se à disposição, mesmo com a transferência, para colaborar com a RESEX de Curuçá, sempre que convocado ou autorizado pelo ICMBio; que foi um privilégio e uma honra a oportunidade que teve de trabalhar neste Estado e com todos nele. O representante da Paróquia indagou se a transferência do servidor comprometerá o andamento das reuniões, pelo que o presidente do Conselho respondeu que está deixando para os colegas da maneira mais organizada possível o roteiro da situação, para que não haja interrupção. Propôs a abertura de oportunidade para que os pesquisadores Alan (UFPA), Lee e Marcela (MPEG) apresentem suas propostas de atividade no local. Alan iniciou a apresentação do projeto “Workshop – Curuçá: diversidade e riqueza”, do Laboratório de biologia pesqueira e manejo de recursos aquáticos. Comentou a responsabilidade social em se tratando de dar retorno à comunidade local a respeito dos produtos dos projetos de pesquisa. O presidente do Conselho lembrou que foi instituído um GT para tratar de seminários que envolvam atividades na Resex. Sugeriu que o grupo organizador citado pelo pesquisador Alan tenha componentes do GT. O

representante da Paróquia disse que fica muito feliz com a proposta, pois é necessário que se façam pesquisas com responsabilidade; disse que, se o pesquisador não retorna, ocorre perda muito grande, e os próximos pesquisadores ficam comprometidos; que existe carência enorme de assistência técnica. Alan disse que pretende trazer alguma turma de pesca para o projeto para que haja interação; que é necessário orientar o trabalho do pesquisador para atender a demandas locais. O presidente do Conselho propôs que se mantenham como entidades iniciais do projeto do workshop a UFPA, o MPEG e a UFRA, convidando os presentes a participar do GT. A representante do CNS, citando a importância da sociedade civil, indicou Sandro Nunes para participar. O representante da Paróquia sugeriu a participação de um pescador, indicando Marcelo Ferreira Costa, da comunidade Paxicu, que foi por ele aceita e aprovada pelo plenário. O AA Paulo sugeriu indicação de coordenador do GT. O presidente do Conselho, citando ata de 3ª reunião ordinária, realizada no dia 03 de dezembro de 2008, lembrou as instituições que foram aprovadas para compor o GT Seminários: a ONG Cabanos, o Sindicato de Trabalhadores Rurais, a Colônia Z-5, a Emater, a Auremag e o CNS. Comunicou a participação da UFPA no GT. Aprovou-se, como coordenador do GT Seminários, o pesquisador Alan, que aceitou e teve sua indicação aprovada pelo Conselho. A representante da Auremag disse que espera que os empossados assumam o compromisso, e que o levem a sério. Foi aprovado o GT Seminário com a seguinte composição: ONG Cabanos, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Colônia Z-5, Emater, Auremag, CNS, e como coordenadores a UFPA, MPEG e UFRA, com a coordenação geral do pesquisador Alan, da UFPA. A seguir, foi apresentado o projeto “Plano local de desenvolvimento da maricultura/PLDM – Nordeste paraense”, pelo prof. da UFPA James Lee. Explicou o que é maricultura, que se trata de organismos que tem como ambiente de influência o mar. O projeto consiste de criação de parques aquícolas, em espaço físico contínuo delimitado na água, que compreende um conjunto de áreas aquícolas afins. Disse que o projeto se estende a outros Estados, e que está se iniciando no Pará, em fase de divulgação. Explicou que o motivo do PLDM se deve ao potencial hídrico, maior produtor de pesca, recursos naturais favoráveis a aquicultura e à costa atlântica de 512 km. Comentou a carência de alternativas de renda das comunidades locais. Disse que se pretende apresentar um plano em que se possa avaliar a qualidade da água ao longo do ano, e não apenas na época seca. Ressaltou o trabalho que será feito em relação a conflitos. Mencionou os componentes social, econômico e ambiental. Mencionou a área de abrangência do projeto, que envolve vários municípios da região do Salgado, de Colares a Viseu; a variedade de espécies com que se pode trabalhar; o retorno de informações à população; que o produto final serão mapas das áreas com grande potencial para maricultura sob o ponto de vista ambiental, sócio-econômico, logístico. Finalizou sua apresentação comentando o cronograma do projeto: estruturação e divulgação; diagnósticos; mapas, plano de

monitoramento, planos de gerenciamento e controle; e relatório. A mestranda do programa de pós-graduação do MPEG/UFPA Marcela Meira Ramos apresentou o projeto “Captura acidental de tartarugas”. Apresentou as cinco espécies de tartarugas com que o projeto vai trabalhar, estando todas ameaçadas. Comentou os problemas que as tartarugas enfrentam, como a diminuição drástica de tartarugas marinhas devido à ação humana. Disse que os currais, espinhéis, redes de arrasto, rede estacada, são petrechos que tem prejudicado essas espécies. Citou que a Resex está na lista de prioridades para conservação, daí o interesse em realizar o projeto no local; que o objetivo do trabalho é avaliar como o tipo, estrutura e localização dos artefatos utilizados na pesca artesanal influenciam na captura de tartarugas marinhas na Resex, bem como verificar a ocorrência de desova na área; que o trabalho está previsto para iniciar em dezembro de 2009, em parceria com o Instituto Tapiaim, com conversa com as comunidades locais, com capacitação de pescadores; que pretende realizar monitoramento reprodutivo entre abril e agosto de 2010; que o ganho para comunidade está na geração de renda por meio do ecoturismo, frete de barcos, além da própria conservação dos animais, que muita gente nem sabe que existe tartaruga marinha no local. O presidente do Conselho comunicou documento proveniente do professor Claudio Szlafsztein a respeito do trabalho “Gestão Territorial e Participação: Uma análise do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá”, a ser realizado pela Sra. Aloma Tereza de Pinho, que não apresentará seu projeto por não ter material disponível, o que fará em outro momento. Pôs em votação a aprovação dos projetos apresentados, com a condição de que uma cópia do produto seja enviada ao ICMBio. Ressaltou a importância dos trabalhos, e que serão disponibilizados a quem interessar. O Conselho aprovou por unanimidade os projetos. O Sr. Xavier, do Instituto Piabiru, apresentou carta endereçada ao ICMBio, entregando cópia dos trabalhos realizados e folders. A carta se refere a proposta do projeto “Casa da virada”, sobre o corredor ecológico da zona costeira do Pará. O presidente do Conselho apresentou a carta, fez referência aos folders e solicitou que, em outra ocasião, o projeto seja apresentado. O representante da Paróquia demonstrou sua satisfação pelo referido projeto, e sugeriu a apresentação da política pública municipal de meio ambiente para a área do município, já que a sociedade civil o está fazendo. O presidente do Conselho sugeriu ao representante da Paróquia, que é o vice-prefeito atual, que apresente as propostas da Prefeitura em uma próxima reunião. Deu-se seqüência à pauta, começando discussão sobre o PM. O presidente do Conselho lembrou as atividades relativas ao plano, como elaboração e aprovação do plano de trabalho, oficinas de diagnóstico participativo, registros escritos, fotográficos e de mapas falados, que constituíram o material inicial para elaboração do PM. Apresentou e leu carta enviada ao ICMBio de pedido de desligamento do consultor das atividades relativas ao PM, feita pelo próprio, alegando, para tanto, motivos pessoais. O presidente do Conselho propôs que se aproveite o

Plano de Trabalho já aprovado e que o GT Plano de Manejo volte a se mobilizar para dar continuidade ao trabalho. O representante da ONG Cabanos perguntou se seria feito novo TDR para contratação de consultor. O presidente do Conselho disse que sim, seguindo o mesmo procedimento de seleção; que a preocupação é o tempo, e que o Plano de Trabalho já aprovado pode ser aproveitado, se o Conselho assim o decidir. O representante da Paróquia observou que as instituições locais de pesquisa não concorreram, e sugeriu divulgação quando do lançamento do edital. O presidente do Conselho observou que os editais são publicados, mas concordou com a divulgação. O AA Paulo se propôs a enviar o edital, quando lançado, a todos os conselheiros ligados a pesquisa. O prof. Lee disse que, como o contrato se referia a pessoa física, os professores das instituições locais, ligados a pessoa jurídica, estavam impossibilitados de participar individualmente devido à exclusividade legal. O AA Paulo lembrou que, começando agora, o processo de contratação do novo consultor será concluído por volta de abril de 2010, daí a necessidade de se começar logo. Decidiu-se que as contribuições dos conselheiros a respeito do TDR de contratação do novo consultor serão enviadas por meio eletrônico. O representante da ONG Cabanos lembrou a necessidade de se escolher o coordenador do GT Plano de Manejo. O Conselho aprovou para coordenador o representante da Paróquia, Sr. Jorge, e para vice-coordenadora a representante da Auremag, Sra. Sandra. O representante da ONG Cabanos sugeriu que os subgrupos dos GTs (SGT) tenham coordenadores. Para o SGT de Comunicação, o Conselho aprovou Sr. Silvan para coordenador e o procurador da Prefeitura para suplente. O SGT de mobilização não teve coordenadores definidos, o que será feito em outro momento. O presidente do Conselho comunicou as solicitações de inclusão de novos membros do Conselho Deliberativo: a Associação Comercial de Curuçá (ACIC) e o Instituto Tapiaim, lendo carta de cada instituição. Leu a referência no regimento a respeito da inclusão de membros. O representante da ACIC, Sr. Moisés da Silva, apresentou sua proposta de integração ao Conselho, afirmando a importância dos comerciantes para a economia do município. Disse que sua associação defende os pequenos projetos; que pretende fazer um *forum* econômico para discutir a economia do município, e como os projetos chegarão ao local; que estão envolvidos em grandes projetos, como o de produção leiteira, no valor de R\$ 500.000,00; que estão filiados à Federação de Empresas do Estado do Pará. O representante do Instituto Tapiaim, Sr. Cardoso, apresentando sua proposta de integração ao Conselho, disse que sua associação surgiu do curso de agentes ambientais em 2006, em projeto do Instituto Peabiru junto à Petrobrás. Disse que sua proposta é somar na defesa do meio ambiente; que, como pescador e filho de pescador artesanal, vê a necessidade de participar; que costuma citar os princípios do Direito Ambiental da precaução, prevenção, participação democrática, responsabilidade, do poluidor-pagador, e usuário-pagador; que sua associação possui 57 agentes ambientais formados com 200 horas-aula e conhecimento de legislação

ambiental. Citou a revista “Brasileiros”, segunda edição, em que consta matéria com seu pai. O representante do Instituto Tapiaim, Sr. Wherlles, comentou que o filme de iniciativa da associação Tapiaim mostra o potencial de ecoturismo. O AA Paulo sugeriu que, em uma próxima reunião, o filme seja inserido como ponto de pauta, o que foi aprovado pelo Conselho. O procurador da Prefeitura perguntou se existe alguma restrição estatutária à inclusão de novos membros. O presidente do Conselho lembrou o que leu no regimento a respeito do assunto, que qualquer alteração dos membros do Conselho deve ser decidida em plenário e informada ao ICMBio. O presidente do Conselho, mencionando o § 2º, art. 18 da lei 9.985/00, disse que as instituições estão contempladas na legislação. O representante do MPEG, prof. Gilberto, mencionou a razoabilidade para não estender a reunião para que todos os pontos de pauta sejam cumpridos, sob o risco de se penalizar quem mora distante. Disse que, antes que se decida a inclusão de novos membros, se faça discussão das condições para tal ação. O procurador da Prefeitura disse que a solicitação das duas associações deve ser feita à luz do regimento atual, reforçando, com isso, a sugestão do representante do MPEG. Foi aprovada pelo Conselho a discussão em pauta na próxima reunião sobre a proposta de inclusão de novos membros. O presidente da Comunidade de Pacamorema enviou ofício solicitando autorização para aproveitamento de árvores deterioradas ou caídas naturalmente para aproveitamento no patrimônio da comunidade. O presidente do Conselho observou a necessidade de se analisar as condições legais, assumindo a responsabilidade de apresentar as conclusões em outra reunião. A seguir, devido ao adiantado tempo, considerando a inviabilidade de leitura para aprovação em plenário, propôs enviar por *e-mail* as atas pendentes de aprovação para, no prazo de cinco dias, se não ocorrer manifestação sobre a necessidade de alteração, que sejam consideradas aprovadas. O Conselho aprovou a proposta e a reunião foi encerrada às 19h20min. Eu, Guilherme da Silva Santos Júnior, Analista Ambiental do ICMBio, lavrei então esta Ata, juntamente com o presidente do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista – Resex Mãe Grande de Curuçá, Flávio Lúcio Braga Cerezo, que segue assinada por mim, pelo Presidente do Conselho e pelos demais membros do Conselho presentes à reunião que queiram assiná-la.